

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Relações Internacionais

Bruno Hendler

Ônus e bônus da Guerra ao Terror
Custos para os EUA e ganhos relativos da China em tempos de mudança no sistema-
mundo moderno

BRASÍLIA
2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Relações Internacionais

Bruno Hendler

Ônus e bônus da Guerra ao Terror

Custos para os EUA e ganhos relativos da China em tempos de mudança no sistema-
mundo moderno

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais. Linha: História das Relações Internacionais.

Orientador: Pio Penna Filho

Coorientador: Antonio José Escobar Brussi

Brasília
2012

Bruno Hendler

Ônus e bônus da Guerra ao Terror

Custos para os EUA e ganhos relativos da China em tempos de mudança no sistema-mundo moderno

Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: História das Relações Internacionais

Aprovado em: 07/01/2013

Banca examinadora

Dr. Pio Penna Filho

Instituto de Relações Internacionais - UnB (orientador)

Dr. Antônio José Escobar Brussi

Instituto de Ciência Política - UnB (coorientador)

Dr. Antônio Carlos Moraes Lessa

Instituto de Relações Internacionais – UnB (membro)

Dr. Virgílio Caixeta Arraes

Departamento de História - UnB (membro)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de muitas horas de estudo, pesquisa, reflexões e inquietações. Mas acima de tudo, é produto de uma equação composta por incentivo e apoio de um grande número de pessoas que, de uma forma ou de outra, se fizeram presentes na minha caminhada e às quais sou profundamente grato:

Em primeiro lugar à minha família. Aos meus pais, Marcia e Noemio, que estiveram presentes em todas as fases da minha vida, tanto nas vitórias quanto nas derrotas. Com acertos e erros, são os maiores responsáveis pelos valores que carrego e pelos exemplos que tento seguir. Considero-me um privilegiado por conviver e aprender tanto com eles, cada um à sua maneira. E por isso motivo-me cada dia mais para fazer jus à confiança depositada em mim por todos esses anos. Apesar de fisicamente distantes, não passei um dia sem contar com o apoio de ambos e nunca deixei de ter em Curitiba um porto seguro.

À minha irmã Daniela, pelo companheirismo e à minha avó Ada, que sempre me deu muito amor e comida da melhor qualidade. Aos meus outros avôs e avó que, embora não estejam fisicamente presentes, foram fundamentais para a formação da minha identidade e são a ponte entre meu passado e meu futuro. Ao meu tio Roberto Carlos Goldman, que também me apoiou nesses anos de estudo. E à Marcia Mazzarotto e ao Virgílio Milléo, que há alguns anos passaram a fazer parte da minha família.

No ambiente acadêmico tive contato com professores que me serviram de exemplo. Tive o privilégio da orientação conjunta com os professores Antonio José Escobar Brussi e Pio Penna Filho, com os quais aprendi muito ao longo desses dois anos. Também sou grato ao professor Virgílio Caixeta Arraes, com quem tive profícuos debates na formulação do meu projeto e que, juntamente com o professor Antônio Carlos Lessa, compôs a banca de avaliação deste trabalho. A ambos sou grato pelas críticas e sugestões feitas na ocasião da defesa da dissertação. Também agradeço ao professor Hermes Moreira Jr. pela disposição em auxiliar-me com referências bibliográficas. E por fim, devo agradecimentos e sinto-me honrado por ter recebido orientações da professora Beverly J. Silver enquanto estive pesquisando e participando de seminários no departamento de Sociologia da Johns Hopkins University.

Às pessoas que tornaram o cotidiano de Brasília menos árido. Por fatores geográficos e culturais, aprendi que a cidade tem a vocação de atrair pessoas de todos os cantos do país, fato que se refletiu na turma do mestrado e nas diferentes visões que provocaram acalorados debates em sala de aula. Com meus colegas compartilhei as alegrias e angústias de optar por uma carreira que ainda enfrenta enormes desafios em nosso país e dentre as várias amizades que fiz nesses dois anos de curso, impossível não citar Alberto Francisco, Álvaro Panazzolo Neto, Ganesh Inocalla, Antouan Monteiro, Rafael Manzi e Rafael Araujo. Ao último, juntamente com meu primo Vitor Gustavo Rodrigues, ainda devo agradecimentos pelo auxílio na adaptação dos gráficos. Alguns

curitibanos “exilados” em Brasília também fizeram parte da minha vida na capital federal, em especial Bruno Quadros e Quadros, Diogo Kugler, Patrícia Benthien e João Daniel Tisi Ribeiro.

Por fim, à Lorena Sampaio Barros por toda a força, compreensão, companheirismo, incentivo e carinho nessa fase tão crucial de nossas vidas.

*The line it is drawn, the curse it is cast
The slow one now, will later be fast
As the present now, will later be past
The order is rapidly fadin'
And the first now, will later be last
For the times they are a-changing.*

Bob Dylan

RESUMO

A relação entre poderes ascendentes e declinantes em períodos de turbulência global é um objeto de extrema relevância para o progresso do conhecimento nas ciências sociais. Utilizando o método de divisão temporal proposto pela Escola de Annales – tempo estrutural, conjuntural e factual – a hipótese do presente trabalho está dividida em dois objetivos a serem atingidos: a) demonstrar que os custos da Guerra ao Terror aceleraram o processo conjuntural de declínio da hegemonia dos EUA; e b) a partir dos custos e danos causados pela Guerra ao Terror à economia norte-americana, avaliar de que forma e em que grau a China, cuja expansão material esteve (e está) associada à economia dos EUA, obteve ganhos relativos em termos de vulnerabilidade a este país. Para tanto, o primeiro capítulo é dedicado ao debate teórico que versa sobre as estruturas de longa duração do sistema-mundo moderno, sobre o conceito de hegemonia mundial e sobre o modelo dos ciclos sistêmicos de acumulação de Giovanni Arrighi. O segundo e terceiro capítulos são complementares e têm como objetivo embasar as variáveis independentes, de caráter conjuntural, da pesquisa. A primeira variável independente refere-se à expansão financeira centrada nos EUA, iniciada nos anos 1970 e que aconteceria com ou sem a eleição de George W. Bush ou a Guerra ao Terror. Com isso, busca-se caracterizar os EUA como uma típica hegemonia em declínio do sistema-mundo moderno. A outra variável independente dá base ao terceiro capítulo e busca caracterizar a China como o poder emergente cujo desenvolvimento econômico (ou expansão material) se dá de forma associada à hegemonia dos EUA. Também deixa-se claro que esse processo é independente dos eventos ligados à eleição de Bush ou à Guerra ao Terror. No quarto capítulo coloca-se em perspectiva conjuntural a hipótese secundária e a principal, ou seja, pretende-se demonstrar que os custos da Guerra ao Terror aceleraram o processo de declínio hegemônico dos EUA e, por conseguinte, representaram ganhos relativos para a China em termos de vulnerabilidades mútuas. Em suma, pretende-se confirmar parcialmente a hipótese de que a China é a vencedora indireta da Guerra ao Terror, pois ao invés da *inversão total* de vulnerabilidades entre hegemonia e emergente, criou-se uma relação de *dependência mútua em termos equilibrados* em que a China reduziu sim as assimetrias em relação aos EUA mas ainda apresenta uma série de vulnerabilidades a este país.

Palavras-chave: Sistema-Mundo Moderno, Interdependência, Ciclos Sistêmicos de Acumulação, Ciclos Hegemônicos, Estados Unidos, China, Guerra ao Terror.

ABSTRACT

The relationship between the rising and declining powers in times of global turmoil is central to the progress of knowledge in the social science debates. Using the method of temporal division proposed by the School of Annales - structural, conjunctural and factual time - the hypothesis of this study is divided into two objectives to be achieved: a) to demonstrate that the costs of the War on Terror accelerated the process of cyclical decline of U.S. hegemony, and b) from the costs and damages caused by the War on Terror to the American economy, evaluate how and to what degree China, whose material expansion was (and still is) linked to the U.S. economy, achieved relative gains in terms of vulnerability to this country. Therefore, the first chapter is devoted to the theoretical debate which concerns the structures of long duration of the modern world system, the concept of global hegemony and the model of systemic cycles of accumulation Giovanni Arrighi. The second and third chapters are complementary and aim to support the independent variables of conjunctural nature. The first independent variable refers to the financial expansion centered in the U.S., which begun in the 1970's and would happen with or without the election of George W. Bush or the War on Terror. Thus, we seek to characterize the U.S. as a typical declining hegemony of the modern world system. The other independent variable bases the third chapter and seeks to characterize China as the rising power whose economic development (or material expansion) occurs somehow in association with U.S. hegemony. We also note that this process is independent and would happen with or without the Bush's election or the War on Terror. The fourth chapter puts into conjunctural perspective the two hypotheses, i.e. we demonstrate that the costs of the War on Terror accelerated the process of U.S. hegemony decline and therefore it represented relative gains to China in terms of mutual vulnerabilities. In short, we partially confirm the hypothesis that China is the indirect winner of the War on Terror, for instead of a total inversion of vulnerabilities between hegemony and emerging power, it resulted in a relationship of mutual dependencies in balanced terms in which China did reduce its asymmetries with regards to the U.S. but still shows a number of vulnerabilities to this country.

Keywords: *Modern World-System, Interdependence, Systemic Cycles of Accumulation, Hegemonic cycles, United States, China, War on Terror.*

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1. O balanço de pagamentos da Grã-Bretanha | 46 |
| Gráfico 2 A defesa como proporção da despesa pública total (Grã-Bretanha)..... | 47 |
| Gráfico 3. Produção industrial britânica como percentagem do total mundial (1780-1958)..... | 58 |
| Gráfico 4. Concentração da renda nos EUA dos 1% e 10% mais ricos (%)..... | 72 |
| Gráfico 5. Produção industrial na China por tipo de propriedade (%)..... | 106 |
| Gráfico 6. Fluxo anual de IED de HKT na China..... | 107 |
| Gráfico 7. Parcela dos fluxos de IED de Hong Kong e Taiwan no total de IED recebido pela China..... | 107 |
| Gráfico 8. Evolução da sofisticação tecnológica das exportações chinesas | 109 |
| Gráfico 9. Tropas em operação no Afeganistão e no Iraque (2001-2010) | 127 |
| Gráfico 10. Gastos com defesa dos Estados Unidos | 129 |
| Gráfico 11. Relação receita/gastos por presidências nos Estados Unidos..... | 131 |
| Gráfico 12. Gastos da administração George W. Bush | 131 |
| Gráfico 13. Estados Unidos: dívida pública em relação ao PIB | 132 |
| Gráfico 14. Taxa de juros nos Estados Unidos (2000-2010)..... | 134 |
| Gráfico 15. Eventos da Bolsa de Valores durante as décadas de 1990 e 2000 | 134 |
| Gráfico 16. Preço do barril de petróleo (ajustado ao valor do dólar em 2009)..... | 135 |
| Gráfico 17. Custos de produção nos Estados Unidos..... | 136 |
| Gráfico 18. Balança comercial dos EUA com o mundo (em milhões de dólares)..... | 139 |
| Gráfico 19. Balança comercial dos EUA com a China (em milhões de dólares) | 139 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1. Mudanças na força militar do Kuomintang e do PCC (1945-1948) | 93 |
| Tabela 2. Investimento estrangeiro direto de Hong Kong e Taiwan na China (1979-2001) | 108 |
| Tabela 3. Parcela da Guerra ao Terror no orçamento de Defesa dos EUA (US\$ bilhões) | 130 |
| Tabela 4. Principais detentores dos títulos do tesouro americano (em US\$ bilhões)..... | 142 |
| Tabela 5. Parcela da China no total de credores estrangeiros e no total da dívida pública total EUA (%). | 143 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1. A expansão geográfica da economia-mundo europeia (1500 e 1775)..... | 25 |
| Figura 2. Ciclo de transições hegemônicas | 34 |
| Figura 3. Em turnê..... | 56 |
| Figura 4. O direito autoral expira..... | 56 |
| Figura 5. Principais rotas comerciais globais, 1400-1800..... | 80 |
| Figura 6. Produção mundial de prata – exportações e importações..... | 80 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| 1. UNIDADE DE ANÁLISE DO SISTEMA-MUNDO, HEGEMONIA E OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO | 21 |
| 1.1 A UNIDADE DE ANÁLISE: O SISTEMA-MUNDO MODERNO | 21 |
| 1.2 A HEGEMONIA ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL E INTERNACIONAL: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA CONCEPÇÃO GRAMSCIANA..... | 27 |
| 1.3 OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E OS LONGOS SÉCULOS HEGEMÔNICOS | 28 |
| 1.3.1 Caos e governança: os polos opostos do sistema-mundo moderno | 28 |
| 1.3.2 Os ciclos sistêmicos de acumulação (CSAs)..... | 30 |
| 1.3.3 Os ciclos hegemônicos ou “longos séculos” | 33 |
| 1.3.3.1 O período de governança hegemônica | 34 |
| 1.3.3.2 O período de transições hegemônicas e a interdependência assimétrica..... | 36 |
| 2. O LONGO SÉCULO NORTE-AMERICANO | 50 |
| 2.1 A ASCENSÃO DO LONGO SÉCULO NORTE-AMERICANO (1865-1945)..... | 50 |
| 2.1.1 O ‘outono’ da hegemonia inglesa (1865-1914)..... | 50 |
| 2.1.2 Rumo ao caos sistêmico (1914-45)..... | 54 |
| 2.2 A PLENA EXPANSÃO DO LONGO SÉCULO NORTE-AMERICANO (1945-1973) . | 61 |
| 2.3 O DECLÍNIO DO LONGO SÉCULO NORTE-AMERICANO | 64 |
| 2.3.1 A crise sinalizadora..... | 65 |
| 2.3.2 A <i>Belle Époque</i> da hegemonia norte-americana..... | 69 |
| 2.3.3 A centralização da riqueza mundial na Ásia Oriental | 72 |
| 3. A CHINA NO SISTEMA-MUNDO MODERNO: CENTRALIDADE, DECLÍNIO E REEMERGÊNCIA | 78 |
| 3.1 A CHINA E A CENTRALIDADE DO ORIENTE | 78 |
| 3.2 AS CRISES INTERNAS E O “SÉCULO DA HUMILHAÇÃO” | 83 |
| 3.3 A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA: DA REVOLUÇÃO AO SÉCULO XXI..... | 94 |
| 3.3.1 A Era Mao..... | 95 |
| 3.3.2 De Mao a Deng: a abertura chinesa para o mundo capitalista..... | 102 |
| 3.3.3 O início do dilema chinês na virada para o século XXI..... | 110 |
| 4. OS CUSTOS DA GUERRA AO TERROR PARA OS EUA E OS GANHOS RELATIVOS DA CHINA..... | 114 |
| 4.1 A GUERRA NA HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS..... | 114 |

| | |
|--|------------|
| 4.2 O PROJETO IMPERIAL NO MUNDO PÓS-GUERRA FRIA E A ASCENSÃO DOS NEOCONSERVADORES | 119 |
| 4.3 OLD HABITS DIE HARD: O 11/09 E O NOVO CONFLITO ESTRUTURANTE DA POLÍTICA DE SEGURANÇA NORTE-AMERICANA | 123 |
| 4.3.1 Os impactos da Guerra ao Terror na economia norte-americana | 128 |
| 4.3.2 Os ganhos relativos da China e a nova interdependência sino-americana | 137 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 145 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 150 |

INTRODUÇÃO

Poucos discordam que os atentados de 11/09 às Torres Gêmeas de Nova York marcaram o fim da supremacia incontestada que caracterizou a liderança mundial dos EUA nos anos 1990. Se as principais mudanças no sistema internacional nos anos 2000 tivessem de ser definidas em dois processos, eles seriam: a) a aceleração do declínio relativo da hegemonia dos EUA durante os dois mandatos de George W. Bush devido à Guerra ao Terror; e b) a emergência de novas geometrias de poder e riqueza, sendo a China a principal delas, a mais fortemente vinculada à economia norte-americana e a considerada vencedora indireta da Guerra ao Terror na posição de *tertius gaudens*¹.

A corrida presidencial nos EUA em 2012 foi manchete em praticamente todos os jornais e telejornais do mundo e a troca de líderes no Partido Comunista Chinês, poucos dias depois, não ficou muito atrás em termos de destaque nas agências de notícias. Pautando-se pela interdisciplinaridade que caracteriza a economia política dos sistemas-mundo busca-se, ao longo deste trabalho, colocar em perspectiva histórica a relação entre uma hegemonia mundial (os EUA) que vive um momento de declínio relativo e uma potência em ascensão (China) cujo desenvolvimento econômico está vinculado à ordem internacional e à própria economia do *hegemon*. Portanto, a opção científica deste trabalho consiste em partir de fatores sistêmicos como variáveis independentes na análise do objeto escolhido e, ao invés de estudar de forma isolada o declínio relativo dos EUA ou a ascensão da China, tem-se como objetivo principal a análise da *relação*, da *interação* entre os dois países na conjuntura específica de transição de poder e riqueza no sistema-mundo moderno.

Assim, se a ascensão e queda de grandes potências é um dos fenômenos que mais fascina e intriga os cientistas sociais, a relação entre poderes ascendentes e declinantes em períodos de turbulência global é um objeto de extrema relevância para o progresso do conhecimento nesse campo de pesquisa. Tão relevante quanto a compreensão das vantagens competitivas que alçaram as Províncias Unidas, a Inglaterra e os Estados Unidos à condição de poderes hegemônicos do sistema-mundo moderno é o estudo das relações entre esses “complexos de ponta” nos períodos de transição de um para o outro. E ainda que a atual relação EUA-China esteja longe de constituir uma transição hegemônica nos moldes do passado, o estudo dessas transições pelo método da comparação incorporada, em que se busca

¹ “Tertius gaudens” é uma expressão latina que significa “o terceiro se alegra”. Refere-se a ocasiões em que um terceiro ator tira proveito do litígio entre dois agentes e, ao não tomar partido de nenhum dos lados, garante seus próprios interesses independente do resultado do embate (BIRNBAUM, 1995, p. 258).

tanto as recorrências quanto as peculiaridades, é de extrema valia para a melhor compreensão da atual interdependência sino-americana e dos rumos do sistema-mundo moderno.

A hipótese principal deste trabalho está amparada na verificação de uma hipótese prévia e subordinada que corresponderia à variável interveniente da pesquisa. Esta hipótese secundária tem como objetivo demonstrar que a Guerra ao Terror lançada pela administração W. Bush em resposta ao 11/09 teve como consequência a aceleração do declínio relativo da hegemonia norte-americana. Utilizando as palavras de Giovanni Arrighi (2008, p. 194-195), defende-se que essa crise vinha se formando há muito tempo e estava fadada a acontecer quaisquer que fossem as ações do governo Bush ou de qualquer outro governo. Mas a maneira específica como está acontecendo foi determinada pela decisão de invadir o Iraque, fato que acabou por precipitar a crise terminal da hegemonia dos EUA.

Ainda que o termo “crise terminal” seja marcante, houve a cautela de evitar diagnósticos alarmistas e exagerados de que o declínio da hegemonia dos EUA levaria a uma substituição iminente da liderança desse país por potências emergentes e/ou a um caos sistêmico que nos conduziria aos tipos de conflitos mundiais da primeira metade do século XX. Nesse sentido, foi ressaltada a característica inovadora, o dinamismo e a pujança da economia norte-americana, que persistem mesmo em tempos de crise financeira e de polarização política interna. Ademais, tanto em termos de poder bélico quanto em termos de *soft power*, os EUA mantêm-se como a grande referência mundial. Assim, tratar do declínio relativo dos EUA diante dessas ressalvas torna-se um exercício intelectual mais compromissado com os impactos sistêmicos deste processo do que com tentativas mirabolantes, e geralmente muito ideologizadas, de prever a data do fim do novo Império Romano.

Demonstrada a validade da hipótese secundária, busca-se comprovar sua relação causal com a hipótese principal da pesquisa, qual seja: a partir dos custos e danos causados pela Guerra ao Terror à economia norte-americana, pretende-se demonstrar que a China, cujo desenvolvimento econômico esteve (e está) associado à economia dos EUA, obteve ganhos relativos em termos de vulnerabilidade àquele país. Em outras palavras, argumenta-se que se a China até os anos 1990 era muito vulnerável ao que acontecia nos EUA, na década seguinte essa relação não se inverteu, mas tornou-se mútua. E é precisamente essa reciprocidade de vulnerabilidades que pode ser vista como um ganho relativo para a China.

Para verificar a validade da hipótese principal, este trabalho foi desenhado de acordo com o método da divisão temporal da Escola dos Annales: o tempo estrutural, o conjuntural e o factual. O tempo estrutural corresponde ao tempo da longa duração, em que as mudanças

são muito lentas e graduais – o que Jean-Baptiste Duroselle (2000) chama de “sistema de causalidades” e Fernand Braudel (1996) chama de “tempo geográfico”. Já o tempo conjuntural significa prazos mais curtos de anos, décadas ou até mesmo séculos, nos quais as condições estruturais se manifestam. E por fim, o tempo breve, do evento, corresponde aos fatos em si, quando a ação humana opera sobre a realidade material e altera e é alterada, de uma forma ou de outra, pelas condições estruturais e conjunturais em que está inserida. Nas palavras de Paul Kennedy (1989, p. 9), é o que dá sentido ao estudo das “tendências maiores” das questões mundiais que, longe de negar que os homens fazem sua própria história, reconhece que eles a fazem dentro de circunstâncias históricas que podem limitar (bem como ampliar) as possibilidades – aproximando-se do chamado “sistema de finalidades” de Duroselle.

O primeiro capítulo trata basicamente da longa duração, ou seja, do tempo estrutural. Seguindo a linha de estudos da economia política dos sistemas-mundo, em especial as obras de Wallerstein e Arrighi, identificam-se as duas “forças profundas” do sistema mundial, desde seu surgimento em fins da Idade Média até os dias de hoje. São elas o *sistema interestatal*, que funciona de acordo com a lógica do poder e cujos agentes (os Estados) operam pela necessidade constante de expansão; e o *sistema capitalista*, que funciona de acordo com a lógica da acumulação incessante de capital e cujos agentes (as organizações empresariais) atuam motivadas pela perspectiva do lucro.

Ao definir a Itália renascentista como o *locus* de surgimento desse sistema, Arrighi nota que a aliança entre capital e Estado está na origem do sistema-mundo moderno e que as sucessivas hegemonias mundiais apresentaram, cada uma a seu tempo e modo, inovações empresariais e estatais que se apoiaram mutuamente e as alçaram à condição de liderança econômica e superioridade político-militar. Portanto, ainda que a roupagem de cada hegemonia tenha sido distinta, em comum todas apresentam um padrão de desenvolvimento baseado na aliança entre grupos capitalistas e alguma forma de agente estatal.

No primeiro capítulo ainda constam uma breve discussão teórica sobre o conceito de hegemonia baseado em Antonio Gramsci e em Robert Cox e a apresentação dos ciclos sistêmicos de acumulação (CSAs) na formulação de Giovanni Arrighi. Os CSAs são a grande contribuição deste autor para a área e funcionam como o molde adequado para retratar o tempo conjuntural de uma hegemonia e a oscilação entre caos e governança no sistema-mundo moderno.

Arrighi percebe que as três hegemonias mundiais, Holanda, Inglaterra e EUA, tiveram fases de ascensão, de plena expansão e de declínio e o somatório dessas etapas constitui um

“longo século” hegemônico que perdura mais do que exatos cem anos e se sobrepõe ao anterior e/ou ao posterior, ou seja, a ascensão de uma hegemonia é concomitante ao declínio de outra. Nesses períodos de transição, o estado de natureza hobbesiano do sistema interestatal é ‘desacorrentado’ e a divisão internacional do trabalho torna-se menos rentável para as empresas que operam nos canais estabelecidos de produção, comércio e finanças. Com isso, o sistema-mundo passa a pender para o polo da mobilidade/anarquia entre seus agentes, em detrimento da ordem/hierarquia que vigorava na fase de plena expansão hegemônica.

Este recorte conjuntural de transições hegemônicas é fundamental, pois apresenta algumas regularidades que lançam luz à atual interdependência sino-americana. A partir da comparação incorporada com as transições do passado, percebemos que: 1) uma hegemonia em declínio (A) e em processo de expansão financeira é pressionada por um poder emergente revisionista (B) que, insatisfeito com a ordem vigente, tende a elevar os gastos com defesa de (A) e potencializar o caos sistêmico, culminando em um período de conflito generalizado; 2) a hegemonia (A) é induzida a aliar-se a outro poder emergente (C) para combater a ameaça militar de (B); e 3) (A) e (C) vencem o conflito e (C) emerge como o centro de uma nova expansão material e, por conseguinte, como a nova hegemonia mundial.

Para analisar a relação “hegemonia em declínio (A) e emergente associado (C)” toma-se emprestado os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade propostos por Joseph Nye Jr. A sensibilidade tem um caráter quantitativo, é definida como a quantidade e ritmo dos efeitos da dependência mútua, ou seja, a rapidez com que as mudanças em uma parte produzem impactos em outra. Já a vulnerabilidade é qualitativa e implica na assimetria entre agentes. Nye a define como a capacidade de minimizar os custos relativos à dependência mútua, ou seja, a habilidade de determinado agente em minimizar os custos impostos por mudanças em outra parte do sistema (NYE, 2009, p. 254; 2011, p. 54). Ainda que esses conceitos sejam notadamente subjetivos, reconhece-se neles uma utilidade ímpar para se analisar uma relação multifacetada como a que surge entre hegemonias em declínio e emergentes associados. E, para o caso específico da relação sino-americana, que não necessariamente significa uma transição hegemônica nos moldes do passado, essa utilidade se mantém.

Os capítulos dois e três são complementares e têm como objetivo embasar as variáveis de caráter mais conjuntural desta pesquisa. A primeira refere-se à expansão financeira centrada nos EUA, iniciada nos anos 1970 e que aconteceria com ou sem a eleição de George W. Bush ou os ataques de 11/09. Para tanto, o capítulo inicia com a descrição das fases de ascensão e plena expansão do “longo século” norte-americano para finalmente dedicar atenção especial à fase de declínio hegemônico. Nessa parte, caracteriza-se os EUA como

epicentro de uma expansão financeira homóloga às que ocorreram no declínio hegemônico da Holanda e Inglaterra nos ciclos anteriores, porém numa escala sem precedentes devido à rapidez dos fluxos de capital.

A outra variável dá base ao terceiro capítulo e busca caracterizar a China como o poder emergente cujo desenvolvimento econômico se dá de forma associada à hegemonia dos EUA. Na primeira seção utiliza-se a obra de Andre Gunder Frank (1998) para demonstrar a centralidade milenar da civilização chinesa na economia mundial até o século XIX. A partir da discussão sobre os porquês do “declínio do Oriente” e da “ascensão do Ocidente” no século XIX, nos deparamos, na segunda seção, com o “século da humilhação” na China, quando os impérios ocidentais mais o Japão se aproveitaram das fragilidades internas do Império Qing para explorar de forma coercitiva as riquezas e o mercado consumidor do país asiático.

A terceira e última seção trata da Revolução Chinesa, da criação da República Popular da China (RPC) e da conjuntura de expansão material que propiciou ao país chegar ao século XXI em condições de equilibrar suas vulnerabilidades com os EUA. Traçando um paralelo com os EUA, percebe-se na história de ambos a sequencia de uma ruptura política inicial que abre caminho para uma segunda ruptura de caráter econômico que, por sua vez, impulsiona o processo de expansão material. Nesse sentido, a Guerra de Independência dos EUA e a Revolução Chinesa foram as rupturas políticas iniciais que garantiram a soberania *de fato* de ambas as nações. Ademais, assim como as bases do regime político dos EUA foram cristalizadas em 1776, as regras do jogo político interno da RPC também foram instituídas em 1949 e pouco mudaram desde então.

A segunda ruptura nos EUA veio com a Guerra de Secessão enquanto que na China decorreu da Revolução Cultural e da subsequente transição da Era Mao para a liderança de Deng Xiaoping. Em ambos os casos, as rupturas foram violentas e promoveram uma inserção na economia mundial que deu início à expansão material vinculada a potência hegemônica da época: após a Guerra de Secessão os EUA aprofundaram a interdependência econômica com a Inglaterra e a China da Era Deng fez o mesmo com os EUA. E mais do que simplesmente aprofundar a interdependência em termos quantitativos, os emergentes reduziram suas assimetrias em relação à hegemonia, primeiro de forma gradual e depois de forma mais acelerada, conforme o *hegemon* se desgastava no combate ao emergente revisionista e intensificava seu processo de expansão financeira.

Após o debate teórico sobre as forças estruturais do sistema-mundo moderno (no primeiro capítulo) e a delimitação das variáveis independentes de conjuntura (no segundo e

terceiro capítulos), a última parte desta dissertação busca verificar a pertinência das hipóteses secundária e principal: a) os custos da Guerra ao Terror aceleraram o processo conjuntural de declínio da hegemonia dos EUA; e b) a partir dos custos da Guerra ao Terror à economia norte-americana, a China, cuja expansão material esteve (e está) associada à economia dos EUA, obteve ganhos relativos em termos de vulnerabilidade em relação a este país. Pelos conceitos de Nye, argumenta-se que se a China até os anos 1990 era muito vulnerável ao que acontecia nos EUA, na década seguinte essa relação não se inverteu, mas tornou-se mútua. E é precisamente essa reciprocidade de vulnerabilidades que pode ser vista como um ganho relativo para a China.

Não é do escopo deste estudo verificar se o declínio hegemônico norte-americano é concomitante à ascensão de um hipotético longo século chinês ou asiático. Porém, admite-se que os EUA podem ser caracterizados, desde os anos 1970, como o poder hegemônico em declínio (A), posto que passam por um processo de expansão financeira identificável enquanto que a China pode ser identificada como o emergente associado (C), posto que vive desde fins dos anos 1970 um processo de abertura econômica e expansão material associada, em certa medida, a tecnologias e mercados norte-americanos. A grande questão reside em identificar o emergente revisionista (B) para analisar a relação (A-C).

No caso dos EUA, o emergente revisionista (B) não tem sido um Estado imperial ou uma organização específica, mas uma relação de constante conflito com inimigos variáveis, na qual gastos crescentes em defesa combinam-se com a conjuntura econômica de expansão financeira e ruptura de instituições criadas pela própria hegemonia. Em outras palavras, a Guerra ao Terror se encaixa no padrão norte-americano de guiar-se por conflitos estruturantes – padrão que, conforme visto no quarto capítulo, persiste desde as primeiras levas de colonização.

A diferença é o momento histórico: durante a ascensão e plena expansão hegemônica, os gastos militares dos EUA criaram um ciclo virtuoso de crescimento econômico, mas desde a Guerra do Vietnã e o início da expansão financeira na década de 1970, o estado de guerra/bem estar social transformou-se no “estado de guerra/mal estar social” dentro dos EUA. Primeiro com o conflito no Vietnã, depois com o programa “Guerra nas Estrelas” de Reagan e por fim com a Guerra ao Terror de W. Bush, os gastos com defesa do governo norte-americano sobrecarregaram um modelo de sociedade e de Estado deficitários, ao qual se juntaram as empresas norte-americanas no *boom* financeiro da década de 1990.

Portanto, a partir desse retrato de crise hegemônica o leitor é convidado a avaliar, ao final desta pesquisa, se a China de fato reduziu suas vulnerabilidades relativas aos EUA e se pode ser vista como a vencedora indireta da Guerra ao Terror.

1. UNIDADE DE ANÁLISE DO SISTEMA-MUNDO, HEGEMONIA E OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO

1.1 A UNIDADE DE ANÁLISE: O SISTEMA-MUNDO MODERNO

A fundamentação teórica do presente estudo baseia-se na economia política dos sistemas-mundo (EPSM), corrente intelectual estabelecida em princípios dos anos 1970 com a publicação do primeiro volume da obra “*The Modern World System*” de Immanuel Wallerstein. Como crítica epistemológica às ciências sociais da época, engessadas pelo foco excessivo no papel do Estado, o autor propõe uma unidade de análise denominada *sistema-mundo*, que supera e transcende a divisão formal entre elementos internos e externos ao Estado, estabelecendo como denominador comum, uma rede integrada de processos econômicos, políticos e culturais interligados por uma única divisão do trabalho (WALLERSTEIN, 2006, p. 16; ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 102-3).

Wallerstein (1974) caracteriza dois tipos de sistemas sociais² na história da humanidade: os *minissistemas* e os *sistemas-mundo*. Aqueles consistem em “economias tribais, integradas através da reciprocidade e que envolvem uma única divisão do trabalho efetiva, uma única entidade política e uma única cultura” (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 103). Estes sistemas mais primitivos foram gradualmente absorvidos pela expansão do sistema-mundo europeu e praticamente inexistem atualmente.

Já os sistemas-mundo, mais complexos, são subdivididos em duas categorias, têm em comum uma maior complexidade na divisão do trabalho, significativo intercâmbio de mercadorias, uma dinâmica interna própria e sua abrangência espacial, determinada por sua base econômico-material, engloba uma ou mais entidades políticas e comporta múltiplos sistemas culturais (WALLERSTEIN, 1974, p. 348; 2006, p. 17; ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 103; MARIUTTI, 2009, P. 45).

Um tipo de sistema-mundo é o *império-mundo*, que tem como característica principal a centralização política sobre os territórios economicamente integrados (WALLERSTEIN, 1974, p. 348). Estes acabam por especializar-se na parte da cadeia de produção que mais convém aos interesses do centro político, perfazendo assim um único sistema econômico de centro-periferia, com limites geopolíticos específicos e uma redistribuição forçada do excedente através de tributos cobrados pela força da burocracia e do exército (ARIENTI;

² O termo sistema-social é usado no sentido *lato* de organização social entre seres humanos, não no sentido *estricto* de Talcott Parsons como um sistema estável que tende à ordem.

FILOMENO, 2007, p. 104). Em suma, um arranjo social em que modelo econômico e unidade política são sobrepostos e inseparáveis.

O outro tipo é a *economia-mundo*, que apresenta uma economia complexa e integrada, porém politicamente fragmentada. A divisão do trabalho extrapola as fronteiras geopolíticas, e sociedades culturalmente diferentes e politicamente autônomas tornam-se interdependentes graças às relações econômicas que as une. (LITTLE apud ITUASSU, 1999, p. 13). Ao publicar o livro sobre o Mediterrâneo do século XVI, Fernand Braudel cria o termo ao afirmar que este mar formava uma economia-mundo cuja característica “é precisamente transpor as fronteiras políticas e culturais que, cada qual com seu modo, fragmentam e diferenciam o universo mediterrâneo” (BRAUDEL, 1996, p. 14).

Sendo o sistema-mundo uma unidade de análise espaço-temporal, ou seja, que se transforma e não é um modelo acabado, é possível notar através da história a sequência evolutiva (minissistema; economia-mundo; império-mundo), tal como descreve Costa (1999, p. 2):

Por volta do século X a.C até aproximadamente 1500 d.C existiu e coexistiu um número desconhecido de minissistemas, provavelmente um número muito grande, e um grande número contável de economias-mundo e impérios-mundo. Os minissistemas se expandiam até se estabelecerem como economias-mundo, que posteriormente podiam chegar a transformar-se em impérios-mundo. Uma vez formados, os impérios-mundo tendiam com certa frequência a absorver, trazer aos seus domínios, tanto minissistemas como economias-mundo vizinhas. Assim, neste longo período, a modalidade do império-mundo pareceu ser mais forte do que a modalidade da economia-mundo e dos minissistemas.

Não obstante, a tendência de absorção de minissistemas e economias-mundo por grandes impérios foi interrompida pela ascensão da Europa centro-ocidental no século XVI. Nela, verificam-se profundas rivalidades entre os vários reinos e cidades-Estado, e a ausência de uma autoridade centralizada, estimulando uma constante busca de progresso militar que interagiu com inovações tecnológicas e comerciais num ambiente empresarial igualmente competitivo (KENNEDY, 1989, p. 2). Não há consenso sobre os fatores que cooperaram para tal processo, mas interpretações civilizacionais (Max Weber, Norbert Elias) e materialistas (Perry Anderson, Fernand Braudel, Paul Kennedy) têm contribuído de forma significativa e complementar para o debate.

Wallerstein (1974, p. 348) define essa interrupção do padrão histórico como o “segredo” do sistema-mundo moderno, nos seguintes termos:

Finally, we have argued that prior to the modern era, world-economies were highly unstable structures which tended either to be converted into empires or to disintegrate. It is the peculiarity of the modern world-system that a world-economy

has survived for 500 years and yet has not come to be transformed into a world-empire – a peculiarity that is the secret of its strength.

Dialogando com estes autores, as interpretações da EPSM apontam para duas estruturas de longa duração esboçadas em fins da Idade Média como causas interligadas e mutuamente influenciadas da ascensão do Ocidente: a *economia-mundo capitalista* e o *sistema interestatal*. Em outros termos, um sistema-mundo que tem como dinâmica interna as sucessivas alianças entre os operadores da economia e os detentores do poder político.

A característica singular da economia-mundo capitalista é, segundo Braudel, a existência de três níveis de atividades econômicas (WALLERSTEIN, 2006, p. 18; ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 113-114). A camada inferior ou “vida material” é onde a relação do homem com as coisas é definida por seu valor de uso, por ações rotineiras e prescinde do uso de moeda. Na camada intermediária ou “economia de mercado”, as mercadorias são definidas por seu valor de troca, ou seja, por um valor equivalente em moeda. Nesta esfera a produção é voltada para o mercado e há ampla concorrência entre os agentes. Por fim, o andar superior ou “capitalismo” *per se*, que é o verdadeiro diferencial em relação às demais economias-mundo. Assim como na camada intermediária, predomina a lei de valorização do capital baseado na mais valia de Marx (dinheiro/mercadoria/mais dinheiro ou D-M-D’), mas a existência de grandes monopólios e a interferência de interesses políticos distorcem as regras do livre mercado, transformando-o no “antimercado” e possibilitando, por meio das altas finanças, a ocorrência de “lucros extraordinários” (WALLERSTEIN, 2006, p. 18).

A origem do sistema-mundo moderno em fins da Idade Média europeia decorre, segundo Fiori (2007, p. 22-24), do ciclo virtuoso entre a *necessidade de conquista* dos soberanos europeus e a *necessidade de lucro* dos grupos de comerciantes e banqueiros. Os soberanos careciam de recursos financeiros no curto prazo para promover suas guerras de expansão ou de sobrevivência, dada a intensa pressão competitiva entre os inúmeros reinos que dariam origem aos Estados nacionais modernos. Logo, recorriam constantemente aos serviços dos “comerciantes-banqueiros”. Para estes, os Estados nacionais em formação criaram um ambiente extremamente lucrativo, em que empréstimos, operações de câmbio, comercialização de produtos excedentes, e concessão de crédito para os soberanos, se tornaram as primeiras oportunidades de multiplicação do dinheiro por meio do próprio dinheiro, dando origem à lógica (D-D’) de valorização do capital.

Arrighi (1996, p. 87) utiliza a definição de David Lane para definir os dois tipos de organizações fundamentais deste sistema: governos e empresas comerciais.

Os governos são organizações voltadas para o poder, que utilizam a guerra, a força policial e os procedimentos jurídicos, suplementados por apelos aos sentimentos morais, como característicos de atingir seus objetivos; elas geram sistemas de direito e felicidade. As empresas comerciais, em contraste, são organizações voltadas para o lucro, que utilizam com atividades costumeiras a compra e venda; geram sistemas de produção e distribuição.

Wallerstein (1974, p. 355) enfatiza a importância dos reinos monárquicos tanto para a burguesia nascente quanto para a aristocracia tradicional:

For the [emergent capitalist strata], the strong state in the form of the “absolute monarchies” was a prime customer, a guardian against local and international brigandage, a mode of social legitimation, a preemptive protection against the creation of strong state barriers elsewhere. For the [old aristocratic hierarchies], the strong state represented a brake on these same capitalist strata, an upholder of status conventions, a maintainer of order, a promoter of luxury.

No somatório de fatores geográficos, econômicos e políticos, o norte da Itália na Baixa Idade Média foi a região que mais prosperou com este fenômeno. O renascimento do comércio e o afluxo de grande quantidade de produtos, pessoas e capitais, foram responsáveis pelo crescimento cooperativo das cidades-Estado italianas³. Porém, em meados do século XIV a riqueza acumulada na região não encontrava mais formas de ser reinvestida nos “canais normais” da economia, ou seja, na produção e comércio. “O que os grupos capitalistas já não podiam investir com lucro no comércio, eles passaram a investir na tomada pela força dos mercados ou territórios dos concorrentes”, originando uma série de guerras “entre irmãos” italianos (ARRIGHI, 1996, p. 94).

Se o investimento nessas guerras trouxe, num primeiro momento, lucratividade imediata para algumas cidades-Estado, no longo prazo os custos de manutenção de exércitos, os danos públicos causados por soldados mercenários e a alta dos preços de alimentos gerada pela maior demanda, tornaram-se “cada vez mais contraproducente[s] para os grupos capitalistas que haviam passado a controlar as cidades-Estado sobreviventes” (ARRIGHI, 1996, p. 95).

Como consequência dos prejuízos causados pela guerra, surge uma necessidade de cooperação entre os soberanos para criar um mecanismo de segurança coletiva que garantisse os interesses das elites capitalistas e evitasse o controle da economia-mundo por apenas uma

³ Neste momento de expansão comercial, as diferenças de nicho de mercado entre as “quatro grandes” promoveram a complementaridade da divisão do trabalho entre si: Florença se especializava no comércio de têxteis e Milão no de metais, ambas voltadas para os mercados do noroeste da Europa através de rotas terrestres; já Veneza e Gênova voltavam-se para o comércio marítimo com o Oriente. Esta especializada no comércio de seda com o circuito centro-asiático e aquela no comércio de especiarias com o circuito sul-asiático (ARRIGHI, 1996, p. 90).

unidade política. Nas palavras de Kennedy (1989, p. 30): “nenhuma cidade-Estado podia lutar para afirmar-se sem que as outras intervissem para preservar o equilíbrio; nenhuma ‘nova monarquia’ podia aumentar seus domínios sem provocar os rivais a buscarem compensações”. Tal mecanismo de equilíbrio de poder tornou-se o fundamento do sistema interestatal existente até hoje.

Portanto, a aliança entre capital e Estado está na origem do sistema-mundo moderno. Arrighi (1996) demonstra que, ao longo dos últimos cinco séculos, tais alianças adquiriram roupagens distintas de acordo com as sucessivas hegemonias mundiais e foram responsáveis por ondas de expansão global da economia-mundo capitalista e do sistema interestatal de origem europeia. De forma semelhante, Kennedy (1989, p. 82) aponta para as finanças e a geopolítica entre Estados autônomos, movidas por inovações tecnológicas (civis e militares), como os dois elementos estruturais que, combinados, explicam a ascensão e queda das grandes potências.

Os mapas abaixo apresentam a expansão geográfica do sistema-mundo moderno até o século XVIII, enfatizando o papel das cadeias de mercadorias⁴ na ligação entre os pontos centrais e periféricos do globo.

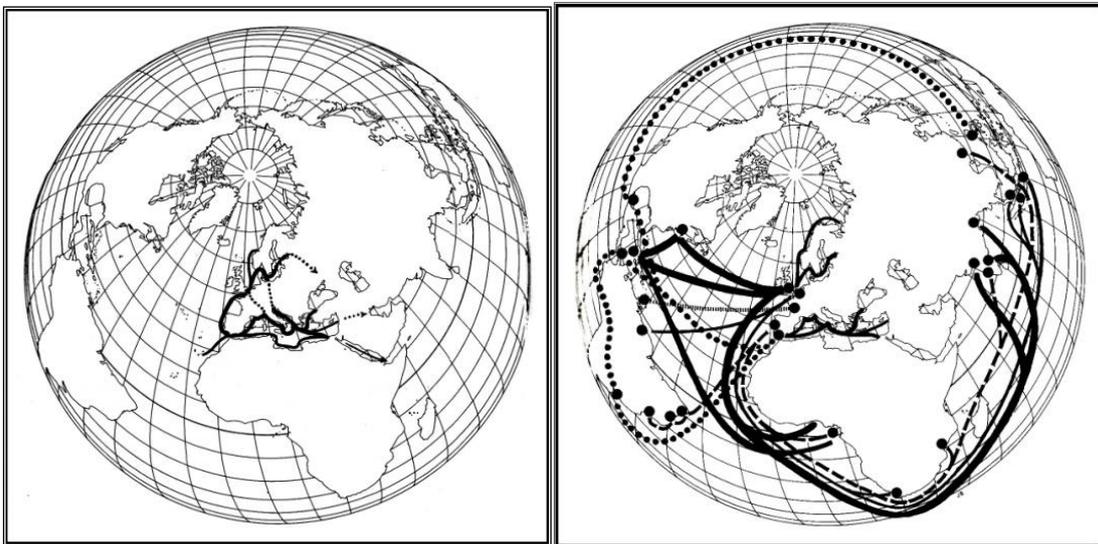


Figura 1. A expansão geográfica da economia-mundo europeia (1500 e 1775)

Fonte: BRAUDEL, 1996, p.18-19.

⁴ As cadeias de mercadorias estão relacionadas ao comércio de longa distância, que engloba várias regiões e passa fronteiras de territórios de Estados nacionais. São encadeamentos produtivos e comerciais que compõem a produção de mercadorias, desde a extração de suas matérias-primas — em geral, feita nas regiões periféricas — até sua transformação em produtos de alto valor agregado, normalmente realizada no centro (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 106).

Portanto, o sistema-mundo moderno apresenta três características singulares (WALLERSTEIN In GILLS; FRANK, 1992, p. 623):

- 1) Na dimensão espacial, há uma hierarquização entre zonas centrais e periféricas, com uma região intermediária chamada semiperiferia. A conformação geográfica da relação centro-periferia é definida pela atuação dos agentes empresariais e estatais nas redes de produção, comércio e finanças;
- 2) Na dimensão temporal, o sistema oscila entre fases de expansão e contração econômica. Nesse ambiente, as empresas estão sujeitas a variações nos fluxos de capital e a oscilações em suas taxas de lucro e na concorrência. Já os Estados passam a atuar de forma cooperativa ou competitiva de acordo com a disposição de suas fontes materiais de poder;
- 3) Por fim, há uma relação transversal de “hegemonia-rivalidade” no espaço-tempo, pautada pela disputa por poder e riqueza entre agentes estatais e empresariais. Tais disputas, analisadas adiante de acordo com os ciclos sistêmicos de acumulação, acabam gerando arranjos mais propensos à governança ou ao caos sistêmico. Nas palavras de Wallerstein (1974, p. 354), *“if there is to be a multitude of political entities, then it cannot be the case that all these entities be equally strong”*.

Deve-se ter em mente que a disposição geográfica e as fases econômicas *moldam e são moldadas* por este terceiro elemento transversal que representa a ação humana sobre a realidade material. A busca por poder e riqueza, motivações essenciais dos operadores dos Estados e das empresas capitalistas, é, portanto, a força motriz da formação e expansão do sistema-mundo moderno desde seu surgimento em fins da Idade Média. Daí a relevância, segundo Kennedy, da análise das “tendências maiores” das questões mundiais que, longe de negar que os homens fazem sua própria história, reconhece que eles a fazem dentro de circunstâncias históricas que podem limitar (bem como ampliar) as possibilidades (KENNEDY, 1989, p. 9).

Tendo em vista as características fundamentais do sistema-mundo moderno, discute-se a seguir o papel das hegemonias mundiais e dos ciclos sistêmicos de acumulação sob a ótica de Giovanni Arrighi.

1.2 A HEGEMONIA ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL E INTERNACIONAL: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA CONCEPÇÃO GRAMSCIANA

Fundamentado, em parte, em Antonio Gramsci, Arrighi aproxima-se de Robert Cox e Joseph Nye para entender o conceito de hegemonia como uma metáfora de um Centauro, metade homem metade animal (COX, 2007, p. 105), em que a liderança reside numa combinação de consentimento e coerção. Embora as ideias de Gramsci reflitam o cenário político interno da Itália durante o regime fascista, sua visão das relações de poder é seguramente aplicável ao plano sistêmico das relações internacionais.

Arrighi afirma que o poder hegemônico depende da capacidade do grupo dominante em apresentar-se como portador de um interesse geral e de ser percebido assim, ampliando seu poder pela via consensual em detrimento da dominação pelo uso da força (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 35). Utilizando os conceitos de Talcott Parsons, o autor caracteriza “deflação de poder” para situações de dominação, em que uma sociedade só pode ser governada pelo uso da força ou ameaça de seu uso; e “inflação de poder” quando os grupos subordinados têm confiança em seus governantes, os quais gozam de um poder *adicional* baseado no consenso e exercem a hegemonia no sentido estrito.

Além das faces coercitiva e consensual, há um terceiro elemento fundamental que sustenta o tripé de poder de um grupo hegemônico: a centralidade econômica no modo de produção e a capacidade de atender as demandas materiais de desenvolvimento dos subordinados. Em outros termos, para um grupo garantir o poder hegemônico que vá além da dominação pela força, precisa guiar seus seguidores na construção de um futuro benéfico ao coletivo, uma vez que ambas as razões – material e ideal – são, segundo Gramsci, “as motivações básicas da ação humana” (AUGELLI; MURPHY, 2007, p. 205).

Ao transpor o conceito para o plano interestatal, Arrighi identifica duas formas de liderança hegemônica. A primeira, sob aspectos “distributivos” ou de soma zero, decorre de uma liderança “contra a vontade do líder”, ou seja, quando a hegemonia é imitada por concorrentes que passam a deflacionar/enfraquecer seu “caráter especial” (GILPIN, 1981 apud ARRIGHI, 2001, p. 36). Assim, o ganho de poder dos emergentes significa crise do poder hegemônico, elevando a instabilidade e a rivalidade dentro do sistema.

A segunda forma de liderança decorre de aspectos “coletivos” de poder e consiste na existência da hegemonia *stricto sensu*. O Estado líder estabelece uma relação de soma positiva, ou seja, de cooperação e benefícios mútuos com os grupos dominantes do sistema, havendo um aumento de poder coletivo em relação a terceiros ou à natureza (ARRIGHI,

2001, p. 36). A título de exemplo, cita-se o papel da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na relação dos EUA com seus parceiros europeus: a despeito das críticas de De Gaulle, a criação dessa entidade militar trouxe ganhos mútuos de segurança nos dois lados do Atlântico e a liderança norte-americana passou a ser vista como benéfica pelos europeus frente à ameaça de um terceiro agente, a União Soviética.

Assim, o tripé da hegemonia das elites que operam um Estado pode ser derivado para o plano interestatal. A) Coerção: Embora a assimetria de poder bélico da hegemonia em relação aos demais países não seja idêntica ao monopólio da violência do Estado sobre seus cidadãos, a hegemonia dispõe de uma superioridade coercitiva considerável – o chamado *hard power*; B) consenso: o apelo consensual se traduz na capacidade do Estado hegemônico em ser visto como o defensor de valores coletivos e garantidor de ordem e estabilidade sistêmica – o *soft power*; e C) centralidade econômica: a importância das elites na economia nacional se traduz na capacidade dos agentes empresariais hegemônicos em atrair e acumular capital, alçando seu país à centralidade da economia-mundo capitalista.

Os casos históricos de consolidação hegemônica decorreram de uma demanda por ordem entre Estados, empresas e sociedades, sempre após longos períodos de guerras e caos sistêmico. Assim, quando um Estado acumula capacidades nas três esferas do tripé hegemônico, garante uma nova rodada de governança política e pujança econômica. Porém, quando tal Estado deixa de gozar de assimetrias de *hard* e *soft power* e perde sua centralidade econômica, entra no processo sem volta de declínio hegemônico e o sistema volta a tender ao caos e ao conflito. Para compreender a oscilação entre governança e caos, bem como a relação entre hegemonia em declínio e emergente associado, vejamos mais a fundo os ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi.

1.3 OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E OS LONGOS SÉCULOS HEGEMÔNICOS

1.3.1 Caos e governança: os polos opostos do sistema-mundo moderno

A história do sistema mundial moderno é marcada pela sucessão de ciclos sistêmicos de acumulação, nos quais se desenvolvem as potências hegemônicas e suas relações com regiões periféricas e semiperiféricas. Em se tratando de ciclos, compostos de ascensão, plena expansão e superação dos agentes que o promovem, é necessário distinguir dois polos opostos em um espectro ideal que vai da ordem absoluta ao caos sistêmico. Tal espectro se aproxima

da concepção de Adam Watson (1992, p. 13-18) sobre o pêndulo da história, que oscila entre o império absoluto (ou império-mundo nos termos de Wallerstein), e as independências múltiplas (ou economias-mundo compostas por unidades políticas com recursos de poder virtualmente iguais).

Nos exemplos históricos mais próximos do império absoluto, o sistema é caracterizado pela verticalidade, ou seja, prevalecem ordem e estabilidade em detrimento da mobilidade das unidades políticas (MARIUTTI, 2009, p. 70). Isto significa que há um controle do sistema-mundo fundado na assimetria de poder e riqueza, de forma que eventuais mobilidades posicionais entre regiões não comprometem a ordem sistêmica. Toma-se como exemplo o Império Romano que, enquanto uma unidade política centralizada, logo um império-mundo, manteve por séculos um arranjo no qual as províncias estiveram vinculadas às decisões políticas e à divisão do trabalho centralizadas em Roma, tendo pouca autonomia em termos de acumulação de excedente produtivo e em termos de liberdade política⁵.

Já nos casos históricos mais próximos das independências absolutas, a ordem hierárquica dá lugar à anarquia, à alternância de alianças multipolares e ao surgimento de centros econômicos com suas próprias periferias, uma vez que as unidades políticas dispõem de recursos semelhantes de poder e riqueza. Neste ambiente de horizontalidade e mobilidade, o estado de natureza hobbesiano é acentuado e, não raro, a guerra dentro do sistema torna-se inevitável. O arranjo de cidades-Estado na Grécia Antiga e a formação de alianças variáveis no prelúdio da Guerra do Peloponeso são os exemplos clássicos desse tipo de sistema.

O sistema-mundo moderno oscila entre os dois polos extremos. Nem império nem independências absolutas: o que existe é uma assimetria balanceada que apresenta ordem/hierarquia e mobilidade/anarquia em termos moderados e alternantes (MARIUTTI, 2009, p. 72). Nos períodos de auge das hegemonias, o sistema pende para o lado da ordem e da governança, mas a existência de outras soberanias evita que o sistema chegue a uma ordem imperial. Nos períodos de crise e transição de hegemonias, a governança dá lugar à instabilidade e o sistema pende para o polo do caos sistêmico. A crise do tripé hegemônico e a emergência de novos centros de poder e riqueza elevam a competição entre empresas e a

⁵Um sistema imperial marcado pela ordem e hierarquia não significa, necessariamente, a ausência de confrontos militares. A diferença para uma economia-mundo com múltiplas independências é que nesta, os conflitos tendem a ocorrer tanto entre as unidades políticas quanto entre estas e o mundo exterior; no império-mundo, a guerra predomina nas fronteiras do sistema, ou seja, contra o mundo exterior, uma vez que a centralização de poder e riqueza impede autonomias internas e abafa levantes contra o governo central.

rivalidade entre Estados, provocando conflitos sistêmicos⁶ e uma profunda transformação espaço-temporal na distribuição de capacidades entre os agentes.

1.3.2 Os ciclos sistêmicos de acumulação (CSAs)

Um estudo que verse sobre os CSAs será relativamente incompleto sem as discussões prévias dos conceitos de hegemonia, caos e governança, os tipos de sistema-mundo, e as estruturas de longa duração do sistema-mundo moderno. Entra-se agora na parte mais importante, em que se busca reunir e ordenar todos estes temas, de modo a compreender a ascensão, auge e declínio dos poderes hegemônicos no transcorrer dos longos séculos e seus CSAs.

Arrighi coloca o sistema-mundo em perspectiva histórica ao caracterizar os CSAs a partir da lei de valorização do capital de Marx e do conceito de destruição criadora de Schumpeter. O autor percebe que, de tempos em tempos, surge um centro capitalista mais dinâmico e inovador do que o antigo, tornando obsoletas as combinações do centro estabelecido ou, nos termos de Schumpeter, destruindo o modelo velho a partir da criação do novo (ARRIGHI, 1997, p. 148).

Arrighi percebe que estes ciclos de inovação seguem um padrão de “prosperidade/expansão material” e “depressão/expansão financeira” de acordo com a lei de valorização de capital (D-M-D’). A fase de prosperidade ou expansão material ocorre quando as inovações tecnológicas e organizacionais do centro capitalista são absorvidas pela economia real e o capital disponível é investido nos setores produtivos e comerciais. Em outros termos, é o momento de pujança econômica e transformação mais dinâmica do espaço, quando o investimento produtivo é o meio capaz de garantir aos capitalistas a reprodução de seu capital a taxas de lucro extraordinárias. (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 120). Arrighi define esta fase da seguinte maneira:

(...) as expansões materiais ocorrem em virtude do surgimento de um bloco específico de agentes governamentais e empresariais capazes de levar o sistema a novo ajuste espacial, que cria condições para o surgimento de divisões de trabalho mais amplas ou profundas. Nessas condições, o retorno do capital investido no comércio e na produção aumenta; o lucro tende a ser aplicado, de modo mais ou

⁶ As “grandes guerras de coalizão” na definição de Kennedy (1989) e as “guerras de trinta anos” na definição de Arrighi (1996) são caracterizadas por longos períodos de conflito generalizado e competição econômica (guerras de atrito) entre os Estados beligerantes. Arrighi identifica três guerras que duraram cerca de trinta anos e tiveram como consequência a redistribuição de capacidades sistêmicas e a substituição definitiva de um CSA por outro: A própria Guerra dos Trinta Anos (1618-1648); As Guerras Napoleônicas (1792-1815); e o período que compreende as duas guerras mundiais (1914-1945).

menos rotineiro, em mais expansão do comércio e da produção; e, conscientemente ou não, os principais centros do sistema cooperam para manter a expansão uns dos outros (ARRIGHI, 2008, p. 241).

Conforme será visto adiante, a fase de expansão material coincide com o auge da hegemonia mundial, quando o modelo de acumulação gestado no Estado líder transforma a geografia do sistema-mundo e cria novos parâmetros de poder entre Estados e novas relações econômicas entre centro e periferia.

Não obstante, a fase de depressão, contração ou expansão financeira do sistema é produto de dois fatores interligados (duas formas de concentração de capital). Em primeiro lugar, o fator interno decorrente da financeirização da economia hegemônica, quando há excesso de capital financeiro, ou seja, quando a acumulação de capital é muito superior ao que pode ser investido com lucro na economia real – no comércio e na produção – e, com isso, surgem nichos de mercado altamente lucrativos para intermediários financeiros que, devido à expansão material precedente, levam vantagem ao operar a partir da própria economia hegemônica. (ARRIGHI, 2008, p. 241; ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 120-121).

Assim, a partir de uma crise sinalizadora o capital excedente migra para atividades especulativas e o sistema financeiro “descola-se” da economia real e provoca concentração de riqueza e contenção dos salários reais. Em suma, o “dinheiro” se transforma em “mais dinheiro” (D-D’) sem ser investido na produção e circulação de mercadorias reais e a centralidade da hegemonia garante um “momento maravilhoso” de reanimação ilusória do seu CSA. Assim, essas expansões financeiras são portadoras de extraordinária novidade cognitiva porque prenunciam o que comumente é o oposto do sentido convencional de crise (BRUSSI, 2011, p. 401). Elas trazem a *Belle Époque* das hegemônias, definida como a “cegueira das elites” que acreditam viver o auge de seu modelo mas que de fato, vivem o “outono”, ou seja, o início do seu próprio declínio⁷.

A fase de expansão financeira indica que as bases materiais do regime de acumulação de capital e poder do Estado hegemônico encontram-se esgotadas, isto é, não proporcionam mais expectativas de lucros extraordinários nas suas estruturas

⁷ Verificam-se exemplos da *Belle Époque* nos quatro CSAs: o Renascimento italiano após um século de expansão comercial no Mediterrâneo; a efervescência cultural e intelectual de Amsterdã em princípios do século XVIII; a Idade de Ouro dos últimos anos da Era Vitoriana e os anos da Era Eduardiana na Inglaterra em fins do século XIX e começo do século XX; e o novo fôlego da hegemonia norte-americana nos anos 1990, sob a égide da globalização e da integração dos mercados mundiais. Nas palavras de Arrighi e Silver (2001, p. 77), a expansão financeira da *Belle Époque* é um sinal de outono que anuncia “a maturidade dos processos de acumulação de capital instituídos sob uma dada hegemonia”. Já em sua obra mais recente, Arrighi (2008, p. 241-242) afirma que todos os centros dominantes do capitalismo mundial desfrutaram de uma *Belle Époque* de inflação de riqueza e poder que, no final das contas, aprofundou a crise de superacumulação subjacente, exacerbando a concorrência econômica, os conflitos sociais e as rivalidades entre Estados num nível além do poder de controle dos centros dominantes.

produtivas. Um volume crescente de capital, na sua forma líquida e mais flexível, vai procurar sua valorização na esfera financeira (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 120-121).

Em segundo lugar, o fator externo consiste na concentração de capital “às margens da economia hegemônica” (ARRIGHI, 2001, p. 75; 2008, p. 242). Isso se dá com uma transferência de capital excedente dos centros dominantes para os Estados emergentes de desenvolvimento capitalista. Por meio de inovações organizacionais, tecnológicas e outras vantagens particulares, Estados emergentes tornam-se mais dinâmicos e mais rentáveis para o capital especulativo que se encontra “encalhado” no centro antigo. Logo, se o capital não mais encontra condições propícias de se reproduzir nos “canais estabelecidos”, pois estes se encontram em processo de financeirização e queda da taxa de lucros reais, aos poucos surgem novos centros com modelos inovadores, mais atrativos e que garantem um retorno mais estável no longo prazo, seja devido a baixos salários, novas oportunidades ou escassez de capital.

Assim, há um duplo processo de concentração de capital que vai redundar no caos sistêmico: a) na esfera financeira da economia hegemônica; e b) na esfera real de economias emergentes.

Esse momento de transição entre modelos é:

(...) um período de crise hegemônica, de transformação estrutural do moderno sistema de Estados nacionais soberanos, de surgimento de novos regimes de acumulação, de novos modos de governo, de reorganização do sistema-mundo sob nova liderança, durante o qual são lançadas as bases para a superação da crise financeira e para o início de um novo ciclo sistêmico de acumulação, com transformações nas estruturas de produção e nas formas de hegemonia política (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 120-121).

Arrighi identifica os impactos econômicos e políticos das expansões financeiras, da seguinte forma:

Em termos econômicos, elas desviam sistematicamente o poder de compra do investimento em commodities (até mesmo a força de trabalho), criador de demanda, para a acumulação e especulação, exacerbando assim os problemas de realização dos lucros. Em termos políticos, tendem a se associar ao surgimento de novas configurações de poder, que minam a capacidade do Estado hegemônico dominante de se aproveitar da intensificação da concorrência em todo o sistema (ARRIGHI, 2008, p. 172).

Portanto, esta redistribuição de riqueza significa que nas expansões financeiras, o capitalismo mundial reorganizou-se ainda mais fundamentalmente sob uma nova liderança, resultando em ajustes espaciais de escala e alcance cada vez maiores que criaram condições

para a solução da crise de superacumulação anterior e a decolagem de nova fase de expansão material (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 41; ARRIGHI, 2008, p. 243). Logo, os CSAs consistem na esfera material que afeta, e é afetada, pelas mudanças na distribuição de poder entre Estados, de forma que os três centros econômicos posteriores à liderança das cidades-Estado italianas, abrigaram também as hegemonias mundiais modernas: a holandesa, no “longo século XVII”; a inglesa, no “longo século XIX”; e a norte-americana, no “longo século XX”.

1.3.3 Os ciclos hegemônicos ou “longos séculos”

Arrighi utiliza a expressão “ciclos seculares” de Braudel para se referir às fases dos ciclos hegemônicos na era moderna. Ao empregar o termo “longo século”, aquele autor estabelece uma moldura temporal adequada para as três fases de vida destas hegemonias, que, somadas, duram mais do que exatos cem anos. Assim, de acordo com o esquema abaixo, os três períodos são: “fase 1” ou de ascensão, “fase 2” ou de plena expansão e “fase 3”, de declínio ou de eventual superação dos agentes e estruturas de um ciclo sistêmico de acumulação (ARRIGHI, 1996, p. 218-219). É importante ressaltar que os “longos séculos” se sobrepõem durante as transições. Assim, o período de declínio (depressão e expansão financeira (DD’)) de um “complexo de ponta”⁸ é também o início da expansão material (DM’) de um novo modelo, que torna obsoleto o anterior ao trazer inovações no mundo empresarial e governamental.

⁸ Arrighi (2001) toma emprestada a expressão “complexo de ponta” de Michael Mann para identificar o centro de acumulação de poder e riqueza de determinada época. Assim, afasta a ideia de que uma hegemonia é necessariamente um Estado nacional moderno, podendo ser um Estado protonacional, não territorialista, como as Províncias Unidas, ou um Estado multinacional como o Reino Unido.

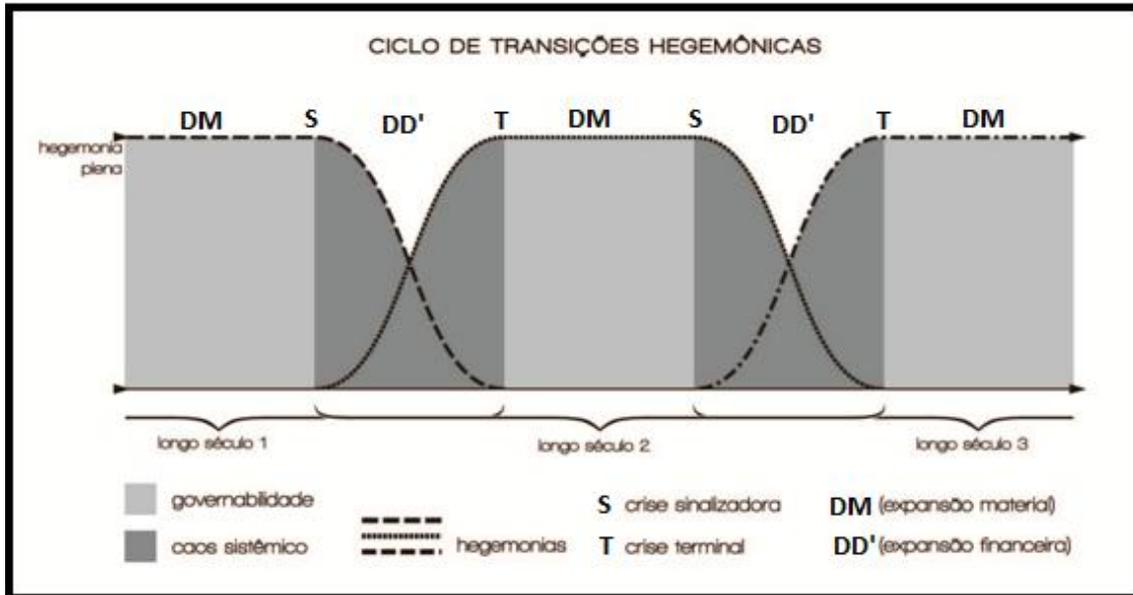


Figura 2. Ciclo de transições hegemônicas⁹

Portanto, o sistema oscila entre os polos de governança (quando a hegemonia está em sua “fase 2” ou plena expansão) e caos sistêmico (quando a “fase 3” ou declínio de uma hegemonia é também a “fase 1” ou de ascensão de outra). Propomo-nos, primeiramente, a analisar o período de governança para, em seguida, aprofundar o exame dos processos de transição hegemônica, mais especificamente a relação entre uma hegemonia em declínio e o emergente a ela associado.

1.3.3.1 O período de governança hegemônica

Antes de se tornarem hegemônias mundiais, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos passaram por processos de ruptura política interna e inovação econômica. Após assumirem o controle do Estado e construírem uma hegemonia interna, os grupos que lideravam estes movimentos de rompimento, mudaram a forma de inserção internacional de seus países¹⁰. Assim ocorreu com as Províncias Unidas após a obtenção da independência em relação à Espanha Habsburgo, com a Inglaterra após as revoluções burguesas do século XVII, e com os Estados Unidos após a Guerra de Secessão.

⁹ Esquema elaborado pelo autor, tendo como base a proposta teórica de Giovanni Arrighi e Beverly Silver (2001).

¹⁰ Utilizando as palavras de Robert Cox (2007, p. 118) definimos que “uma hegemonia mundial é, em seus primórdios, uma expansão para o exterior de uma hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante”.

Na esteira das rupturas internas, estes países alinharam-se economicamente à hegemonia da época¹¹ e começaram a exercer uma atração crescente sobre os capitais disponíveis devido a novas alianças entre agentes empresariais e governamentais¹². Porém, somente ao final de um período de caos sistêmico e guerras prolongadas, tais países concentraram vantagens competitivas que lhes conferiram uma assimetria considerável de poder e riqueza. Retomando o conceito de hegemonia de Gramsci, é possível constatar que as vantagens econômicas do complexo de ponta no pós-guerra são tão desequilibradas em relação às demais unidades políticas, que lhe permitem construir uma superestrutura de poder baseada no consenso e na coerção, promovendo assim a “inflação” (ou os aspectos coletivos) do poder hegemônico.

Neste período de governança sistêmica, o exercício da hegemonia é marcado pelo consenso em detrimento da coerção. Através dos tratados, convenções e organizações internacionais¹³, o complexo de ponta reorganiza a economia-mundo à sua “imagem e semelhança”, estimulando a internacionalização de seus agentes empresariais, os quais promovem uma expansão material que abrange boa parte do sistema e difundem suas tecnologias, costumes e valores.

Portanto, a fase 2 consolida um novo CSA e tem como base a expansão material (DM) viabilizada por seus agentes empresariais. E como numa via de mão dupla, essa vanguarda econômica garante à entidade governamental condições de criar um sistema de poder interestatal baseado em sua superioridade bélica, mas principalmente em seu apelo consensual de cooperação e desenvolvimento coletivos.

¹¹ A Inglaterra se alinhou à Holanda e os EUA se alinharam à Inglaterra. A exceção é a Holanda, cuja ascensão decorreu de uma guerra de independência prolongada (a Guerra dos Oitenta Anos), quando se associou apenas à esfera econômica do complexo ibérico-genovês (i.e.) às nações de financistas italianos que operavam dentro do Império Habsburgo (dentre eles os genoveses), enquanto que na esfera política opôs-se ao expansionismo espanhol para conquistar sua independência.

¹² Foi assim que acionistas das companhias de comércio holandesas receberam apoio e trouxeram riqueza e poder para Amsterdã e para o *Stadhouder* (chefe de governo holandês); industriais e comerciantes da Inglaterra receberam apoio do parlamento e da marinha de guerra britânica para “amarrar” o mundo à sua divisão do trabalho e tornar Londres o centro econômico mundial; e empresários norte-americanos aproveitaram-se do protecionismo estatal para desenvolver suas corporações e fazer dos EUA uma potência econômica e militar.

¹³ Robert Cox (2007, p. 119) elenca algumas características da organização internacional que expressam seu papel hegemônico, sendo as principais: “1) corporifica as regras que facilitam a expansão das ordens mundiais hegemônicas; 2) Legitima ideologicamente as normas da ordem mundial, e; 3) Coopta as elites dos países periféricos e absorve ideias contra-hegemônicas.”

1.3.3.2 O período de transições hegemônicas e a interdependência assimétrica

a) Agentes protagonistas

Os períodos de transição hegemônica são historicamente marcados pela interação entre três tipos de agentes, identificados por Arrighi (1996) e Chase-Dunn (1989). 1) Uma hegemonia em declínio (A) e em processo de expansão financeira é pressionada por um poder emergente revisionista que lembra uma proposta de império-mundo (B) o qual, insatisfeito com a ordem vigente, tende a elevar os gastos com defesa de (A) e potencializar o caos sistêmico, culminando em um período de conflito generalizado; 2) a hegemonia (A) é induzida a aliar-se a outro poder emergente (C) para combater a ameaça militar de (B); e 3) (A) e (C) vencem a guerra e (C) emerge como o centro de uma nova expansão material e, por conseguinte, como a nova hegemonia mundial.

Conforme mencionado na introdução, não é do escopo deste estudo verificar se o declínio hegemônico norte-americano é concomitante à ascensão de um hipotético longo século chinês. Porém, admite-se que os EUA podem ser caracterizados, desde os anos 1970, como um poder hegemônico em declínio (A), posto que passam por um processo de expansão financeira identificável; e a China pode ser identificada como um emergente associado (C), posto que vive desde fins dos anos 1970 um processo de abertura econômica e expansão material associada, em certa medida, a tecnologias e mercados norte-americanos. A grande questão reside em identificar (B) para analisar a relação (A-C).

No caso dos EUA, o emergente revisionista (B) não é um “império-mundo” ou uma organização específica, mas uma relação de constante conflito com inimigos variáveis, na qual gastos crescentes em defesa se combinam com a conjuntura econômica de expansão financeira e ruptura de instituições criadas pela própria hegemonia. Assim, fazem-se verdadeiras as premissas de Fiori (2007, p. 105-106): a) a própria hegemonia desestrutura sua condição ao desfazer as regras e instituições que construiu, toda vez que elas obstaculizam seu caminho expansivo; e b) na maioria dos casos, é o próprio *hegemon* que cria ou inventa seus competidores, mesmo quando seu poder parece absoluto e incontestável¹⁴.

¹⁴ Arrighi e Silver demonstram que o papel disruptivo de potências emergentes diminuiu de uma transição hegemônica para outra. Em contrapartida, cada novo hegemonia em declínio desempenhou um papel mais ativo no colapso sistêmico. Assim, os emergentes do longo século holandês (França e Inglaterra) foram mais determinantes do que a própria Holanda no colapso sistêmico; e no declínio britânico, é possível apontar tanto a agressividade alemã quanto a resistência inglesa à adaptação e conciliação, como causas de peso equilibrado no caos. Hoje, a inversão é clara: não há potências emergentes e agressivas capazes de provocar o colapso da ordem mundial, enquanto que os EUA têm uma capacidade maior do que a da Inglaterra há um século e muito maior do

Esta relação tem origem na década de 1970 e decorre da crise econômica nos EUA associada aos gastos na Guerra do Vietnã. Nos anos 1980 tem-se os gastos do governo Reagan com o programa Guerra nas Estrelas, acompanhado de exposições militares menos custosas em países periféricos como Somália, Granada, Panamá, a antiga Iugoslávia e ações contra o narcotráfico na América do Sul. Por fim, desde os ataques de onze de setembro em 2001 o terrorismo islâmico assumiu o papel do inimigo a ser combatido.

Tal como no Vietnã, a Guerra ao Terror caracteriza-se pela assimetria de forças e a incapacidade dos EUA em por fim definitivo aos combates no curto prazo. A fragmentação das redes terroristas e a dificuldade de combatê-las nos remetem à figura mitológica da Hidra de Lerna que, a cada cabeça decepada por Hércules, surgiam duas em seu lugar. Assim, o terrorismo islâmico pode ser visto como a nova face de um agente revisionista (B), que consome recursos e eleva as vulnerabilidades da hegemonia em declínio apesar de sua morfologia distinta dos revisionistas do passado, como a França monárquica e napoleônica e a Alemanha Imperial e nazista. Neste sentido estrito, as consequências da Guerra ao Terror para os EUA se assemelham às da Primeira Guerra Mundial para a Inglaterra e às da Guerra de Sucessão Espanhola para a Holanda: enfraqueceram a hegemonia mundial e abriram espaço para uma potência emergente a ela associada, numa típica situação de *tertius gaudens*, oportunamente sugerida por Arrighi (2008).

Portanto, estes três elementos interligados (hegemonia em declínio; emergente associado; e um ator revisionista que tende a desgastar a hegemonia, neste caso na forma de sublevações terroristas) não são inéditos no sistema-mundo moderno, sendo de grande valia um exame aprofundado dos casos semelhantes na história para a compreensão das relações sino-americanas desde a década de 1970 e, principalmente, após os atentados de 11 de setembro de 2001.

b) Conceitos da interdependência

A relação “hegemonia em declínio – emergente associado” é objeto fundamental no campo de análise do sistema-mundo moderno e o diálogo com os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade de Joseph Nye pode facilitar a sua compreensão. Conforme dois países estreitam laços econômicos dos mais variados, há uma tendência de que seus agentes empresariais desenvolvam uma relação de mútua dependência, também chamada de

que a da Holanda há três, “para converter sua hegemonia em uma dominação sem consenso” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 298) e lançar o sistema novamente na direção do caos.

interdependência. Uma vez que essas trocas estejam inseridas em uma economia-mundo capitalista desigual e afetada por relações de poder entre Estados, é natural que as assimetrias apareçam. Logo, a interdependência raramente é equilibrada, e suas assimetrias são verdadeiras fontes de poder, que podem ser mensuradas por meio da sensibilidade e vulnerabilidade de cada agente (NYE, 2011, p. 55).

A sensibilidade tem um caráter quantitativo, é definida como a quantidade e ritmo dos efeitos da dependência mútua, ou seja, a rapidez com que as mudanças em uma parte produzem impactos em outra. Já a vulnerabilidade é qualitativa e implica na assimetria entre agentes. Nye a define como a capacidade de minimizar os custos relativos à dependência mútua, ou seja, a habilidade de determinado agente em minimizar os custos impostos por mudanças em outra parte do sistema (NYE, 2009, p. 254; 2011, p. 54). Assim, dois países A e B muito sensíveis um ao outro podem obter benefícios mútuos em termos absolutos, mas é a capacidade de A em reagir a custos (reais ou potenciais) impostos por B que lhe garante um excedente de poder. Logo, A tem o desafio de aprofundar laços com B, tornando-se mais sensível a este, mas evitar que esta interdependência torne-o mais vulnerável/dependente em termos relativos.

Nos períodos conturbados de transição entre CSAs, hegemonia em declínio (A) e emergente associado (C) tendem a se tornar mais interdependentes, e a assimetria de poder e riqueza daquela é relativizada em favor da nova potência. Em comum, os emergentes que se transformaram em hegemônias mundiais tiveram uma relação diferenciada com o poder hegemônico que os precedeu, daí o termo “emergente associado”. De modo geral, (C) logrou reduzir suas vulnerabilidades em relação a (A) que, por sua vez, tornou-se gradualmente mais vulnerável a (C) até ser finalmente substituído como hegemonia mundial. Cabe também, enfatizar o papel das guerras nesta “troca de guarda” na liderança do sistema-mundo moderno e vinculá-las à tese da superextensão¹⁵ imperial de Kennedy, que ocorre quando investimentos de recursos essenciais são desviados para gastos excessivos com defesa (KENNEDY, 1989, p. 8-9).

Utilizando-se os termos de Nye (2009, p. 254), há uma redefinição de custos da interdependência entre ambos nos seguintes termos:

¹⁵ O conceito de superextensão imperial ou *imperial overstretch* é apresentado por Kennedy (1989, p. 488-489) como o dilema enfrentado por grandes potências ao longo da história, as quais se veem comprometidas com um excesso de compromissos externos, geralmente ligados à segurança e defesa dos interesses nacionais, cujo ônus de manutenção traz custos econômicos e acelera o próprio declínio tecnológico, estratégico e econômico de determinada potência. Ao se referir aos EUA, o autor afirma que “os responsáveis pelas decisões em Washington têm de enfrentar a dura e permanente realidade de que a soma total dos interesses e obrigações mundiais dos Estados Unidos é, hoje, muito superior ao poder que eles têm para defender simultaneamente esses interesses e obrigações”.

- 1) No auge da hegemonia (fase 2), a divisão internacional do trabalho e a superioridade de poder no sistema interestatal estão hierarquizados de tal forma que o poder dominante é pouco *sensível* e pouco *vulnerável* aos custos da interdependência com possíveis emergentes. Pouco sensível porque seus interesses e fontes de poder e riqueza estão distribuídos em diversas regiões do sistema-mundo, e pouco vulnerável porque suas vantagens competitivas (em termos econômicos e político-militares) são amplas. Por outro lado, os candidatos a emergentes são, no início, muito sensíveis e muito vulneráveis ao poder hegemônico pois estão atrelados à lógica de poder e à divisão internacional do trabalho construídas por este. Nesta fase, a interdependência entre hegemonia e aspirantes a emergentes é mais rígida e assimétrica, de forma que as relações de hierarquia do sistema-mundo lembram a descrição do polo “império absoluto” de Watson.
- 2) No declínio da hegemonia (fase 3), a expansão financeira de sua economia e a expansão material do emergente associado alteram a divisão internacional do trabalho e a assimetria de poder no sistema interestatal. O *hegemon* torna-se mais sensível e mais vulnerável ao emergente, pois as inovações empresariais deste atraem uma quantidade crescente do capital “encalhado” naquela economia, de forma que o novo centro se transforma em importante fonte de riqueza da hegemonia em declínio¹⁶. Em contrapartida, o emergente torna-se menos vulnerável à hegemonia, pois a concentração de capital em formato produtivo e comercial que ocorre em seus domínios garante uma crescente autonomia para reagir a possíveis custos impostos pelo *hegemon*, tanto em termos econômicos quanto em termos político-militares. Logo, nesta fase há uma redução na assimetria e na rigidez da interdependência entre ambos e o sistema-mundo volta a tender para o polo das independências múltiplas de Watson.

c) Mudanças na interdependência assimétrica durante as transições hegemônicas

O primeiro ciclo sistêmico de acumulação foi produto de uma aliança entre os financistas genoveses em busca de rentabilidade para seus capitais “encalhados” e os

¹⁶ Evidências deste fenômeno são encontradas na relação entre o mercado financeiro holandês e o fomento da Revolução Industrial na Inglaterra, no século XVIII; o mercado financeiro inglês e os processos de industrialização dos EUA, ao longo do século XIX; e a crescente integração econômica entre Estados Unidos e China desde os anos 1980.

governantes expansionistas dos reinos ibéricos em formação, ávidos por recursos financeiros e carentes de serviços no tráfego de moedas e mercadorias (ARRIGHI, 1996, p. 125).

Foi apenas no segundo CSA, baseado nas Províncias Unidas, que a centralidade econômica de uma região se fundiu com uma única unidade política capaz de garantir sua própria proteção, culminando na primeira hegemonia mundial moderna. Enquanto no primeiro CSA a “nação”¹⁷ de capitalistas genoveses oferecia serviços financeiros em troca da proteção dos reinos ibéricos, os holandeses conquistaram ao final da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), sua soberania em relação à Espanha dos Habsburgo e tornaram-se o *locus* de uma nova expansão material (ARRIGHI, 1996, p. 135).

Por fazer parte do império espanhol, a região que se transformou nas Províncias Unidas esteve, por muito tempo, inserida nas redes comerciais e financeiras do “complexo ibérico-genovês”. Graças a isso, foi o berço de uma elite mercantil que, além de inovar e empreender em busca de lucro (VLEKKE, 1945, p. 169), também se preocupou com atividades de gestão da guerra e do Estado, primeiro para lutar contra a metrópole espanhola e depois para gerir o que viria a ser a primeira hegemonia mundial. De forma pragmática, os holandeses travaram uma guerra de independência da Espanha por oitenta anos (1560-1640), mas mantiveram relações econômicas lucrativas com ela, de forma que, ao final do conflito, transportavam a maior parte da prata espanhola e 3/4 das mercadorias desembarcadas em portos espanhóis – construindo uma relação favorável de interdependência assimétrica com a potência metropolitana (*idem*).

Assim, após a Guerra dos Trinta Anos e o reconhecimento de sua independência à época da Paz de Westfália (1648), a Holanda emerge com vantagens competitivas em relação aos demais Estados europeus e concentra capacidades políticas e econômicas. Embora sua superioridade bélica seja questionável até mesmo no seu auge, em meados do século XVII, é lícito referir-se ao termo “hegemonia holandesa” devido a uma série de fatores.

Primeiro, a racionalização de técnicas militares por Maurício da Nassau, com novas técnicas de cerco, treinamento regular e profissional, e formação de unidades táticas menores (ARRIGHI, 1996, p. 45-46). Segundo, ao papel das companhias de comércio holandesas na geração de riqueza e na centralidade comercial e financeira das Províncias Unidas. O comércio com o Báltico, a Europa meridional, e as Índias Orientais e Ocidentais estava

¹⁷ Arrighi utiliza a expressão “nações” de agentes capitalistas para se referir a grupos expatriados, durante a Baixa Idade Média, que se identificavam e eram reconhecidos uns em relação aos outros e aos governos das cidades-mercado em que residiam, sendo os florentinos, genoveses, milaneses, ingleses, alemães e lucaneses os mais influentes. Tais nações estabeleceram as primeiras redes de mercadorias na economia-mundo capitalista ainda em formação e, por meio de um instrumento monetário – a letra de câmbio – obtinham lucros no comércio de produtos e, principalmente, no câmbio de moedas (ARRIGHI, 1996, p. 131-132).

amplamente concentrado em Amsterdã que, por três quartos de século, representou a forma mais espetacular de uma “cidade-império” (VLEKKE, 1945, p. 169). Já em 1622, 56% da população das Províncias Unidas vivia em cidades de tamanho médio, o que, segundo Kennedy (1989, p. 73), faria qualquer outra região do mundo parecer economicamente atrasada¹⁸. Terceiro, a criação do sistema interestatal westfaliano baseado nas ideias do holandês Hugo Grotius, que primava pelos princípios do direito natural, soberania e igualdade substancial entre os Estados europeus. Com isso, as Províncias Unidas fortaleceram sua liderança intelectual e moral sobre os governantes que buscavam legitimar seus direitos absolutos de governo e, ao mesmo tempo, estabeleceram as fundações de uma nova ética ajustada aos avanços ao Oriente e ao Ocidente das companhias de comércio holandesas (ARRIGHI, 1996, p. 46-47; BRUSSI, 2013).

Apesar dessas inovações, o déficit de poder coercitivo holandês fez com que o sistema-mundo não se aproximasse o suficiente do polo da “governança sistêmica”, tal como a Inglaterra o faria no ciclo hegemônico seguinte. Assim, a natureza competitiva e egoísta dos Estados europeus distanciou a chance de uma paz prolongada (KENNEDY, 1989, p. 90), e o CSA holandês tornou-se, ao longo do século XVIII, uma disputa entre um emergente associado (a Inglaterra) e um emergente expansionista/revisionista (a França).

Sendo a Holanda a primeira hegemonia de caráter mundial, restam-nos duas transições a serem examinadas sob a ótica das mudanças na interdependência assimétrica: da Holanda para a Inglaterra, e desta para os EUA.

A transição hegemônica das Províncias Unidas para a Inglaterra começou em fins do século XVII e terminou em 1815, ao final das Guerras Napoleônicas. Embora muitos aspectos mereçam destaque, nos propomos a identificar as mudanças nas vulnerabilidades relativas entre os dois países. Após três guerras anglo-holandesas de curta duração entre 1652 e 1674, as duas partes temendo as ambições francesas e cansadas de seus conflitos mutuamente prejudiciais (KENNEDY, 1989, p. 105) iniciam um longo processo de aproximação política e econômica e, em ambas as esferas, os ingleses saem fortalecidos e os holandeses mais vulneráveis.

Na geopolítica europeia, o expansionismo continental e comercial francês catalisou a aliança anglo-holandesa (ARRIGHI, 2001, p. 55) – fortalecida com a ascensão do holandês

¹⁸ Graças à sua marinha, os holandeses tornaram-se os principais transportadores do comércio europeu e um dos grandes centros de manufaturas já em 1600. Madeira, cereais, tecidos, sal, arenques e outras matérias-primas abasteciam as diversas indústrias de Amsterdã, Delft, Leyden, etc, tais como refinarias de açúcar, fundições, destilarias, fábricas de cervejas, preparo do fumo, fiação de seda, cerâmica, vidraçaria, manufatura de armas e fabricação de papel (KENNEDY, 1989, p. 73; VLEKKE, 1945, p. 169).

Guilherme de Orange ao trono real inglês na Revolução Gloriosa em 1688. Com sua força naval desgastada após as três guerras contra a Inglaterra, a Holanda passou a desempenhar um papel secundário e desgastante de auxílio aos ingleses no combate à França, de forma que títulos do governo inglês negociados na Bolsa de Amsterdã passaram a ser parte importante da ligação comercial e financeira entre os dois países (BOXER, 1965, p. 111; KENNEDY, 1989, p. 86).

Na Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1713) em que França e Inglaterra se enfrentaram novamente, coube aos holandeses fornecer 3/8 do poder marítimo aos 5/8 da Inglaterra e um exército de 102 mil homens para se juntar aos 40 mil do exército britânico. Nas palavras de Mahan (In ARRIGHI, 2001, p. 57), “essa divisão geoestratégica aprisionou a Holanda na guerra terrestre, o que minou suas forças, permitindo à Grã-Bretanha concentrar-se em construir seu poderio naval”. Em suma, os gastos holandeses com a guerra¹⁹ reduziram sua força naval e aumentaram a dívida do país, que precisou buscar recursos financeiros no emergente associado, a Inglaterra, para honrar seus compromissos.

Na esfera econômica, o endividamento holandês com gastos militares se associou à carência demográfica, à onda de protecionismo no Báltico que limitou o acesso privilegiado a produtos primários e à concorrência produtiva e comercial britânica. Se ao final do século XVII a Holanda já estava vulnerável à superioridade naval britânica, em meados do século XVIII suas companhias de comércio perdiam rentabilidade frente às homônimas inglesas, reduzindo o peso econômico de Amsterdã nas manufaturas e no comércio mundial²⁰.

O ciclo de acumulação holandês chega à sua fase de expansão financeira a partir de 1740 e o excesso de capital ocioso na bolsa de Amsterdã encontra nas companhias inglesas a rentabilidade necessária para se reciclar. Assim, o poderio marítimo holandês reduziu-se à medida que o inglês foi ampliado, e os holandeses recuaram para o papel de financiadores das atividades estatais e bélicas inglesas. Logo, as fontes de riqueza da Holanda passaram a depender cada vez mais da Inglaterra, tornando-a imensamente mais vulnerável a esta.

Em contrapartida, a Inglaterra, cujas companhias de comércio e primeiras indústrias haviam se desenvolvido com capital holandês, reduzira sua vulnerabilidade em relação à Holanda conforme pilhagens e conquistas coloniais, principalmente na Índia, traziam um

¹⁹ A dívida nacional da República Holandesa passou de 30 milhões de *guilders* em 1688 para 148 milhões de *guilders* após a Guerra de Sucessão Espanhola em 1713 e sua vulnerabilidade em relação à Inglaterra aumentou conforme os juros de empréstimos do tesouro inglês para os holandeses foram elevados de 6% para 9% (BOXER, 1965, p. 105).

²⁰ Boxer (1965, p. 108) afirma que já em princípios do século XVII, carpinteiros navais ingleses iam às Províncias Unidas aprender as técnicas mais avançadas de construção de navios para trazê-las de volta à Inglaterra – exemplo claro da exposição da hegemonia à concorrência de emergentes.

afluxo de riqueza capaz de quitar sua dívida externa (ARRIGHI, 1996, p. 215). Assim, quando em 1780 o poderio britânico libertou-se do capital holandês, as vulnerabilidades haviam se invertido completamente. A Holanda deixara de ser uma potência naval de primeira grandeza e suas fontes de riqueza, outrora soberanas e pujantes, ficaram a mercê da Inglaterra, que as eliminou; e a Inglaterra, que por muito tempo precisara do suporte militar e financeiro dos holandeses, derrotou-os em um breve confronto em 1782-83 e subjugou a França Napoleônica ao compor uma coalizão com Estados europeus e depender apenas de seus próprios recursos materiais, tornando-se a hegemonia mundial no século XIX.

Ao contrário da hegemonia holandesa, a britânica dispôs ao longo do século XIX de uma superioridade bélica considerável, além de tornar-se o centro econômico mundial ao internalizar a produção agroindustrial e difundir a visão do liberalismo de acordo com seus próprios interesses. Logo, enquanto os holandeses inovaram na esfera comercial, os ingleses inovaram na esfera produtiva, trazendo para a soberania do império tanto a produção agropecuária de suas colônias quanto a produção industrial da metrópole.

Em suma, a hegemonia britânica do século XIX estruturou-se de um modo totalmente diferente da hegemonia holandesa. Ambas se basearam em um sistema de comércio mundial centrado no território metropolitano da nação hegemônica. Mas, à hegemonia holandesa, faltaram as bases industriais e imperiais que dotaram a hegemonia britânica de estruturas muito mais amplas e complexas. A Paz de Cem Anos na Europa foi o produto mais característico dessa diferença (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 73).

Enquanto a superioridade militar e econômica das Províncias Unidas foi contestada logo após sua consolidação hegemônica, a liderança britânica passou a enfrentar rivalidades e concorrências reais apenas meio século após sua consolidação em 1815, com a unificação alemã (1871) e a vitória dos estados do Norte na Guerra Civil norte-americana (1861-65). Assim, durante a “fase 2” ou auge da hegemonia inglesa, de 1815 até a década de 1870, o sistema-mundo moderno esteve muito mais próximo do polo da ordem do que durante o auge da hegemonia holandesa em meados do século XVII. Não por acaso, o século XIX recebe o apelido de “Pax Britannica” e é tido como um período de poucas guerras entre os Estados europeus, embora a partir dos anos 1870, a estabilidade e a hierarquia tenham sido gradualmente afetadas pela unificação alemã e pelo desenvolvimento econômico dos EUA.

Ao contrário da turbulenta relação política anglo-holandesa nos séculos XVII e XVIII, a relação anglo-americana pós 1812 foi pacífica e marcada por poucos desentendimentos. Esta “relação especial” decorrente de afinidades políticas, culturais, religiosas e linguísticas (ZHU, 2006, p. 56), foi transformada com a industrialização norte-americana em escala continental e

a expansão financeira centrada em Londres – ambos fenômenos da segunda metade do século XIX.

Já a proximidade econômica entre hegemonia e emergente associado é semelhante nas duas transições. Assim como a Inglaterra canalizou capitais holandeses e copiou o modelo das companhias de comércio para posteriormente desenvolver seu modelo industrial/imperial com recursos próprios, os Estados Unidos também canalizaram capitais ingleses e copiaram o estilo de indústria familiar inglesa para, em seguida, desenvolver seu modelo de grandes corporações com recursos próprios (ARRIGHI, 2001, p. 152). Logo, a vulnerabilidade da economia norte-americana em relação à inglesa (assim como a inglesa em relação à holandesa) foi maior nos primeiros estágios de desenvolvimento, diminuindo gradualmente durante o período da *Belle Époque* (1870-1914) e mais rapidamente no período compreendido entre as duas guerras mundiais.

Além da interdependência econômica, Zhu (2006, p. 59) elenca outros cinco elementos que contribuíram para a consolidação da “relação especial” anglo-americana: 1) a afinidade étnica decorrente de fluxos migratórios das Ilhas Britânicas para o Novo Mundo; 2) o idioma em comum; 3) laços pessoais e profissionais de diversos tipos, como casamentos entre as classes mais abastadas, circulação de jornais e jornalistas de ambos os países, vínculos entre intelectuais, artistas, professores e militares; 4) regimes políticos e sistemas jurídicos semelhantes, baseados na democracia, no império da lei e na livre iniciativa; 5) por fim, a tradição do uso contínuo da diplomacia para resolver questões de direito internacional, havendo um consenso de que ambas as nações deveriam evitar quaisquer tipos de rivalidade. Aos fatores citados, seria lícito adicionar a questão geopolítica e a natureza marítima de ambos os países, trabalhada por Mahan e Mackinder no alvorecer do século XX. Seguindo o raciocínio deste autor, tanto Inglaterra quanto EUA teriam como objetivo evitar a unificação da Eurásia por uma única potência, de forma que a disposição geográfica teria um papel considerável na proximidade anglo-americana.

Da independência (1776) à Guerra de Secessão (1861-1865) os EUA estiveram bastante vulneráveis à Inglaterra, desempenhando atividades periféricas como a exportação de produtos primários para as indústrias britânicas e a participação no comércio triangular com a América Central e outros países europeus (KENNEDY, 1989, p. 176). As indústrias ainda incipientes nos estados do norte reproduziam o modelo familiar inglês e dependiam de bens de capital e tecnologias vindas deste país.

Porém, com a vitória do Norte na guerra civil, foram adotadas medidas de proteção à indústria doméstica, incentivos à chegada de imigrantes para exploração da terra e criação de

um mercado de consumo interno, centralização da atividade bancária e a criação de sistemas transcontinentais de ferrovias e telégrafo (ARRIGHI, 1996, p. 300). A principal inovação capitalista norte-americana neste período foi o modelo de integração vertical das grandes corporações (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 132; CURY, 2006, p. 98) que, cada vez menos dependentes de capital inglês, tornaram obsoletas as indústrias familiares e tinham como destino final de suas mercadorias o pujante mercado interno que daria origem à primeira sociedade de consumo em massa da história.

Graças à evolução nas organizações empresariais e à aliança destas com o governo, os EUA transformaram-se, na virada para o século XX, na maior nação industrial do mundo. Dispondo de amplo território rico em recursos naturais, uma ocupação relativamente equânime das terras pela população de imigrantes, um mercado interno em franco crescimento e a liberdade individual garantida por uma constituição democrática e por um governo federalista, os grupos capitalistas prosperaram como nunca.

Nas décadas seguintes à Guerra Civil, a economia agrícola e artesanal foi substituída pelo mundo industrial do carvão, aço e vapor. Pequenas firmas individuais e familiares foram superadas por grandes complexos industriais, que aproveitaram da ampla disponibilidade de matérias-primas, mão de obra extensiva e barata, inovação tecnológica, um crescente mercado de consumo e políticas estatais favoráveis para transformar os Estados Unidos, de longe, na maior nação industrial no mundo na virada do século XX (KARNAL, 2007, p. 177).

Do outro lado do Atlântico, a Inglaterra entrava no caminho sem volta da expansão financeira. A queda na taxa de lucro do setor agroindustrial, o excesso de capital especulativo e a concorrência estrangeira empurraram as empresas britânicas para a intermediação comercial e financeira global (ARRIGHI, 2001, p. 139; HOBBSAWM, 2008, p. 64). Conforme o gráfico abaixo, a partir de meados do século XIX a renda nacional da Inglaterra passou a depender cada vez mais de juros e dividendos obtidos de empréstimos no exterior e de serviços financeiros como cambio e agiotagem, em contraste com o aumento do déficit no comércio exterior²¹.

²¹ A Grã-Bretanha era, de longe, o maior comprador das exportações de produtos primários do mundo (...). Na verdade, como a Grã-Bretanha permitiu o declínio de sua própria produção de alimentos durante a Depressão (1873-1896), sua tendência à importação se tornou realmente extraordinária. Em 1905-1909, ela importou não apenas 56% de todo o seu consumo interno de cereais, mas também 76% do queijo e 68% dos ovos (HOBBSAWM, 2008, p. 64-65).

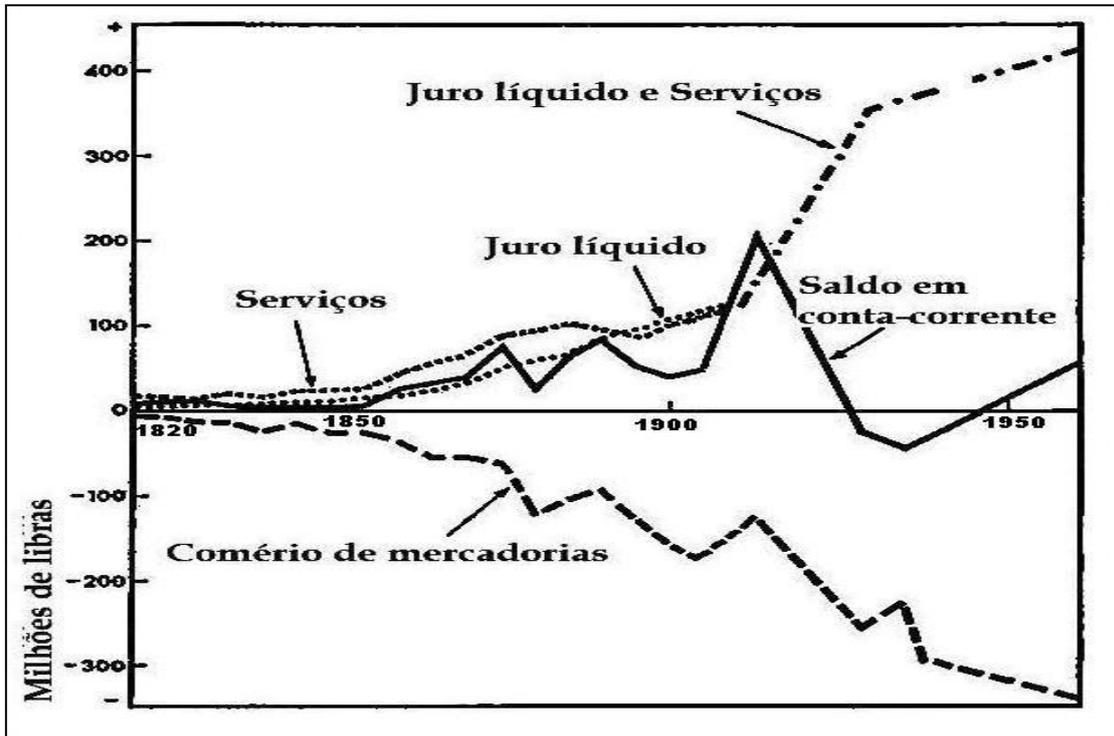


Gráfico 1. O balanço de pagamentos da Grã-Bretanha
Fonte: HOBBSAWM, 2003, diagrama 14.

No período de 1870 a 1913 a Inglaterra respondia por 41,8% dos investimentos estrangeiros mundiais, seguida por França e Alemanha, com 19,8% e 12,8% respectivamente (DAUDIN; MORYS; O'ROURKE, sem data, p. 33). O principal destino dos capitais ingleses eram os EUA (20%) – mais que o dobro dos outros principais destinos como Canadá, Argentina, Austrália e Índia. A proporção de capitais ingleses destinados ao setor público dos EUA entre 1883 e 1913 passou de 32,2% para 48,6% (ESTEVEVES, sem data, p. 31), ou seja, por mais que o setor privado reduzisse a dependência de capital inglês, o setor público mantinha alto grau de vulnerabilidade em relação à Inglaterra – fato que seria alterado pela Primeira Guerra Mundial.

A Grã-Bretanha conseguiu viver sem ter que reestruturar sua indústria e pôde investir nos países em que o capital trazia lucros mais altos. Os Estados Unidos foram o país que captou a maior parcela desses investimentos, e aquele que deu aos investidores britânicos os maiores direitos sobre ativos estrangeiros e receitas futuras²² (ARRIGHI, 1996, p. 278).

²² Entre 1850 e 1914 o investimento externo e os empréstimos de longo prazo aos Estados Unidos somaram um total de US\$ 3 bilhões. Mas, durante esse mesmo período, os Estados Unidos fizeram pagamentos líquidos de juros e dividendos, em sua maior parte à Grã-Bretanha, num total de US\$ 5,8 bilhões. A consequência foi um aumento da dívida externa norte-americana de US\$ 200 milhões, em 1843, para US\$ 3,7 bilhões em 1914 (KNAPP apud ARRIGHI, 1996, p. 278).

Os custos da “Grande Guerra” para a Inglaterra foram muito além dos gastos com as forças armadas. A elevação dos impostos e a crescente intervenção estatal na economia em nome do esforço de guerra tiveram papel decisivo não apenas na perda de competitividade das empresas familiares britânicas, mas principalmente na mudança da posição de credor para devedor dos EUA²³ (ARRIGHI, 1996, p. 278-279).

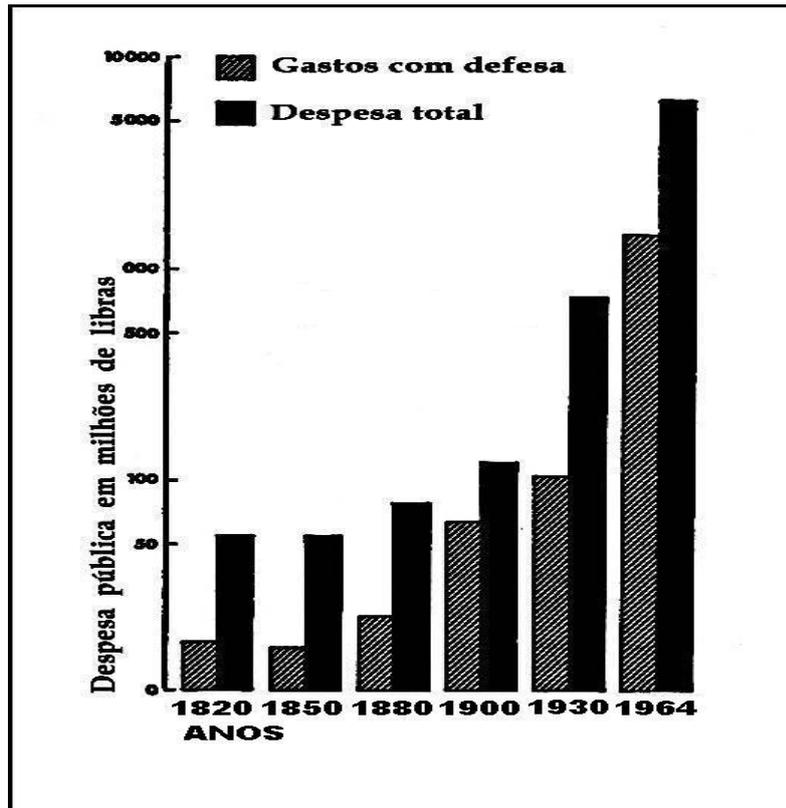


Gráfico 2 A defesa como proporção da despesa pública total (Grã-Bretanha)
Fonte: HOBSBAWM, 2003, diagrama 14.

Assim, o modelo britânico foi deteriorado pelo desgaste da guerra, cujos custos sobrecarregaram a economia real e obrigaram o governo inglês a elevar sua vulnerabilidade e dependência dos EUA.

Grande parte dos equipamentos necessários [à guerra] só podia ser fornecida pelos Estados Unidos, e sua compra deu início à erosão dos direitos britânicos à renda produzida nos Estados Unidos, bem como à acumulação de direitos norte-americanos sobre as receitas e ativos britânicos. (...) No fim da guerra, portanto, os Estados Unidos haviam recomprado por uma pechincha alguns dos investimentos maciços que tinham construído a infraestrutura de sua própria economia doméstica

²³ Diante do imperativo de custear “necessidades absolutas de subsistência e guerra” o governo britânico chegou a emprestar dos norte-americanos não muito menos de 1 bilhão de libras esterlinas (ARRIGHI, 1996, p. 278-279).

no século XIX e, além disso, haviam acumulado imensos créditos (ARRIGHI, 1996, p. 278-279).

Em suma, a Primeira Guerra Mundial:

(...) transformou [a] supremacia regional [dos EUA] em um instrumento de dominação global, a princípio pela redistribuição maciça de recursos da nação hegemônica em declínio para a que estava em ascensão, redistribuição causada pela venda de suprimentos de guerra (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 88).

Portanto, percebemos o retorno ao roteiro de transições hegemônicas. A hegemonia britânica em processo de expansão financeira e aumento da interdependência econômica com o emergente associado, os EUA, aprofunda esta relação bilateral de forma desvantajosa para conter a ameaça de um emergente revisionista (a Alemanha imperial). A redução nas assimetrias de poder e riqueza entre Inglaterra e EUA já vinham sendo reduzidas desde meados do século XIX, mas o que acabou destruindo a centralidade e vitalidade do capitalismo familiar britânico e, por conseguinte, acelerando a concentração de poder e riqueza nos EUA, não foi a concorrência de mercado, mas os confrontos militares (ARRIGHI, 2001, p. 143). Logo, ao final da Primeira Guerra Mundial a interdependência anglo-americana havia mudado, com a Inglaterra passando para o lado mais vulnerável. Mas seria necessária a Segunda Guerra Mundial para definir os EUA como a nova hegemonia mundial e colocar a Inglaterra no papel de coadjuvante.

Não por acaso, os dois casos históricos analisados caracterizam o processo de transição hegemônica no sistema-mundo moderno. Em comum, ambos apresentam:

1) uma conjuntura de redução gradual na interdependência assimétrica entre hegemonia em declínio (A) e emergente associado (C). Tal redução de assimetrias ocorre em favor de (C), que vive um processo de expansão material concomitante e vinculada à expansão financeira e aos excessivos gastos com defesa centrados em (A).

2) uma força revisionista, expansionista e de caráter geopolítico continental (B) atua como catalisador da aliança (A-C), desencadeando um período de caos sistêmico marcado por confrontos militares;

3) Tais conflitos, como a Guerra de Sucessão Espanhola para as Províncias Unidas e a Primeira Guerra Mundial para a Inglaterra, significaram lutas pela segurança dos interesses vitais e soberanos de ambos, que saíram como vencedores oficiais. Porém, os custos econômicos e político-militares dessas vitórias aceleraram o processo conjuntural de aumento

da vulnerabilidade e dependência em relação ao emergente associado, que acabou por se transformar na nova hegemonia sob a lógica do *tertius gaudens*.

O presente estudo parte das premissas de que os EUA podem ser caracterizados, desde os anos 1970, como um poder hegemônico em declínio (A), posto que passam por um processo de expansão financeira identificável; e a China pode ser identificada como um emergente associado (C), posto que vive desde fins dos anos 1970 um processo de abertura econômica e expansão material associada, em certa medida, a capitais, tecnologias e mercados norte-americanos.

Apesar das inúmeras diferenças entre as relações “Holanda-Inglaterra” nos séculos XVII e XVIII, “Inglaterra-EUA” nos séculos XIX e XX, e “EUA-China” nas últimas quatro décadas, é lícito afirmar que nos três casos houve um aumento quantitativo na interdependência, ou seja, cada lado tornou-se mais sensível ao outro, e que as vulnerabilidades foram gradativamente alteradas em favor do emergente associado.

As inúmeras peculiaridades das relações sino-americanas tornam falha qualquer previsão de substituição dos EUA pela China como nação mais relevante do sistema mundial. Não obstante, ainda que uma transição hegemônica nos moldes da história seja improvável, o olhar para o passado sob a perspectiva dos CSAs lança novas luzes ao presente. Assim, argumenta-se que a dependência chinesa dos EUA, mais evidente nas décadas de 1970 e 1980, se transformou numa relação de mútua dependência em níveis cada vez menos assimétricos, e que tal processo foi acelerado a partir de 2001 com a eleição de George W. Bush e a subsequente Guerra ao Terror.

A seguir, lançamos um olhar mais aprofundado sobre esferas específicas das relações sino-americanas para validar ou invalidar a hipótese de que os custos da Guerra ao Terror acentuaram vulnerabilidades relativas dos EUA, abrindo espaços estratégicos para a China e reduzindo as assimetrias, outrora favoráveis aos EUA, na interdependência sino-americana.

2. O LONGO SÉCULO NORTE-AMERICANO

Conforme apresentado no primeiro capítulo, o modelo de transições hegemônicas de Arrighi trabalha com a superposição de “longos séculos”, em que o declínio de um “complexo de ponta” acompanha a ascensão de outro. Para cumprir a proposta de entender os rumos da hegemonia dos EUA em seu declínio – e suas implicações na Guerra ao Terror e na relação com a China – faz-se necessário um debate prévio acerca da ascensão e plena expansão de sua hegemonia.

2.1 A ASCENSÃO DO LONGO SÉCULO NORTE-AMERICANO (1865-1945)

2.1.1 O ‘outono’ da hegemonia inglesa (1865-1914)

O “breve século XX” de Hobsbawm (1995) começa em 1914 com a “era da catástrofe”, que marca o período conturbado das duas guerras mundiais em contraste com a paz das décadas anteriores. Já na perspectiva de Arrighi (1996), o “longo século XX” tem início no último quartel do século XIX, quando a ordem oitocentista liderada pela Inglaterra começa a ruir e EUA e Alemanha emergem como potências de primeira grandeza. Nesta abordagem, as duas guerras mundiais não são uma ruptura abrupta após cem anos de paz no centro do sistema, mas o resultado da superposição de “longos séculos”, iniciada na década de 1870, em que a crise da hegemonia inglesa e o revisionismo alemão acentuaram a competição entre Estados e empresas, lançando o sistema numa subseqüente rodada de caos e abrindo espaço para a ascensão dos Estados Unidos na posição de *tertius gaudens*.

Na esteira da crise da hegemonia inglesa e da intensificação da competição interempresarial durante a Grande Depressão de 1873-1896, Alemanha e EUA apareceram como os grandes emergentes em vias de industrialização. Com métodos distintos, ambos criaram modelos de desenvolvimento mais eficientes do que o da indústria familiar inglesa e aceleraram o fim da ordem oitocentista. Nesse contexto, a difusão de práticas protecionistas contribuiu não apenas para o fim do ideário liberal inglês do mercado mundial, mas também para a o declínio da supremacia europeia e do sistema de equilíbrio de poder europeu.

Na Alemanha, predominou a *integração horizontal*, a cartelização entre corporações, também chamada de “capitalismo monopolista de Estado”, em que empresas do mesmo ramo, usando os mesmos insumos para fazer os mesmos produtos para os mesmos consumidores reduziam as incertezas do mercado e atendiam ao projeto de Otto Von Bismarck de criar uma

economia nacional centralizada e protecionista (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 132). Ainda durante a crise, formaram-se cartéis (os “filhos da crise”) na produção de matérias-primas como carvão, ferro e potássio, que mais tarde se estenderiam a outros setores da economia, em especial a indústria bélica. Com incentivos em pesquisa, tecnologia e patrocínio de bancos de crédito, a Alemanha chegou às vésperas da Primeira Guerra Mundial como uma das potências mais industrializadas do mundo (CURY, 2001, p. 54).

Dentre os três países em questão, a Alemanha foi o exemplo mais claro da fusão entre interesses econômicos, políticos e militares, que culminou na aliança entre industriais e *junkers*²⁴, na construção de uma forte indústria bélica e em uma política externa agressiva, a *Weltpolitik*²⁵. Porém, devido à posição geográfica e às limitações de recursos naturais e de capitais, o país não conseguiu compensar o peso econômico das colônias inglesas e seu grande erro, na visão de Arrighi, foi entrar em “rota de colisão” com a Inglaterra. Em outros termos, o capitalismo monopolista de Estado na Alemanha adquiriu, com a liderança do Kaiser Guilherme II a partir de 1897, traços típicos de um emergente revisionista, e seu fracassado projeto político-militar precipitou a crise terminal do regime de acumulação britânico e deu início à transição para o regime norte-americano (ARRIGHI, 1996, p. 276).

Quanto mais poderoso se tornou (sic) o Reich alemão, mais ele entrou (sic) em rota de colisão com o poder e os interesses da Grã-Bretanha Imperial. Quando as duas grandes potências efetivamente entraram em choque, na Primeira Guerra Mundial, todos os ganhos adicionais de poderio mundial que a Alemanha Imperial havia obtido no meio século anterior transformaram-se, de súbito, num imenso prejuízo (ARRIGHI, 1996, p. 276).

Ao contrário da Alemanha e da Inglaterra, os EUA dispunham de dimensões continentais, imensos recursos naturais e segurança quanto aos seus vizinhos. O modelo empresarial que predominou nesse país foi o da *integração vertical*, em que a fusão das operações de uma empresa com as de seus fornecedores e clientes reduz os custos de

²⁴ *Junkers* eram os proprietários de terra da antiga nobreza prussiana, que viam com bons olhos o fortalecimento do poder do imperador e da nação, pois só assim poderiam garantir seus privilégios e, ao mesmo tempo, evitar convulsões sociais. Dada a matriz prussiana da unificação alemã, os *junkers* se destacaram pela influência no direito, na política e na cooptação das lideranças industriais e comerciais para preservar a ordem social num processo que ficou conhecido como “feudalização da burguesia”. Ademais, também se destacaram como fornecedores dos quadros da burocracia imperial, especialmente do exército (LOWE, 1994, p. 144).

²⁵ A *Weltpolitik* ou “Política Mundial” foi a política externa do período Guilhermino da Alemanha Imperial (1897-1913). Recebeu este nome em contraposição à *Realpolitik* de Otto Von Bismarck, que primava por uma postura defensiva do país em relação aos seus vizinhos. A *Weltpolitik* consistiu numa série de discursos revisionistas e ações de expansionismo do Kaiser Guilherme II que tinham por objetivo maximizar o poder (interno e externo) do Estado alemão e garantir a inclusão da Alemanha no clube das grandes potências (LOWE, 1994, p. 141).

transação, os riscos e incertezas envolvidos na movimentação de mercadorias e coordena as diferentes fases da cadeia produtiva (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 87).

Esta “revolução organizacional” nos moldes da integração vertical está inserida no contexto de expansão para o oeste dos EUA e de desenvolvimento da agricultura e do mercado consumidor doméstico. Com o acirramento da concorrência capitalista, as empresas norte-americanas dispunham de um território mais amplo e mais diversificado do que a Inglaterra, que precisava manter um custoso império colonial, e do que a Alemanha, que mobilizava seu aparato industrial-militar na busca do seu espaço vital – o *lebensraum*. Em outras palavras, o “espaço vital” norte-americano no último quartel do século XIX foi o seu próprio território de dimensões continentais. Logo, a grande inovação dos EUA foi a *internalização dos custos de transação*, ou seja, um modelo autocentrado – com fornecedores e mercados consumidores protegidos da concorrência externa e integrados por redes de transporte e comunicação instaladas dentro do território nacional.

As principais características dessas empresas que tiveram início com as companhias ferroviárias e deram origem às primeiras “grandes corporações” são: i) A substituição da firma tradicional pela empresa multidivisional; ii) a criação de uma hierarquia administrativa apropriada; iii) a administração coordenada [ou a mão visível da gerência] se tornou mais eficiente e lucrativa do que a mão invisível do mercado; iv) a prevalência da meritocracia, baseada na formação profissional e no desempenho dos profissionais assalariados; e v) a preferência por políticas dirigidas ao crescimento e a estabilidade de longo prazo, ao invés de lucros maiores no plano imediato (CURY, 2006, p. 98-99).

Conforme visto no primeiro capítulo, o afluxo de capitais produtivos da Inglaterra para os EUA foi fundamental para a aproximação política entre ambos. Somada esta interdependência econômica à localização geográfica distante das grandes potências europeias, os EUA colocaram em prática, a partir da guerra contra a Espanha (1898), uma política externa imperialista, fundamentada na Doutrina Monroe, que predominou sobre a América Latina e no Pacífico e teve como maior expoente o presidente Theodore Roosevelt por meio do Corolário Roosevelt.

Como crítica às contradições que surgiam no seio da sociedade norte-americana, o escritor Mark Twain batizou o último quartel do século XIX como “a era banhado a ouro”, no sentido de um tempo que apresentava aparência bela, mas ilusória (BRUSSI, 2013). Marcado pela ascensão de uma classe média que ocuparia tanto os postos burocráticos do governo quanto os cargos-chave das grandes corporações, esse período trouxe a “refundação” da ética e da moral norte-americana, quando a conexão entre a grande finança e o Estado criou uma

zona cinzenta de disseminada corrupção entre partidos, vínculos pessoais e instituições do Estado. Nesse contexto, consolidou-se um padrão para avaliar e julgar o comportamento humano de acordo com o sucesso individual em acumular riqueza material (*idem*), fosse de forma lícita ou não. Assim, a aliança entre as grandes corporações e o Estado adquiriu uma roupagem própria na política externa dos EUA.

Em uma palavra, se esse contexto de instabilidade social, anomia e conflitos inter e intraclases foi o ambiente onde o grande negócio e as corporações foram criadas e prosperaram, então é possível concluir que essa “*Gilded Age*”, com seu ambiente especulativo e fraudulento e de intenso crescimento econômico, foi o berço de formulações fundamentais da política externa dos Estados Unidos, o Corolário Roosevelt e seu desdobramento imediato, a Diplomacia do Dólar (BRUSSI, 2013).

Döpcke (2007, p. 106) percebe três frentes de ação do imperialismo norte-americano nesta época: a América Central, onde os EUA buscaram criar um “Mediterrâneo americano” por meio de ações diplomáticas e intervenções militares; a América do Sul, onde enfrentaram certa concorrência econômica da Inglaterra, respondendo à altura com a Doutrina Monroe e aproximações diplomáticas com países chave como o Brasil; e a Ásia Oriental e o Pacífico, anexando ilhas estratégicas (Wake, Guam, Havaí e Filipinas) e usando-as como “trampolim” para o mercado chinês.

Usando a “diplomacia dos dólares” Taft e Wilson encorajaram bancos americanos a conceder empréstimos a muitos países das Américas, fortalecendo o controle econômico nas mãos dos Estados Unidos. Esses presidentes continuaram a política de Theodore Roosevelt de expandir o capitalismo dos EUA e tentar impor a cultura norte-americana nos países subjugados (KARNAL, 2007, p. 193).

Ao se expandirem transnacionalmente após concluir sua integração continental, as corporações norte-americanas passaram a utilizar de investimentos externos diretos (IED) como “cavalos de Tróia” nos mercados internos de outros Estados, revertendo em benefício próprio o protecionismo estrangeiro (ARRIGHI, 1996, p. 304). Ao contrário dos modelos extensivos “cosmopolitas-imperialistas” dos CSAs ibérico-genovês e inglês, o norte-americano assemelhou-se ao modelo intensivo “corporativo-nacionalista” do CSA holandês no sentido de consolidar a expansão geográfica dos ciclos anteriores e evitar a ocupação direta de largas porções de terra. Nas palavras de Arrighi (1996, p. 224), enquanto os holandeses criaram um sistema de entrepostos comerciais no mundo “descoberto” pelos ibérico-genoveses, os norte-americanos consolidaram um sistema de mercados nacionais e empresas transnacionais no mundo “conquistado” pelos ingleses. Nesse sentido,

(...) a reinterpretação da Doutrina Monroe (Corolário Roosevelt) abria as portas da América Latina aos interesses corporativos americanos e, ao reforçar o direito exclusivo de intervenção nos assuntos latino americanos com o argumento de evitar a desordem e o atraso, apresentava ao mesmo tempo os Estados Unidos ao mundo como o portador da boa vontade e o defensor dos legítimos interesses da comunidade internacional (BRUSSI, 2013).

Assim, na primeira metade do século XX o continente americano e o Oceano Pacífico se tornaram a extensão natural (ou o espaço vital) do capitalismo norte-americano que, com exceção da Inglaterra e da Alemanha em partes da América do Sul, não encontrou grande concorrência.

2.1.2 Rumo ao caos sistêmico (1914-45)

A consolidação territorial e a expansão hemisférica dos EUA foram concomitantes à instauração do caos no sistema internacional. Nye (2009) apresenta três níveis de análise para examinar as causas da Primeira Guerra Mundial: o sistêmico, que enfatiza a ascensão alemã como fator de instabilidade; o intraestatal, que enfatiza o conflito de classes e o estímulo ao nacionalismo para amenizá-lo; e as personalidades diretamente envolvidas como causa imediata do confronto. Para ele, os alemães antagonizaram tanto os britânicos ao ameaçar a força naval inglesa com um ambicioso programa armamentista, quanto o paneslavismo russo nos Bálcãs e o projeto colonial francês no norte da África, sendo a principal fonte de instabilidade do sistema.

Porém a ascensão da Alemanha só pode ser entendida dentro da conjuntura de crise da economia e da supremacia militar inglesa, de forma que a análise sistêmica de Nye atenta para o emergente revisionista mas minimiza o fator “hegemonia em declínio”. É provável que os líderes alemães estivessem de fato mais dispostos a ir à guerra do que seus rivais ingleses, mas a crença do Kaiser de que a Alemanha poderia vencer o conflito estava diretamente ligada ao enfraquecimento relativo da Inglaterra.

A reação da opinião pública britânica foi imediata às demonstrações alemãs de poder. As charges abaixo demonstram claramente como a sociedade inglesa percebia a ascensão germânica. Em 1905 a revista inglesa *Punch or London Charivari*, publicou uma charge do Kaiser aportando em Tangier, Marrocos – fato que deu origem a “Primeira Crise Marroquina”²⁶, quando França e Alemanha disputaram a preponderância política sobre o país

²⁶ A Primeira Crise Marroquina ocorreu em 1905, quando Guilherme II visitou o país africano e apoiou abertamente sua autonomia em relação à influência francesa, que já fora reconhecida como legítima pelas demais potências imperiais, dando origem a uma crise diplomática.

africano, em 1905. Com uma postura ativa e as armas à mostra, vê-se o chefe de Estado alemão entoando uma canção que poderia ser livremente traduzida como “sempre em casa, por onde quer que eu passe”.

A segunda charge, de 1909, retrata a corrida armamentista naval entre Alemanha e Inglaterra. O título, que pode ser traduzido como “O direito autoral expira”, faz referência à ascensão da Alemanha como potência marítima, utilizando-se das mesmas armas – os navios de guerra – que outrora foram quase que “exclusividade” britânica. Ao fundo vê-se John Bull, tradicional personagem que representa o inglês médio, cabisbaixo, encostado à beira do cais, observando a peculiar figura do marujo alemão, que acena com a bandeira da Prússia. O alemão recita uma tradicional canção de guerra britânica, segundo a qual os ingleses não querem, mas prometem usar seu poderio naval caso necessário.

A apropriação alemã da canção inglesa é a metáfora mais evidente da corrosão do poder coercitivo da senhora dos mares. A partir do momento em que outras nações puderam “entoar a mesma música” na política internacional, a superioridade bélica da Inglaterra começou a se esvaziar²⁷.

²⁷ Tradução livre do diálogo:

MARINHEIRO ALEMÃO: - “Nós não queremos lutar, mas *por Jingo*, se o fizermos, temos os navios, temos os homens, e temos dinheiro também”.

JOHN BULL: - “Essa é minha antiga canção”.

MARINHEIRO ALEMÃO: - “Bem, agora é minha”.

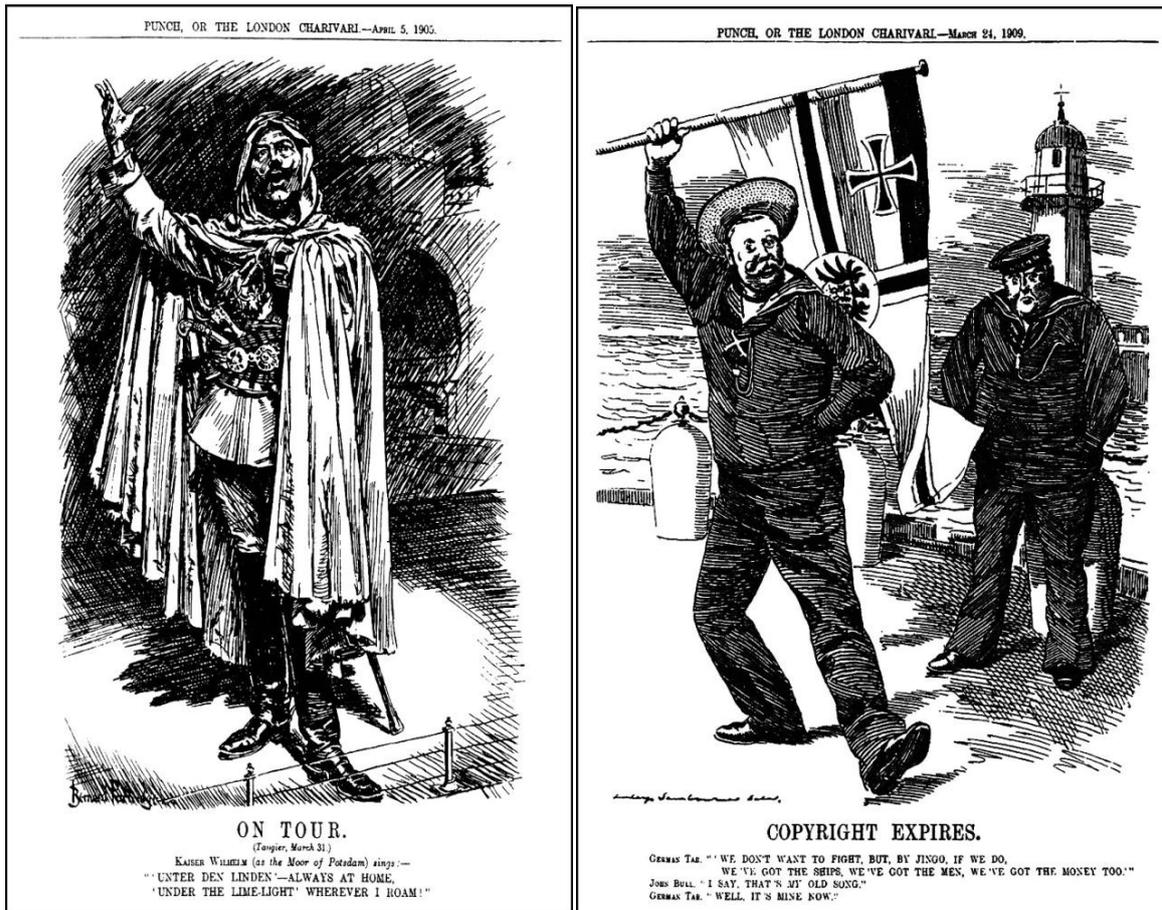


Figura 3. Em turnê²⁸

Figura 4. O direito autoral expira²⁹

Portanto, com o fortalecimento alemão e o enfraquecimento relativo inglês, o sistema multipolar de alianças variáveis do século XIX deu lugar a uma bipolaridade rígida, estreitando o “funil de escolhas” dos chefes de Estado e aumentando as chances de conflagração militar. Com o assassinato do arquiduque do Império Austro-Húngaro Francisco Ferdinando em Sarajevo, a teia de alianças secretas entre as grandes potências foi posta em prática e o conflito aberto tornou-se realidade.

Conforme comentado anteriormente, os custos da Primeira Guerra Mundial para a Inglaterra foram muito além dos gastos com as forças armadas. Ainda que o Império Britânico tenha aumentado de tamanho após o confronto, já não havia condições materiais e ideológicas para o retorno da ordem oitocentista liderada pelos ingleses.

As conturbações econômicas da década de 1920 trouxeram consequências diretas na política e nas ideologias. A formação de blocos autárquicos, o aumento do protecionismo, o enfraquecimento da libra e a dívida de guerra representaram o colapso do liberalismo e da

²⁸ Fonte: LOWE, 1994, p. 170.

²⁹ Fonte: LOWE, 1994, p. 158.

base material da hegemonia britânica, abalando severamente seu poder “bicéfalo”, ora pela redução de seu poder de coerção, ora pela fragilização das instituições e valores democráticos. Com a crise do pós-guerra e o temor da revolução comunista os novos países da Europa Central e Oriental bem como muitos países latino-americanos, Portugal e a Europa Mediterrânea foram, um a um, caindo sob a forma de governos autoritários e unipartidários (POLANYI, 2000, p. 308).

Em suma, a centralidade econômica inglesa que entrou em declínio com a expansão financeira do último quartel do século XIX, foi corroída pela ascensão dos novos modelos de acumulação e tão severamente desgastada com o conflito militar que no entre guerras, a *Pax Britannica* e a Era Vitoriana eram apenas saudosas lembranças. O gráfico abaixo mostra que desde o último quartel do século XIX os EUA já haviam passado a Grã-Bretanha na produção industrial e após a crise de 1929, a própria Alemanha, derrotada na Grande Guerra, também passava os britânicos.

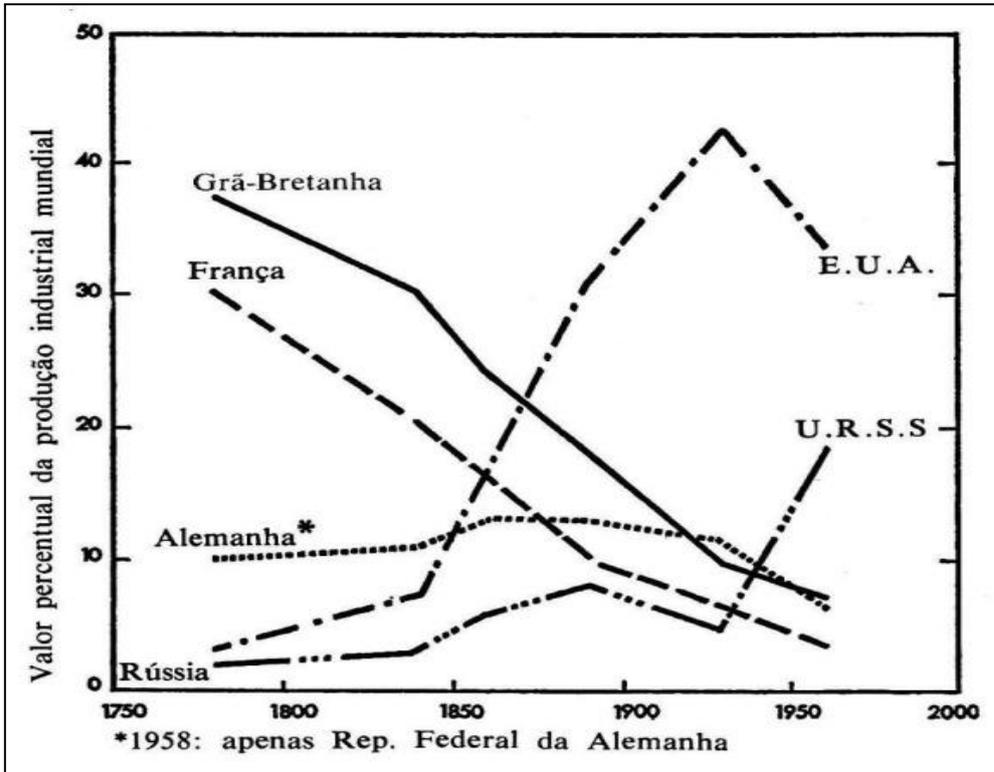


Gráfico 3. Produção industrial britânica como percentagem do total mundial (1780-1958)

Fonte: HOBSBAWM, 2003, diagrama 6.

É impossível apontar uma data específica como sendo o início da centralização das capacidades sistêmicas nos Estados Unidos. Conforme visto, a partir da Guerra da Secessão o país passou por transformações econômicas e sociais que o colocaram no caminho do desenvolvimento sustentado. As inovações organizacionais das empresas, a “mão visível” do Estado e as condições geográficas e demográficas são elementos que não podem ser desconsiderados neste percurso.

Assim, os EUA fizeram parte de um seleto grupo de países (composto também por Alemanha e Japão) que iniciaram sua expansão material no momento em que a lógica de acumulação hegemônica entrava em sua fase de expansão financeira. Mas ao contrário dos outros dois emergentes, a lógica norte-americana se desenvolveu de forma associada às finanças da City Londrina, remodelou-se após a crise de 29 e seus líderes políticos souberam explorar estas características para garantir a inserção do país no cenário internacional. Ao invés do Japão imperial e da Alemanha imperial e nazista, os EUA lograram evitar a rota de colisão com a ordem hegemônica, cultivando uma tradição de proximidade política e aliando-se à Inglaterra nos momentos agudos de caos sistêmico.

Ironicamente, o país mais prejudicado, a longo prazo, com a crise da década de 20 não foi os EUA, epicentro da quebra da bolsa de valores de Nova York de 1929, e sim a própria Inglaterra. Devido ao confronto militar com a Alemanha, desfizera-se de boa parte de suas reservas em ouro e perdera a supremacia bélica dos mares. Com a ascensão do modelo norte-americano de grandes corporações e o retorno do protecionismo mundo afora, deixara de estar na vanguarda tecnológica industrial e perdera o acesso privilegiado aos mercados estrangeiros.

O capitalismo de corporações norte-americano era e continuou a ser um poderoso agente, de um lado, da destruição das estruturas de acumulação do capitalismo de mercado britânico e, de outro, da centralização, nos Estados Unidos, da liquidez, poder aquisitivo e capacidade produtiva da economia mundial (ARRIGHI, 1996, p. 304).

Assim, apesar da crise de superprodução em 1929, o governo e as empresas norte-americanas souberam reagir nos anos seguintes, inaugurando a intervenção consciente, a “criação de condições de demanda agregada favoráveis à expansão da produção em massa” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 146) com o *New Deal* de Franklin D. Roosevelt. Em poucos anos os resultados começaram a aparecer. O número de desempregados caiu de 14 milhões (em 1933) para 7,5 milhões (em 1937); os preços subiram 31%; a produção industrial 64%; a renda nacional 70%; e as exportações 30% (ARRUDA, 1988, p. 304).

O sucesso do *New Deal* foi apenas relativo, preparando as bases para a verdadeira centralização das capacidades financeiras e militares nos EUA, que ocorreria durante a Segunda Guerra Mundial. Enquanto o emergente revisionista (a Alemanha) fracassava, devido ao tamanho desmedido das ambições que se propunha realizar, surgia nos EUA o chamado “Estado de guerra/bem-estar” (ou *warfare-welfare state*) (GILPIN, 2002, p. 150), em que a demanda de guerra (longe de casa) trazia o estado de bem-estar (para dentro de casa).

Para ter sucesso, a produção em quantidade tem que se apoiar no consumo em quantidade; e nada garante tanto a reposição quanto a destruição organizada. (...) A guerra (...) é a saúde da máquina. A Segunda Guerra Mundial confirmou a validade desse diagnóstico (MUMFORD, HOUNSHELL apud ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 146).

Não obstante, a relação das hegemonias mundiais com a guerra é mais complexa do que este pequeno esboço pode sugerir. Nas fases de ascensão, as três hegemonias mundiais (Holanda, Inglaterra e EUA) beneficiaram-se do estado de guerra, pois foi a partir de conflitos reorganizadores que tais complexos de ponta alteraram de vez as assimetrias sistêmicas em

seu favor. Assim serviu a Guerra dos Trinta Anos para a Holanda, as Guerras Napoleônicas para a Inglaterra e as duas guerras mundiais para os EUA. Em contrapartida, o estado de guerra foi prejudicial às hegemônias em fase declinante, sendo o caso da Guerra de Sucessão Espanhola para a Holanda, as duas guerras mundiais para a Inglaterra e – conforme detalhado adiante – a série de desgastantes operações militares levadas a cabo pelos EUA desde o Vietnã.

Estando em sua fase de ascensão hegemônica, os EUA foram os maiores beneficiários da Segunda Guerra Mundial. Até o ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, as empresas norte-americanas lucravam imensamente com a demanda inglesa por armas, munições e suprimentos em geral e não eram diretamente atingidas pelo conflito. Para Arrighi (1996, p. 285), “quanto mais turbulento e caótico se tornava o sistema mundial, maiores os benefícios auferidos pelos Estados Unidos, em virtude de suas dimensões continentais, sua posição insular e seu acesso direto aos dois grandes oceanos da economia mundial”.

Porém, com o cerco à Inglaterra pelos alemães e o ataque a Pearl Harbor, a crença na inviolabilidade do território e da segurança nacional dos EUA foi abalada e os ganhos econômicos com a guerra foram postos em xeque. Assim, Arrighi afirma que em transições hegemônicas há um limite em que o emergente se beneficia com o caos sistêmico. No caso específico dos EUA, o autor afirma que:

Quanto maior era a redistribuição [de poder e riqueza] em seu favor [dos EUA], menos havia para redistribuir, e maiores eram os efeitos disruptivos do caos do mundo (...). A Segunda Guerra Mundial demonstrara que os Estados Unidos podiam tornar-se ricos e poderosos em meio ao crescente caos sistêmico, mas também demonstrara que o isolacionismo político norte-americano atingira o nível dos retornos decrescentes (ARRIGHI, 1996, p. 285).

Portanto, para evitar os “retornos decrescentes” como uma Inglaterra insolvente ou até mesmo ocupada, uma Europa unificada pela força da Alemanha e uma Ásia controlada pelo Japão, Roosevelt preparou a opinião pública de seu país para a entrada na guerra, bastando um controverso ataque do Japão a Pearl Harbor para colocar o plano em prática.

Desta forma, a economia norte-americana, que vinha gradativamente recuperando-se da crise de 29 com os programas do *New Deal*, saiu definitivamente do “buraco” com a demanda por armamentos – antes enviados à Grã-Bretanha e, depois de 1941, requisitados pelo próprio governo norte-americano e distribuídos a todos os inimigos da Alemanha e do Japão. Tendo a indústria bélica como um de seus carros-chefe, a economia de grandes corporações dos EUA estava pronta, ao final da guerra, para alicerçar seu poder hegemônico

bicéfalo sobre o sistema-mundo e garantir a expansão de suas empresas (civis e militares) ao redor do globo.

2.2 A PLENA EXPANSÃO DO LONGO SÉCULO NORTE-AMERICANO (1945-1973)

A assimetria de poder e riqueza concentrada nos EUA durante a guerra conferiu a esse país a oportunidade de reorganizar o sistema-mundo no pós-guerra. Ao contrário de 1919, em 1944 os norte-americanos perceberam que o isolamento dos problemas europeus (e do mundo) não lhes garantiria um futuro seguro e próspero. Era necessário agir, criar instituições econômicas e mecanismos de segurança coletiva que promovessem uma nova rodada de expansão material e evitassem o avanço da União Soviética.

Conforme visto a seguir, a gestão sistêmica multilateral dos EUA após a Segunda Guerra Mundial se agrupava em três grandes áreas (FIORI, 1997, p. 102) que correspondem aos três pilares que sustentam as hegemonias mundiais:

- 1) A centralidade econômica a partir de instituições como GATT, BIRD e FMI, responsáveis pela supervisão do comércio, do sistema monetário e do equilíbrio do balanço de pagamentos dos países membros;
- 2) O poder coercitivo ou *hard power* através da rede global de bases militares, legitimada por vários pactos regionais de segurança coletiva ou de defesa bilateral;
- 3) O poder consensual ou *soft power* com as Nações Unidas, e em particular do seu Conselho de Segurança, responsável pela administração política dos conflitos interestatais;

A ideia de Roosevelt, incorporada na Doutrina Truman, consistia em promover um *New Deal* mundial, com a atuação dos governos na manutenção da ordem, segurança e justiça entre os povos (ARRIGHI, 1996, p. 285). Longe de um idealismo kantiano, esta proposta decorria da impossibilidade do capitalismo norte-americano se expandir num mundo caótico de países destruídos pela guerra, protecionista e carente de liquidez. Para evitar o excesso de oferta e especulação que causaram a crise de 1929, as empresas e o governo dos EUA precisavam buscar novas formas de reprodução do capital num terceiro impulso de expansão capitalista: após a primeira fase de consolidação do território e a segunda fase de expansão regional nas Américas e no Pacífico, os norte-americanos estavam prestes a difundir sua lógica de acumulação por todo o mundo capitalista.

Para tal, era preciso romper o círculo vicioso no qual, por falta de liquidez, governos estrangeiros eram impelidos a exercer controle cambial e, como consequência, deixar de atrair investimentos norte-americanos que poderiam resolver o próprio problema da falta de

liquidez. O impasse foi resolvido pela criação de meios diretos de redistribuição de liquidez mundial por parte do governo dos EUA – meios que se tornariam os pilares da hegemonia norte-americana (ARRIGHI, 1996, p. 285; GARRIDO, 2009, p. 35).

A “invenção” da Guerra Fria e a crença na necessidade de contenção do comunismo foram muito úteis nesta tarefa, principalmente para a Europa, mas também para o Japão. Os EUA deveriam lidar com os chamados “perigos gêmeos” em ambas as regiões (KENNEDY, 1989), que eram o avanço do comunismo nas esferas domésticas, com o descontentamento social generalizado e possíveis revoluções decorrentes da miséria e falta de perspectivas de desenvolvimento, e no plano internacional, com a influência política e o imponente aparato militar da União Soviética (URSS). Para a primeira preocupação, os norte-americanos criaram uma série de programas de assistência para reconstrução e desenvolvimento, sendo o Plano Marshall, em 1947, o mais notório deles. Este projeto, somado ao programa japonês paralelo, custou cerca de US\$14 bilhões aos cofres dos EUA, o que correspondia a 5% do PIB do país em 1948 (FRIEDEN, 2008, p. 291).

Quanto à preocupação geopolítica com a URSS, os EUA iniciaram um extenso programa de rearmamento nacional com a National Security Commitment (NSC-68)³⁰ em 1950, e lideraram a criação da OTAN que, nos primeiros anos, refletiu mais as preocupações políticas do que cálculos militares exatos, simbolizando a substituição da Inglaterra pelos EUA como potência ocidental de caráter geopolítico “marginal”, ou seja, de natureza marítima e insular, dedicada à manutenção do equilíbrio europeu (KENNEDY, 1989, p. 361). A ajuda militar a governos estrangeiros e os gastos militares diretos dos EUA no exterior, acentuados durante a Guerra da Coreia, complementaram o Plano Marshall na redistribuição de liquidez mundial e deram o impulso inicial à nova rodada de expansão material do CSA norte-americano (ARRIGHI, 1996, p. 307).

A expansão da influência econômica norte-americana no mundo capitalista caminhava de mãos dadas com a construção de bases militares e a criação de tratados militares por todo o mundo (KENNEDY, 1989, p. 344). Além da OTAN foram celebrados o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR); acordos especiais com o Canadá; o Tratado de ANZUS com Austrália e Nova Zelândia; a criação da OTASE com países da orla leste

³⁰ A National Security Commitment (NSC-68) foi um dos documentos basilares da política de segurança nacional dos EUA no pós-guerra em geral, e na Doutrina Truman em particular. Gestada desde 1950, logo após a Revolução Chinesa e o acesso soviético às armas nucleares, sua implementação transcorreu ao longo dos anos seguintes até alguns meses antes do estopim da Guerra da Coreia, em 1953. Os autores do projeto asseveravam a necessidade de contenção da União Soviética não apenas pelas esferas da economia ou da diplomacia, mas principalmente através da coerção e dos investimentos no setor militar (FORDHAM, 2007, p. 371).

asiática; e o Pacto de Bagdá, que daria origem ao arranjo de defesa do Oriente Médio conhecido como CENTO (idem, p. 372).

O papel das instituições multilaterais criadas no pós-guerra, em especial as de Bretton-Woods, foi fundamental não apenas na concretização deste processo, mas também para dar corpo à face consensual da hegemonia dos EUA. Nessa conferência em 1944, John M. Keynes e Harry D. White, representando a Inglaterra e os EUA respectivamente, uniram os objetivos de ambos os países ao conciliar a estabilidade monetária do padrão ouro-dólar com a flexibilidade doméstica para intervenções cambiais. Com a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) os países destinariam suas reservas em ouro e/ou em moeda americana (dólar) e fixariam suas moedas no metal a uma taxa preestabelecida, lhes sendo permitido emprestar dinheiro em tempos difíceis e flutuar o valor de suas moedas se assim fosse necessário (FRIEDEN, 2008, p. 280). Em contraste com os sistemas monetários anteriores, o modelo criado em Bretton-Woods afastou banqueiros e financistas privados do controle dos circuitos de altas finanças, transferindo seu comando para uma rede de organizações governamentais, em princípio o FMI e o Banco Mundial e, na prática, o Federal Reserve (Fed)³¹. Em outros termos, o dinheiro mundial se tornou um subproduto das atividades de gestão do Estado (ARRIGHI, 1996, p. 287).

Para resolver a falta de investimentos privados em infraestrutura nos países destruídos pela guerra, foi criado o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), que tomaria empréstimos na iniciativa privada a juros baixos para repassar a projetos que facilitassem outros investimentos privados (FRIEDEN, 2008, p. 283). Por fim, para regular as relações entre os Estados foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), respaldada pelo Estado de bem-estar do século XX em oposição ao Estado vigilante oitocentista que inspirou a Liga das Nações. Ademais, dentro e fora da ONU os EUA patrocinaram a criação de órgãos reguladores teoricamente neutros para lidar com uma série de problemas sociais e políticos explosivos (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 213).

Teóricos liberais das relações internacionais, especialmente os institucionalistas como John Ikenberry (1998; 2008), enfatizam os ganhos da hegemonia, no longo prazo, com a criação de instituições internacionais. No momento do pós-guerra, quando a assimetria entre o *hegemon* e os demais Estados é maior, a grande potência abre mão de parte de suas vantagens no presente para “amarrar” o sistema de acordo com seus interesses e garantir ganhos futuros.

³¹ “Federal Reserve System”, a entidade que funciona como o Banco Central dos Estados Unidos, criada em 1913 e responsável pela política monetária deste país. Fonte: Oxford Dictionaries. <http://oxforddictionaries.com>. Data de acesso: 18/10/2012.

Do outro lado, os Estados mais fracos obtêm benefícios imediatos no pós-guerra, geralmente em termos de segurança e reconstrução, em troca de compromissos e concessões futuros com o *hegemon*.

Em suma, ao final da Segunda Guerra Mundial estavam estabelecidas as bases do novo sistema mundial. Em Bretton-Woods foram criados os fundamentos do sistema monetário mundial; Na criação da ONU, com a Carta de São Francisco, novas normas e regras para a legitimação da gestão do Estado e da Guerra foram explicitadas; e em Hiroshima e Nagasaki novos meios de violência haviam demonstrado quais seriam os alicerces militares de uma ordem bipolar marcada pelo equilíbrio do terror (ARRIGHI, 1996, p. 283).

2.3 O DECLÍNIO DO LONGO SÉCULO NORTE-AMERICANO

O período batizado por Hobsbawm (1995) de “era de ouro do capitalismo” corresponde aos cerca de trinta anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial, quando o caos da primeira metade do século XX foi substituído pelo equilíbrio do terror da Guerra Fria entre EUA e URSS. Porém, ao contrário da base econômica soviética, destruída na guerra com a Alemanha, os EUA viveram um imperturbado surto de prosperidade baseado nas altas taxas de lucro das empresas, com elevação dos salários reais dos trabalhadores nos países centrais, i.e., EUA, Europa e Japão (KENNEDY, 1989, p. 346; BRENNER, 2002, p. 47).

Este período significou nova fase de expansão material da economia mundo capitalista, em que o capital excedente foi reinvestido no comércio e na produção de mercadorias, em escala suficientemente maciça para criar as condições de uma divisão internacional do trabalho renovada, dentro e entre as distintas organizações governamentais e empresariais da economia mundial capitalista (ARRIGHI, 1996, p. 308). A principal força motriz deste processo foi a internacionalização das grandes corporações dos EUA por meio de investimentos estrangeiros diretos (IED), fenômeno que já tomara forma na América Latina no meio século anterior mas que no pós-guerra adquirira escala mundial. Ademais, a forma de aplicação de IED no pós-guerra era relativamente nova: deixara de ser voltada para a agricultura e mineração em regiões periféricas para buscar a construção de fábricas nos países europeus e no Japão (FRIEDEN, 2008, p. 315)³².

³² Em 1938, 2/3 de todos os investimentos internacionais diretos de origem norte-americana destinavam-se às regiões pobres. As empresas norte-americanas haviam investido três vezes mais na América Latina do que na Europa. Já na década de 1960, as empresas norte-americanas começaram a investir três vezes mais na Europa e no Japão do que na América Latina (FRIEDEN, 2008, p. 315).

Essa expansão sem precedentes no comércio mundial e de crescente interdependência econômica pautada pelo sistema de Bretton-Woods tinha uma falha inerente que, com o tempo, derrubaria o sistema. A economia dos EUA tornou-se o principal motor do desenvolvimento mundial e o Fed passou a ser a base do sistema monetário internacional, de forma que o crescimento “puxado” pelas exportações do Japão e da Europa Ocidental em grande medida dependia do consumo dos EUA. Logo, “se os Estados Unidos cresciam, o mundo crescia; se o seu crescimento diminuía, o mesmo acontecia com o resto do mundo” (GILPIN, 2002, p. 154-155).

Durante esse período, os Estados Unidos conduziram sua política externa, em grande parte, a crédito, aproveitando seu papel de banqueiro mundial: emitiram moeda para financiar sua posição no mundo (...). A disposição de europeus e japoneses de emprestar aos Estados Unidos, estocando dólares inflacionados sob a forma de títulos do governo norte-americano, tornou possível aos Estados Unidos manter seus compromissos militares na Europa Ocidental e em outros lugares em torno da periferia soviética e chinesa, financiar assistência externa e, naturalmente, lutar no Vietnã (GILPIN, 2002, p. 157-158).

Assim, os anos do pós-guerra foram marcados pela aproximação entre os EUA e as principais economias de desenvolvimento tardio: Alemanha e Japão. O Estado norte-americano, determinado a conter o comunismo e assegurar o regime da livre empresa, tinha com estes países uma relação ao mesmo tempo de alinhamento político e de crescente concorrência econômica. Para garantir a estabilidade política e social na Europa e na Ásia Oriental, os norte-americanos estavam dispostos a tolerar altos níveis de intervencionismo estatal, protecionismo comercial e taxas de câmbio desvalorizadas. Logo, com extraordinárias taxas de crescimento nas exportações, Alemanha e Japão serviram de pontes a dinâmicos blocos econômicos regionais na Europa e Leste Asiático, suprindo-os com capitais e bens intermediários, e oferecendo-lhes crescentes mercados para seus produtos (BRENNER, 2002, p. 53-55). Nas palavras de Gilpin (2002, p. 158), os dois lados e o sistema global pareciam beneficiar-se com o que pode ser visto como “políticas complementares mas altamente autocentradas e nacionalistas”.

2.3.1 A crise sinalizadora

A expansão material baseada na aliança entre as ETNs e o Estado norte-americano resultou, em fins dos anos 1960, no aumento das pressões competitivas entre Estados e empresas e provocou uma retirada maciça do capital monetário do comércio e da produção, levando o sistema a uma nova fase de expansão financeira (ARRIGHI, 1996, p. 308-310).

Assim, entre 1968 e 1973 o regime norte-americano viveu sua crise sinalizadora nas três esferas do tripé hegemônico: a crise econômica com a queda de lucratividade das empresas e o fim do sistema de Bretton-Woods; a crise do *hard power* com as críticas da França de De Gaulle à OTAN e a incapacidade de lograr êxito no Vietnã apesar da assimetria de forças; e o enfraquecimento ideológico da cruzada anticomunista nos EUA e no exterior. Para fins deste trabalho, focaremos na esfera econômica e sua relação com os gastos em defesa do governo norte-americano.

Dois fatores principais contribuíram para a crise de lucratividade das corporações norte-americanas. Brenner (2002) enfatiza as relações horizontais (entre empresas) para demonstrar que o “catching up”³³ dos empresários alemães e japoneses elevou a competição com seus pares nos EUA e abocanhou parcelas crescentes de mercados cativos norte-americanos. Já Arrighi (2008, p. 140) argumenta que as relações verticais capital-trabalho, ou seja, a luta dos trabalhadores por aumentos reais de salário foram tão importantes quanto a concorrência entre as empresas de países centrais, de modo que a “explosão salarial” de fins dos anos 1960 combinou-se com o aumento da concorrência japonesa e alemã. Ademais, um terceiro fator de relevância surgiu em 1973: o “choque do petróleo” e a pressão de alta sobre os preços de produtos primários (ARRIGHI, 1996, p. 315).

Para Frieden (2008, p. 365), a ruína do sistema de Bretton-Woods decorreu ironicamente do seu próprio sucesso em dois aspectos: a restauração das finanças internacionais e a pressão sobre o dólar norte-americano. O primeiro fator possibilitou que, após duas décadas de expansão global, as ETNs fugissem do controle governamental e ameaçassem o sistema de regulação estabelecido em Bretton-Woods muito antes que o sistema de taxas de câmbio flexíveis alavancasse a globalização financeira (FIORI, 1997, p. 109). O mercado de eurodólares em Londres, criado para receber divisas de países comunistas sem correr o risco de que fossem congeladas pelo governo norte-americano, se tornou o principal canal deste processo.

Assim, a expansão financeira iniciou-se com a “indisciplina do capital”, conforme as ETNs aplicavam seus saldos em dólares em bancos no exterior visando contornar as

³³ Brenner (2002) utiliza o termo desenvolvimento desigual (*uneven development*) como sinônimo de “catching up” ou “o processo pelo qual os retardatários do desenvolvimento capitalista tentam e acabam conseguindo alcançar os líderes deste movimento”, diferindo do uso convencional, que designa a tendência de polarização geográfica do capitalismo (ARRIGHI, 2008, p. 112). Arrighi explica que o próprio sucesso dos EUA em promover a expansão do mercado global após a Segunda Guerra Mundial diminuiu suas vantagens competitivas, uma vez que a recuperação das economias do Japão e da Alemanha, bem como a ascensão de países asiáticos voltados para a exportação, intensificou a concorrência interempresarial e foi uma das razões da queda na taxa de lucro das empresas dos países industrializados (idem, p. 154).

exigências de regulamentação nos EUA e obter lucros pela especulação do câmbio de moedas (ARRIGHI, 1996, p. 317; GARRIDO, 2009, p. 38). Logo, o mercado de eurodólares, que já oferecia uma alternativa mais rentável para o capital excedente das empresas, assenhoreou-se do processo que estipulava o preço das moedas nacionais umas em relação às outras e ao ouro, vindo a explodir em 1968 (ARRIGHI, 1996, p. 310).

Já a pressão sobre o dólar decorreu do encolhimento da parcela norte-americana na economia mundial, conforme a Europa Ocidental e o Japão ganhavam espaço no setor manufatureiro. Enquanto os EUA dominavam a economia, ninguém questionava a confiabilidade de sua moeda, mas quando investidores ao redor do mundo começaram a duvidar do comprometimento do governo dos EUA com a taxa de câmbio, o sistema começou a ruir. Assim, com crescentes déficits no balanço de pagamentos e largas quantias de dólar indo parar no exterior, a manutenção da taxa de conversão da moeda norte-americana a US\$ 35 a onça de ouro tornou-se inviável (GILPIN, 2002, p. 156).

Portanto, o sistema de Bretton-Woods ruiu diante da crise do dólar, da crise de lucratividade das ETNs dos EUA e da expansão financeira dos euromercados. Mas neste contexto, Arrighi (2008, p. 144) atenta ainda para a relevância de outro fator, de cunho político: a fragilização da hegemonia norte-americana com a Guerra do Vietnã e seus impactos no balanço de pagamentos dos EUA.

Criticando a visão “declinista” de Arrighi, Fiori (2008, p. 17-18) afirma que a suposta crise sinalizadora da hegemonia norte-americana nos anos 1970 não passou de um mito, pois a partir dessas mudanças teria havido um aumento exponencial do poder dos EUA e o mundo regulado pela “hegemonia benevolente” teria se movido na direção de um sistema com características mais imperiais do que hegemônicas. Segundo ele, é verdade que os EUA se transformaram no grande “devedor” da economia mundial, mas essa dívida não provocou um desequilíbrio fatal na economia americana e funcionou como um motor da economia internacional desde então. O autor também afirma que a substituição do padrão “dólar ouro” pelo “dólar flexível” permitiu aos EUA exercerem um poder monetário e financeiro internacional sem precedentes na história. Por fim, argumenta que a Guerra do Vietnã foi útil para a aproximação sino-americana e foi o ponto de partida da revolução tecnológico-militar que levaria os EUA à vitória na Guerra do Golfo em 1991.

Não obstante, a abordagem de Arrighi demonstra que a conjuntura de gastos elevados na Guerra do Vietnã, somada à ruptura do sistema financeiro internacional e à crise de lucratividade das ETNs dos EUA foi, de fato, o início do declínio do longo século norte-

americano. Contrastando os argumentos de Fiori com os de Arrighi (2008, p. 144-145), temos que:

- 1) Ambos os autores concordam que os EUA adquiriram traços imperiais a partir da Guerra do Vietnã, mas para Arrighi isto implicou na “deflação” do poder hegemônico, ou seja, na incapacidade de liderar o sistema de acordo com o consenso, primando pela dominação através do uso da força e sendo o principal agente da desordem sistêmica.
- 2) Não foi necessário um “desequilíbrio fatal” para que o endividamento do governo e das famílias norte-americanas, a partir dos anos 1970, aumentasse a vulnerabilidade dos EUA a credores externos e se tornasse insustentável a longo prazo. Ainda que esta demanda tenha promovido o crescimento econômico mundial, suas bases tornaram-se gradualmente mais “virtuais” do que reais, ou seja, mais dependentes de um sistema financeiro volátil e desregulado.
- 3) A substituição do sistema de Bretton-Woods pelo padrão dólar flexível apenas “pareceu dar” aos EUA uma liberdade de ação sem precedentes ao emitir sua própria moeda para cobrir os déficits do governo. Na realidade, o novo modelo provocou uma espiral inflacionária mundial que ameaçou destruir toda a estrutura de crédito norte-americana e as redes mundiais de acumulação de capital, das quais a riqueza dos EUA se tornara mais dependente do que nunca. Segundo Brenner (2002, p. 78), os EUA haviam batido de frente com o limite de sua capacidade de tirar vantagem do papel do dólar como moeda-chave ao incorrerem em crescentes déficits federais e de conta corrente e em desvalorizações a fim de elevar sua competitividade no setor manufatureiro.

Assim, a política monetária norte-americana nos anos 1970, que tinha como objetivo manter a expansão material da economia mundial centrada nos EUA, fez exatamente o contrário: inflou custos (principalmente ao elevar a demanda por recursos primários); acirrou a disputa das empresas do Primeiro Mundo pela mão de obra do Terceiro Mundo, conforme será visto no próximo capítulo; elevou os custos e riscos do sistema; e estimulou a expansão financeira nos euromercados, ainda que tenha compartilhado com Alemanha e Japão os impactos da queda dos lucros empresariais.

(...) a expansão da oferta pública de dólares nutriu os mercados monetários *offshore* com uma liquidez maior do que era possível reciclar com segurança e com lucro. (...) Não surpreende que apenas uma fração da liquidez criada pelas autoridades monetárias norte-americanas se transformasse em novos meios de comércio e produção. A maior parte dela transformava-se em petrodólares e eurodólares. Estes se reproduziam inúmeras vezes, através dos mecanismos de criação de dinheiro no interbancário privado, e reapareciam na economia mundial como concorrentes dos dólares emitidos pelo governo norte-americano (ARRIGHI, 1996, p. 325).

- 4) Embora a Guerra do Vietnã tenha aproximado a China dos EUA e contribuído para o isolamento da URSS, os impactos do conflito na economia norte-americana foram extremamente danosos. Os gastos com a guerra obrigaram o governo a emitir quantias crescentes de dinheiro, contribuindo ainda mais para o aumento da inflação e enfraquecendo a competitividade das indústrias dos EUA nos mercados interno e externo diante de suas rivais alemãs e japonesas.

Nas palavras de Arrighi (2008, p. 144):

(...) a luta [no Vietnã] atingiu seu clímax nos mesmos anos da crise de lucratividade [das empresas norte-americanas]. O custo da guerra, inclusive o custo dos

programas que visavam conter a maré de oposição interna, não só contribuiu para o arrocho do lucro como também foi a causa mais fundamental do colapso do regime de câmbio fixo de Bretton Woods e da enorme desvalorização do dólar americano que se seguiu.

Portanto, a conturbada década de 1970 marcou a crise sinalizadora da hegemonia dos EUA, quando o “estado de guerra/bem estar” dos anos anteriores tornou-se um verdadeiro “estado de guerra/mal estar” não só na economia, mas também na sociedade norte-americana. A partir de então, o conceito de *semitwar*, concebido no começo da Guerra Fria como a condição de ameaças contínuas à segurança dos EUA, entrincheirou-se na Casa Branca e no Pentágono e foi responsável por altos níveis de gastos militares (BACEVICH, 2010, p. 27-28). Neste sentido, os avanços tecnológicos trouxeram armas não apenas mais eficientes, mas gradualmente mais caras, de forma que aviões, tanques e navios tiveram seus custos de produção, em alguns casos, multiplicados por dez. A título de exemplo, o bombardeiro B-2, sucessor do famoso B-52 que nos anos 1950 custava cerca de US\$ 30 milhões, chegou a atingir o valor de US\$ 2,1 bilhões nos anos 1990 (FORDHAM, 2007, p. 379).

2.3.2 A *Belle Époque* da hegemonia norte-americana

Visando recuperar a competitividade das empresas, restabelecer a confiança no dólar e centralizar o dinheiro do mundo de novo nos EUA, os governos republicanos de Reagan e Bush I estabeleceram uma nova “aliança” com o setor financeiro buscando: a) a elevação da taxa de juros acima da inflação para o governo competir pelo capital circulante mundial; b) a desregulamentação do sistema financeiro para incentivar o livre fluxo de capitais, e; c) o endividamento do Estado pela esfera militar, ora com o reaquecimento da Guerra Fria – sendo o programa “Guerra nas Estrelas” do governo Reagan, o exemplo mais conhecido – ora com a série de exibições militares em países “inamistosos” do Terceiro Mundo, tais como Granada, Líbia, Panamá e Iraque (ARRIGHI, 1996, p. 328). Ademais, por meio do Acordo Plaza de 1985, que desvalorizou o dólar em relação ao iene japonês e ao marco alemão, os EUA buscaram reduzir o déficit em conta corrente e se reerguer da recessão. Embora o déficit comercial com a Europa Ocidental tenha diminuído, o acordo falhou em reduzir o déficit comercial com o Japão devido a condições estruturais como a alta produtividade japonesa e as restrições desse país às importações (SILVA, 2012, p. 164-165).

Reagan’s key policies of higher military spending and lower taxes, increased budget deficits from 2.6% of GDP in 1981 to 6% of GDP in 1983. The effect of Reagan’s

dual commitments was a debt driven consumption boom which was accompanied by high interest rates which then caused trade deficits (IEP, 2011, p. 14).

No âmbito geral, o objetivo dessas ações foi atingido conforme a queda na taxa de lucro das empresas foi compartilhada com Alemanha e Japão; o Leste Asiático passou a receber capital e tecnologia das grandes corporações visando explorar as vantagens produtivas locais; e os EUA viveram um período de forte crescimento econômico.

Não obstante, esta retomada adquiriu caráter insustentável, pois a redução maciça de impostos na Era Reagan sem uma correspondente diminuição dos gastos do governo resultou num grande e persistente déficit orçamentário. A poupança nacional, inadequada para financiar esse déficit, obrigou o governo a assumir pesados empréstimos estrangeiros, dos quais o Japão tornou-se o principal credor (GILPIN, 2002, p. 362). Essa parceria nipo-americana foi reforçada por interesses simbióticos de um país que vivia além dos seus meios (os EUA) e de outro que tinha necessidade premente de mercados no exterior para seu capital excedente (o Japão) (idem, p. 364). Assim, enquanto o Japão tornava-se o principal credor norte-americano, os EUA entraram em um ciclo vicioso:

De um lado, precisavam do capital estrangeiro para financiar seu déficit fiscal; de outro, esse capital valoriza excessivamente o dólar e diminui a posição competitiva da economia americana, enfraquecendo, com isso, a sua base industrial. E uma economia enfraquecida tem mais necessidade de capital estrangeiro, mas o peso dos juros que precisam ser pagos diminui a sua competitividade internacional (GILPIN, 2002, p. 368).

Este ciclo culminou na bolha financeira da segunda metade da década de 90, durante o governo Clinton, caracterizando o período de *Belle Époque*, em que uma prosperidade súbita das classes capitalistas deu a ilusão de um “momento maravilhoso” de desenvolvimento econômico e fez lembrar a *Belle Époque* dos ciclos genovês-ibérico, holandês e inglês. Nesse sentido, “o fim do século foi semelhante ao seu início”, quando os investimentos estrangeiros eram muito maiores e os mercados nacionais afundavam na imensidão dos fluxos financeiros globais (FRIEDEN, 2008, p. 415-416). Popularizou-se assim, a figura dos yuppies como a cultura materialista e hedonista dos jovens profissionais urbanos dos anos 1980 e 1990, que ascendiam socialmente e ficavam ricos em pouco tempo.

A valorização do dólar feita em 1995 pelo Acordo Plaza invertido³⁴, aliada ao regime de crédito fácil do Fed e à expansão da dívida pública e privada, provocou uma maciça

³⁴ O Acordo Plaza invertido, de 1995, teve como objetivo a valorização do dólar para aumentar a competitividade dos setores manufatureiros de Japão e Alemanha e evitar que estas economias entrassem em recessão.

entrada de capital estrangeiro nos EUA – resultando numa verdadeira bolha financeira cuja principal força ativa foi a atuação de empresas não financeiras norte-americanas, que buscaram “ampliar enormemente seu endividamento com o propósito de comprar ações em volume colossal” (ARRIGHI, 2008, p. 151).

Entre 1994 e 2000, o valor das ações em mercado das empresas não-financeiras norte-americanas saltou de US\$ 4,8 trilhões para US\$ 15,7 trilhões, o dobro do crescimento dos dez anos anteriores (BRENNER, 2002, p. 257). Para Brenner, essa enorme reavaliação dos ativos “abriu caminho para a maior expansão de tomada de empréstimos por empresas não-financeiras jamais vista”, atingindo um endividamento inédito como proporção do PIB corporativo de 85% em 2000 (idem, p. 257).

Essa explosão de tomadas de empréstimos não só permitiu que as recompras de ações por empresas não-financeiras continuassem a pulular, agravando a bolha no valor das ações em direção a seu apogeu e levando a relação dívida/ações das empresas a novos recordes; também permitiu às empresas não-financeiras elevarem a proporção de seus gastos de capital financiados por empréstimos (e não por seus ganhos retidos) a níveis até então não alcançados durante uma expansão econômica, ensejando, portanto, que amplificassem um já muito poderoso *boom* de investimento (BRENNER, 2002, p. 257-259).

Tomando com exemplo as empresas *start-ups* e outras com poucos recursos e pouco acesso ao financiamento bancário, Brenner (idem, p. 258) demonstra a importância da valorização de seus papéis como forma de se manter no mercado. Esse foi em especial o caso de empresas de tecnologia, mídia e telecomunicações, cujas ações cresceram num patamar muito acima dos seus lucros reais.

Outra característica da expansão financeira discutida anteriormente como a *Belle Époque* da hegemonia é a tendência de concentração interna dos capitais e dos rendimentos. O gráfico abaixo apresenta a participação da camada do 1% e 10% mais ricos na distribuição de renda nos EUA, sendo notório o aumento da desigualdade a partir da década de 1970 e o retorno a padrões de antes da Segunda Guerra Mundial.

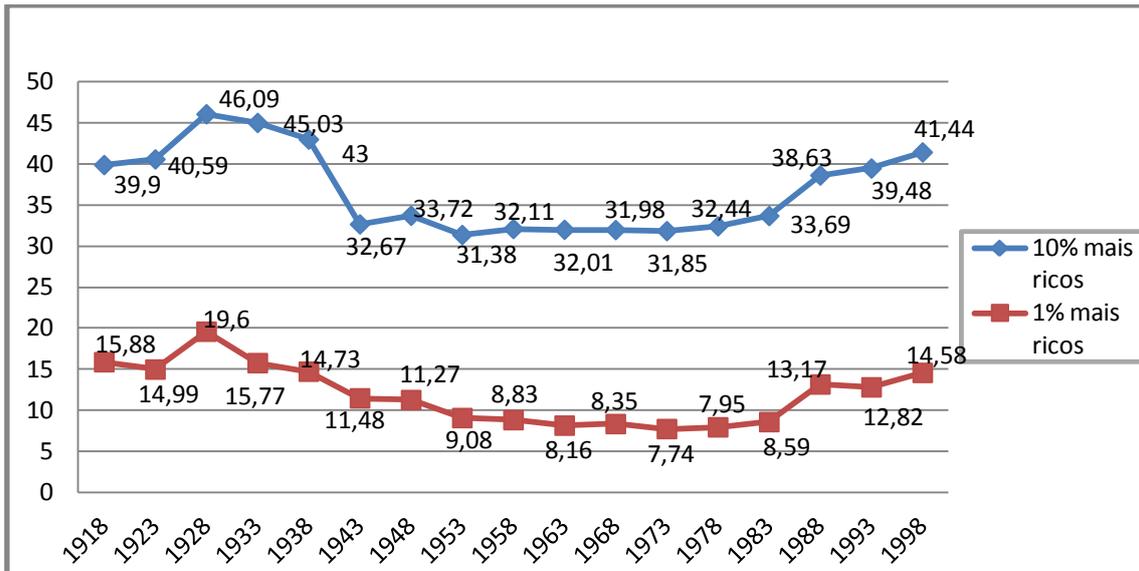


Gráfico 4. Concentração da renda nos EUA dos 1% e 10% mais ricos (%)

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados publicados por PIKKETY; SAEZ, 2003.

Assim como os lucros das empresas tornaram-se mais “virtuais” do que reais, a concentração de renda das famílias norte-americanas também contribuiu para a expansão financeira. Entre 1994 e 2000, a capitalização do mercado das ações em posse das famílias cresceu de US\$ 4 trilhões para US\$ 12,2 trilhões e o estrato superior de 20% da renda nacional detinha entre 96% e 98% deste total. Logo, essa minoria percebeu que a extraordinária apreciação de seus ativos pelo mercado de ações lhe permitiria fazer uso de empréstimos “a um grau antes inconcebível”, fazendo despencar o índice de poupança pessoal entre 1992 e 2000, de 8,7% para - 0,12% (BRENNER, 2002, p. 254-255).

Portanto, os EUA chegam à virada do século XXI com uma crescente concentração interna de riqueza e uma dependência de investimentos externos para subsidiar o endividamento público, o consumo privado e os déficits em conta corrente. Se ao menos esses investimentos fossem em grande parte produtivos, pondera James A. Dorn (2008, p. 161), os EUA poderiam incorrer em déficits “saudáveis”. Porém, o capital especulativo neste período chegou a somar US\$1,6 trilhão em comparação com cerca de US\$900 bilhões em investimentos produtivos; e em 2000, os ativos brutos norte-americanos na posse do resto do mundo alcançaram US\$ 6,7 trilhões ou 78% do PIB dos EUA (BRENNER, 2002, p. 275).

2.3.3 A centralização da riqueza mundial na Ásia Oriental

A expansão financeira centrada nos EUA a partir dos anos 1970 coincidiu com um deslocamento do centro de gravidade da economia global para o Leste Asiático. Em sua

primeira obra de grande porte (1996), Arrighi enfatiza o salto de desenvolvimento japonês dentro do “arquipélago capitalista” asiático, mas nas duas obras seguintes (2001 e 2008) o autor focaliza a China como herdeira do processo iniciado no Japão e a principal força motriz da economia asiática no século XXI. Para se compreender a ascensão chinesa faz-se necessário uma breve referência ao processo de centralização da riqueza mundial na Ásia Oriental encabeçado pelo Japão a partir dos anos 1960 (não por acaso às vésperas do declínio do longo século norte-americano), – quando sua economia, já reconstruída da guerra, passou a concorrer em termos de equilíbrio com a norte-americana.

Os anos do pós-guerra no Japão testemunharam um debate entre os adeptos do internacionalismo comercial de caráter mais liberal e os adeptos do desenvolvimentismo voltado para dentro com planejamento estatal. Ainda que os primeiros tenham prevalecido, a abertura japonesa para a economia mundial teve um fortíssimo dirigismo estatal com altos índices de protecionismo e políticas de incentivo industrial, comercial e tecnológico (ICT) (CHANG, 2004, p. 92).

Com a Revolução Chinesa e a Guerra da Coreia, o Japão tornou-se a base de operações dos EUA no extremo oriente. A ocupação norte-americana nas ilhas japonesas provocou um *boom* de exportações e a substituição dos antigos conglomerados industriais financeiros da Era Meiji, os *zaibatsu*, por organizações industriais mais flexíveis e dispostas a absorver tecnologias vinda dos EUA e da Europa, os *keiretsu*. Com uma força de trabalho extensa, educada e identificada com a empresa, uma incrível ética de trabalho, um senso de identidade nacional e a memória da derrota na guerra, o Japão tinha os ingredientes necessários para se desenvolver (YERGIN; STANISLAW, 2008, p. 144).

Além dos empresários, outros dois grupos internos compunham o “triângulo de ferro” que foi responsável pelo desenvolvimento japonês após 1955: os políticos e os burocratas. Os primeiros criaram um consenso nacional que manteve o Partido Democrático Liberal no poder por mais de meio século, até 2009. Já os burocratas³⁵ atuavam principalmente no Ministério de Indústria e Comércio Exterior (em inglês, MITI) e vinham das melhores universidades do país.

O MITI é considerado o principal promotor do modelo de “catching up” japonês e foi responsável pela adoção de uma série de práticas de gerenciamento da economia, como a fixação de preços, cotas de importação e de market share, licenças, padrões de qualidade e associações industriais (YERGIN; STANISLAW, 2008, p. 146). Logo, a grande inovação

³⁵ Ao contrário do sentido pejorativo nos EUA, o burocrata no Japão carrega um significado confuciano de respeito, responsabilidade, dedicação e poder (YERGIN; STANISLAW, 2008, p. 146).

estatal do Japão foi coordenar no mesmo ministério a indústria nacional e o comércio exterior, evitando que a competição interna minasse a competitividade externa. Assim, o MITI coordenava fusões para evitar a supercapacidade produtiva, encorajava a especialização de pequenas e médias empresas e visava restringir a atuação de competidores estrangeiros dentro do país (idem, p. 146).

A partir desse macroambiente propício ao desenvolvimento, as exportações japonesas galgaram degraus na cadeia global de mercadorias: de produtos têxteis e manufaturas básicas para navios, e depois para complexos produtos mecânicos, eletrônicos e tecnologia de ponta (idem, p. 144). Assim, de 1950 a 1973, o PIB *per capita* do Japão cresceu a surpreendentes 8% ao ano, o dobro da média de países europeus como Alemanha e Áustria (4,9%) e Itália (4,8%), ou mesmo de outros países do Leste Asiático como Taiwan (6,2%) e Coreia do Sul (5,2%) (CHANG, 2004, p. 91).

As empresas japonesas chegaram à década de 1970 como importantes competidoras das homônimas norte-americanas. Além das conhecidas marcas Honda, Toyota e Sony, Yergin e Stanislaw (2008, p. 146) trazem o caso ilustrativo do VCR: três empresas japonesas lograram transformar a invenção norte-americana do videocassete, que custava 50 mil dólares e era acessível apenas a canais de televisão, em modelos de quinhentos dólares voltados para o consumo em massa.

O crescente poder econômico do Japão nos anos 1980 se baseou tanto em inovações organizacionais quanto tecnológicas. O modelo de grandes corporações, que fizera a prosperidade dos EUA a partir de 1870, deu lugar a uma tendência às redes informais de camadas múltiplas de fornecedores formalmente independentes espalhados pela Ásia Oriental (ARRIGHI, 2008, p. 352). Esse processo de terceirização foi a base do crescimento japonês, que provocou uma redefinição das cadeias de mercadorias e elevou o padrão de desenvolvimento de muitos outros países no extremo oriente, em especial os Tigres Asiáticos, dando origem ao processo que ficou conhecido como “o voo dos gansos” (HUNG, 2009, p. 7), que tinha nos EUA o principal destino final de seus produtos.

Logo, a divisão internacional do trabalho na região moldou-se da seguinte forma ao longo dos anos 1980: o Japão concentrando-se nas áreas de informática, automóvel, robótica e outros setores de ponta; os Tigres Asiáticos entrando nos setores de aço, produção naval, automóveis, motores e produtos elétricos; e a China, associando-se a este movimento, recebendo investimentos e plantas industriais japonesas e ocidentais por meio das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), concorrendo com as nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e

desempenhando papel semelhante ao que fora dos Tigres nos anos anteriores (VIZENTINI, 2007, p. 57).

O modelo do Japão baseado em estabilidade política, desenvolvimento econômico e parceria preferencial com os EUA indicava o surgimento de uma nova potência mundial na década de 1980. Porém, uma série de fatores contribuiu para frear a ascensão japonesa e provocar uma recessão econômica na década seguinte. As causas mais evidentes foram o estouro de bolhas especulativas (especialmente na Bolsa de Valores de Tóquio e no mercado imobiliário do país), o excesso de poupança das famílias, o envelhecimento da população, a primazia do dólar, a dependência militar dos EUA e a aproximação sino-americana. (MARIUTTI, 2011, p. 33; PECEQUILO, 2009, p. 123-125; YERGIN; STANISLAW, 2008, p. 149).

Dentre essa gama de fatores, Arrighi (2008, p. 350-351) demonstra que tanto o sucesso quanto a subsequente estagnação do Japão estão ligados à sua relação com o sistema comercial-tributário criado pelos EUA na Ásia Oriental após a Guerra da Coreia. Segundo ele, esse sistema se assemelhava à centralidade milenar da China na região, exceto por dois fatores: 1) o norte-americano não só possuía estrutura e orientação muito mais militaristas, como também patrocinava a especialização funcional entre o poder central e seus vassallos, de forma que os EUA especializaram-se no fornecimento de proteção e na busca de poder político em termos regionais e globais, enquanto seus Estados vassallos na Ásia Oriental se especializaram no comércio e na busca do lucro; 2) ao contrário dos antigos regimes centrados na China, o sistema norte-americano era extremamente instável e começou a desmoronar já na Guerra do Vietnã. Quando a China foi readmitida na comunidade internacional, o apelo ideológico de contenção ao comunismo foi esvaziado e a Ásia Oriental ganhou novos impulsos de desenvolvimento econômico e integração.

Assim, as décadas de 1970 e 1980 demonstraram simultaneamente a ineficiência do militarismo industrial norte-americano e a sabedoria japonesa em utilizar de fontes econômicas de poder, ao invés de militares, para inserir-se no sistema internacional. Porém, ao tornar-se um “gigante econômico” e ao mesmo tempo um “anão político” dependente da proteção dos EUA, o Japão ficou a mercê dos desígnios norte-americanos, sendo instado (ou extorquido) a contribuir com US\$ 13 bilhões para a Guerra do Golfo. Além de competir diretamente com as empresas norte-americanas na exploração da mão de obra e recursos empresariais na Ásia Oriental, o Japão sofreu um verdadeiro “golpe de proteção” dos EUA,

(...) que pretendia extorquir concessões comerciais do Japão, como a enorme valorização do iene e as restrições voluntárias de exportação, assim como

pagamentos diretos por proteção, como o que foi imposto para custear a Guerra do Golfo. Nessas circunstâncias, a lucratividade da relação de troca política do Japão com os EUA começou a murchar (ARRIGHI, 2008, p. 353).

Neste contexto de competição econômica e terceirização da produção para a Ásia Oriental, a diáspora capitalista ultramarina chinesa foi a grande beneficiária, atuando como intermediária entre japoneses, americanos e europeus, e as empresas locais dos Tigres Asiáticos e também dos países do ASEAN. Segundo Arrighi (2008, p. 355):

(...) o capital ultramarino chinês estava muito bem posicionado para lucrar com a expansão transfronteiras do sistema japonês de terceirização em várias camadas e com a demanda crescente das empresas norte-americanas por parceiros comerciais na região. Quanto mais se acirrava a concorrência pelos recursos humanos de baixo custo e de elevada qualidade da Ásia oriental, mais os chineses ultramarinos se transformavam numa das redes capitalistas mais poderosas da região, superando em vários aspectos as redes de multinacionais norte-americanas e japonesas.

Já Oliveira, (2012, p. 92-93) caracteriza as vantagens chinesas da seguinte forma:

(...) as redes que surgiam na área chinesa tinham características mistas: eram resistentes à entrada de terceiros, como as japonesas; rápidas e flexíveis, como as norte-americanas; e privilegiavam tarefas atribuíveis a grupos familiares ou mesmo a indivíduos, perfeitas para as relações interpessoais típicas da sociedade chinesa. E embora a malha produtiva chinesa se estendesse por uma ampla área do Leste asiático, inclusive Taiwan e Hong Kong, firmava-se a tendência a concentrar a produção cada vez mais na própria China.

Assim, a atuação da diáspora ultramarina chinesa combinou-se com a reintegração da China continental ao mercado regional e global, dando início a um segundo impulso de expansão material asiática, desta vez centrada na China. Com isso, comprova-se o fator externo da conjuntura de declínio de um longo século: o processo de concentração de capital “às margens da econômica hegemônica”, ou seja, o início de uma expansão material na Ásia concomitante à expansão financeira da hegemonia norte-americana.

Relevadas certas peculiaridades, a maioria dos casos de sucesso da região nos permite caracterizar um modelo de desenvolvimento comum na Ásia Oriental. As trajetórias de Taiwan, Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura e do próprio Japão envolvem, em algum momento, ditaduras, autoritarismo ou pelo menos algum tipo de regime de partido único *de facto*. Ao mesmo tempo, esses regimes foram legitimados por altas taxas de crescimento econômico com consideráveis níveis de distribuição de renda e a formação de redes informais de subcontratação cuja produção era voltada para a exportação às nações desenvolvidas. E, acima de tudo, esses países apresentaram relações profícuas entre o governo e as forças de

mercado – relações que em maior ou menos grau fomentaram tanto a competitividade no exterior quanto a proteção do mercado interno (YERGIN; STANISLAW, 2008, p. 141).

Apesar desse crescimento econômico, Hung (2009, p. 7) aponta para a retroalimentação das vulnerabilidades entre as economias da Ásia Oriental e os EUA, processo no qual a China insere-se parcialmente nos anos 2000 e que será visto adiante. Quando as tensões da Guerra Fria esfriaram nos anos 1980, os “déficits gêmeos” dos EUA (fiscal e de conta corrente) aumentaram devido ao corte de impostos e aos gastos em defesa. Ao invés de romper com a órbita da hegemonia norte-americana, as economias da Ásia Oriental reforçaram os laços mútuos ao financiar os déficits dos EUA e incentivar o consumo de suas exportações para este país – dado os baixos níveis de consumo interno.

A crescente participação dos investidores estrangeiros ampliou com vigor o *boom* dos ativos americanos e encorajou compromissos ainda maiores. Com efeito, os emprestadores estrangeiros direta e indiretamente subsidiaram o crescente endividamento e consumo americano, de modo que a crescente demanda americana pudesse, por sua vez, afiançar as exportações de suas próprias economias (BRENNER, 2002, p. 275).

Assim, com superávits comerciais e altas taxas de poupança, os exportadores leste-asiáticos adquiriram o investimento financeiro mais seguro do mercado – os títulos públicos do tesouro norte-americano – e tornaram-se os maiores credores dos EUA. Como consequência, o financiamento dos déficits em conta corrente dos EUA estimulou o apetite deste país por importações asiáticas e aprofundou um modelo de desenvolvimento dependente do consumo norte-americano; e o superávit comercial dos asiáticos levou a crescentes aquisições dos títulos públicos norte-americanos.

Hung afirma que a China tem seguido os mesmos passos de seus vizinhos e, devido à escala colossal de seu desenvolvimento, tornou-se ainda mais dependente do modelo de exportações para os EUA. A aproximação da trajetória chinesa indicará as bases deste segundo impulso de expansão material asiática e verificará se essas vulnerabilidades de fato aumentaram.

3. A CHINA NO SISTEMA-MUNDO MODERNO: CENTRALIDADE, DECLÍNIO E REEMERGÊNCIA

Se ampliarmos a perspectiva temporal de nosso estudo, podemos afirmar que a interação entre EUA e China desde meados do século XX corresponde a uma nova roupagem, e talvez a última, da relação entre uma hegemonia do sistema-mundo moderno de caráter essencialmente ocidental e a própria China. De Marco Polo a Kissinger, passando pelos navegadores e missionários ibéricos, pelas companhias de comércio holandesas, francesas e inglesas e pelos industriais ingleses protegidos pelas canhoneiras do Império Britânico, a China desde há muito desperta curiosidade, fascínio, admiração e temor no Ocidente. Não por acaso, o historiador Lucien Febvre (2004) fala do “sentimento de inferioridade” e da “baixa autoestima” do medievo europeu em relação ao que vinha do Oriente, fossem especiarias, armas ou obras de arte.

Para se compreender a China e sua relação com os EUA no século XXI, é necessária uma breve retrospectiva da interação daquele país com o Ocidente e com o mundo. Assim, a desintegração da estrutura política do Império Chinês diante do imperialismo ocidental no século XIX e a subsequente revolução comunista de 1949 precisam ser postos em perspectiva histórica para relacionar o declínio dessa civilização milenar e a ascensão dos Estados modernos europeus.

3.1 A CHINA E A CENTRALIDADE DO ORIENTE

Na obra “ReOriente”, Andre Gunder Frank busca respostas para três perguntas no recorte temporal do séculos XV ao XVIII: por que a China, que foi por cerca de dois milênios o centro da ‘economia mundial’, entrou em declínio e foi subjugada pelos impérios ultramarinos ocidentais no século XIX? Quais as razões da ascensão do Ocidente neste mesmo período? E por fim, estes fenômenos são contemporâneos por mero capricho do acaso ou há relação entre eles?

Frank fundamenta sua tese principal na centralidade da Ásia (principalmente a China, mas também a Índia) no sistema de redes comerciais da extensa massa continental euro-afro-asiática, perdurando por dois milênios até fins do século XVIII (FRANK, 1998, p. 115). No século XVI, os europeus inseriram o continente americano nesse sistema, gerando riqueza com o acesso aos metais preciosos do Novo Mundo, mas até o início do ciclo de acumulação britânico no longo século XIX, a China continuou como “centro orgânico” da economia

mundial dispendo de vantagens produtivas e comerciais, com uma inigualável capacidade agropecuária e um superávit no comércio exterior a partir da exportação de seda, chá, cobre, porcelana e outras cerâmicas. Suas periferias eram a América e o Japão, que exportavam prata, a África, que exportava ouro, e a Europa, cujas companhias de comércio se especializaram, principalmente durante o ciclo de acumulação holandês, na conexão comercial entre a China e essas outras regiões periféricas.

Frank (1998, p. 129) ainda sugere a regionalização da economia mundial a partir de “círculos concêntricos” de cerca de 1400 a fins do século XVIII. O primeiro círculo consiste na China em si, em especial o Vale do Rio Yang-Tsé e o sul do país. O segundo consiste no sistema de tributo/comércio da Ásia, incluindo a Ásia Central, o Sudeste Asiático, Japão e Coreia. Neste círculo, cabe enfatizar o papel da diáspora ultramarina chinesa e o prestígio cultural e poder político e econômico exercidos pela China em toda a região (ARRIGHI, 2008, p. 326). O terceiro círculo, mais poroso, inclui a Ásia Meridional (a Índia em especial), o Oriente Médio, a Rússia e a África, formando um bloco afro-asiático. Por fim o maior círculo, de amplitude global, no qual estão inseridas Europa e América. Assim, como crítica à visão eurocêntrica das ciências sociais, Frank coloca a Europa na posição marginal da economia mundial até a Revolução Industrial e a ascensão da Inglaterra.

A figura 5 demonstra a centralidade superavitária chinesa na economia mundial nos quatro séculos em questão, de forma que o sentido das setas representa o fluxo de prata para a China e o sentido oposto das setas significa, naturalmente, o fluxo de mercadorias. A figura 6 apresenta as quantias estimadas, em milhares de toneladas, do circuito da prata, sendo notório o salto no século XVIII.

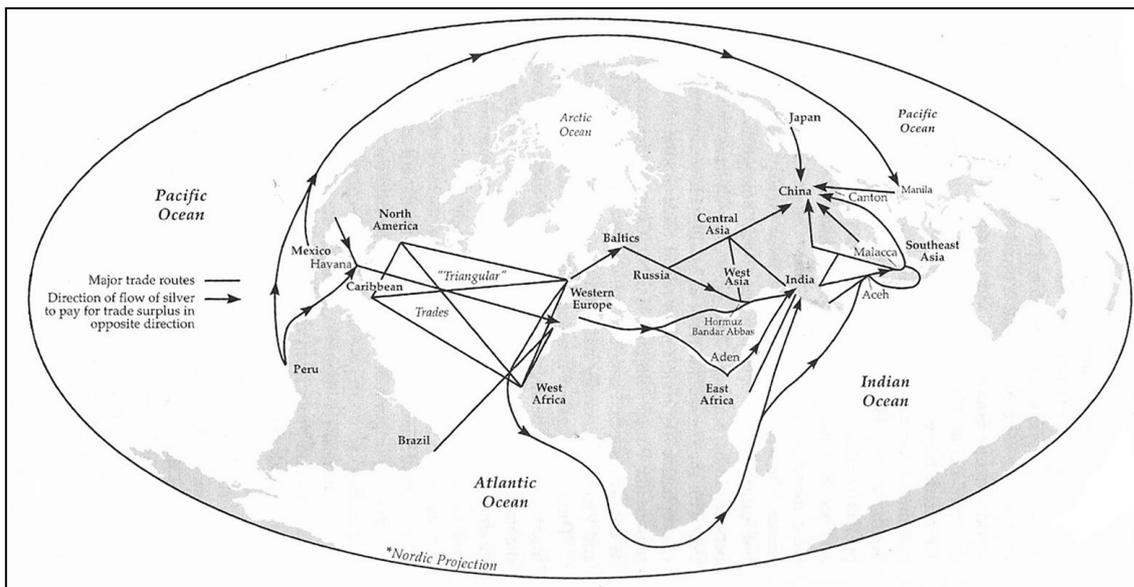


Figura 5. Principais rotas comerciais globais, 1400-1800

Fonte: Frank, 1998, p. 65.

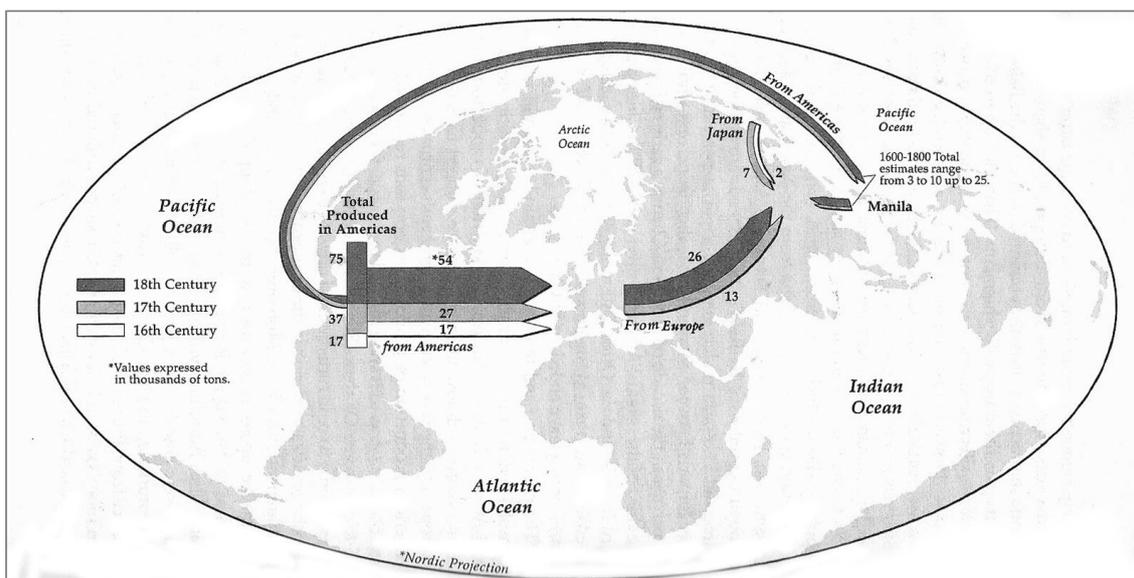


Figura 6. Produção mundial de prata – exportações e importações

Fonte: Frank, 1998, p. 148.

Logo, o período de supremacia e dominação ocidental sobre as demais regiões do planeta, nos últimos duzentos anos, seria uma breve exceção à regra da centralidade chinesa na economia mundial. Com a instigante pergunta “por que o Ocidente ganhou (temporariamente)?”, o autor busca explicações tanto para o declínio da China quanto para a ascensão ocidental, usando a expressão “ReOriente” para afirmar que a centralização da riqueza mundial na Ásia desde a segunda metade do século XX é, na verdade, um retorno a um padrão histórico precedente.

A princípio, faz-se necessário distinguir a ordem político-econômica milenar chinesa do sistema de estados soberanos da Europa Ocidental, apresentado no primeiro capítulo como o sistema-mundo moderno. Loretta Napoleoni (2011) faz esta distinção a partir do “mundo das ideias”, ao comparar a influência de Hobbes e Maquiavel no Ocidente com a de Confúcio na China. A ética confuciana é tida como fundamento desta civilização e, dinastia após dinastia, manteve-se como pedra angular de uma sociedade que prima pelo coletivo em detrimento do individual³⁶, pela ordem e disciplina em lugar da anarquia e pelo papel do Estado como guardião da civilização chinesa e da unidade nacional, seja ela expressa nos valores culturais ou na integridade física do país.

No âmbito interno, esta ordem não significou a ausência de chefes militares e senhores da guerra locais ou de conflitos políticos, sociais e religiosos, mas o embate entre grupos que, ao invés de buscar o separatismo em diferentes unidades políticas, visavam o controle do aparato supremo de poder: o Estado imperial da China (NAPOLEONI, 2011, p. 153). Nesse sentido, as guerras internas não acabaram em fragmentação territorial mas nas sucessões dinásticas, sendo as mais recentes: dos Yuan, de origem mongol (1279-1368), para os Ming, de origem chinesa (1368-1644), e destes para os Qing, de origem Manchu (1644-1911). Ademais, conforme visto adiante, o próprio Partido Comunista Chinês (PCC) buscou incorporar a proposta confuciana de Estado enquanto mantenedor da ordem interna e promotor do desenvolvimento econômico e social do país.

Ao contrário dos Estados modernos europeus, as sucessivas dinastias do Império Chinês não desenvolveram uma racionalidade de rivalidade e competição entre unidades políticas “de igual para igual”, mas uma relação hierárquica de comércio-tributação, prestígio e poder com Estados vizinhos, adquirindo o prenome de “Império do Meio” e consolidando o segundo “círculo concêntrico” de Frank. Apesar dos ataques de piratas japoneses e de atritos frequentes no continente com cossacos russos, tibetanos, manchus, mongóis e outros povos da Ásia Central, Arrighi (2008, p. 323-324) sugere a ocorrência de uma paz de quinhentos anos na Ásia Oriental centrada na China devido a dois fatores que diferem do sistema ocidental: a) ao contrário da incessante competição militar entre os soberanos europeus, a Ásia Oriental apresentou uma baixa frequência de guerras entre os séculos XV e XVIII, e; b) os Estados

³⁶ Confúcio traça a arquitetura da sociedade em cinco tipos de relações: soberano e súdito; pai e filho; irmão mais velho e irmão mais novo; marido e mulher; e relação entre amigos. O conceito de indivíduo deriva do ideograma *Ren*, que é composto por duas partes: um homem de pé e o número dois ou pluralidade. Logo, o indivíduo não existe por si só; sua condição é uma “qualidade relacional”, é estabelecida pela relação com outros seres humanos, com o coletivo (Napoleoni, 2001, p. 146).

asiático-orientais não competiram entre si pela construção de impérios ultramarinos ou envolveram-se em corridas armamentistas minimamente comparáveis à Europa.

Portanto, ao contrário do sistema europeu, o asiático esteve mais próximo do polo imperial de Watson e, acima de tudo, a necessidade de ganhos materiais dos agentes econômicos *não* se fundiu com uma suposta necessidade de conquista dos Estados soberanos.

Para responder a pergunta inicial de Frank sobre a ascensão do Ocidente e o declínio da China, devemos atentar para um terceiro ingrediente apontado por Arrighi (2008, p. 327): a extroversão do caminho europeu em relação ao asiático. Para Frank (1998, p. 277), os europeus “pegaram carona” na expansão material asiática e formaram, por alguns séculos, uma parcela importante dos agentes comerciais na Ásia, vide o sucesso das companhias das Índias Orientais dos países europeus frente ao fracasso das companhias das Índias Ocidentais. Primeiro foram os missionários e comerciantes portugueses, os quais arrendaram Macau e foram autorizados a praticar o comércio na região. Depois vieram espanhóis, holandeses, franceses e ingleses, todos buscando espaços privilegiados de comércio ou de difusão da fé cristã (GELBER, 2012, p. 120; 146-7).

Esta atuação tipicamente periférica de levar metais preciosos em troca das famosas “especiarias” era uma fonte de riqueza e poder muito mais importante para os europeus do que para os asiáticos. Não surpreende o menosprezo com que a corte imperial chinesa tratava os comerciantes europeus, que esperavam meses por audiências e não gostavam de ser postos no mesmo patamar de tribos asiáticas tributárias. Segundo Gelber (2012, p. 147), o comércio europeu para o Império Qing, embora lucrativo, teve pouca importância política até o século XVIII e os comerciantes eram quase sempre um estorvo de pouca relevância.

Não obstante, a atuação comercial europeia na franja marítima do Império Chinês contrastou com um gradual fechamento da China para o mundo e uma subsequente atrofia em suas tecnologias de navegação. Quase um século antes de Vasco da Gama circunavegar a África, o almirante Zheng He já havia feito sete grandes viagens pelo Oceano Índico (1405 a 1433) a serviço do Império Ming. Mas ao contrário da lógica comercial e capitalista das grandes navegações europeias, estas viagens tiveram um cunho mais diplomático e político ao levar presentes a diversas nações e propagar a grandeza da civilização chinesa. Os custos elevados das viagens, aliados ao contexto de pressões mongóis nas fronteiras do norte, levaram o Estado a redirecionar recursos financeiros para a defesa do território e a construção da Grande Muralha em detrimento da expansão marítima.

As lembranças da China das conquistas mais admiráveis em alto-mar foram suprimidas. Em 1480, o ministro da Guerra, com uma lógica burocrática implacável,

destruiu os registros das viagens de Zheng He. Bem antes de 1500, o imperador banuiu a construção de navios de alto-mar e proibiu seus súditos, sob pena de morte, de navegarem (GELBER, 2012, P. 112).

No longo prazo, os impactos deste fechamento se combinaram com problemas de crescimento demográfico e mau funcionamento do aparato estatal, levando ao gradual declínio da dinastia Qing (GELBER, 2012, p. 139). Não nos cabe discutir o porquê da Revolução Industrial ter ocorrido na Inglaterra e não na China, mas é lícito afirmar que a transição do CSA holandês para o inglês trouxe maior autonomia do Ocidente em relação às redes comerciais centradas no Oriente. Em outras palavras, as companhias de comércio europeias dependiam tanto de produtos orientais quanto da demanda chinesa por prata até o século XVIII. Já as empresas familiares que surgiram na Inglaterra a partir da Revolução Industrial passaram a dispor de acesso privilegiado a recursos naturais nas colônias britânicas e tinham na China um grande, mas não o único, mercado consumidor para seus produtos industrializados. Assim, para as grandes potências europeias em processo de industrialização no século XIX, a China tornou-se um assunto secundário, uma mistura de esplendor e barbárie; enorme, mas insignificante do ponto de vista militar; orgulhosa, porém decadente e exótica (GELBER, 2012, p. 200).

Portanto, a relação da China com a Inglaterra (e depois com os países ocidentais industrializados mais o Japão) no século XIX seria muito diferente da que tivera com os comerciantes europeus até o século XVIII, um jogo que vinha sendo jogado nas regras chinesas e controlado de perto pela burocracia imperial³⁷. Logo, os dois fatores cruciais para esta alteração foram a Revolução Industrial na Inglaterra e as crises internas na China que abriram espaço para intervenções estrangeiras.

3.2 AS CRISES INTERNAS E O “SÉCULO DA HUMILHAÇÃO”

A fragilização interna da China no século XVIII decorreu de seu sucesso nos séculos anteriores (Frank, 1998, p. 274). Para Hobsbawm (1995, p. 448), a inferioridade chinesa em relação ao Ocidente, que ficou evidente no século XIX, não se deveu a alguma incapacidade técnica ou educacional, mas ao próprio senso de autossuficiência e autoconfiança da

³⁷ O comércio do Ocidente com a China era centralizado na cidade de Guangzhou (Cantão) e organizado pela burocracia imperial. O governo comissionava grupos de mercadores chineses para atuar como corretores (*brokers*) de empresas estrangeiras, de forma que todo navio que aportasse na cidade ficaria sob responsabilidade de uma firma chinesa e estaria sujeito aos impostos de importação e exportação. Estes corretores formavam uma guilda (*Cohong*), que respondia diretamente a um superintendente de negócios marítimos (*Hoppo*) indicado pelo próprio imperador (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 195).

civilização chinesa tradicional, cujos líderes imperiais barraram impulsos de “modernização”, tais como a Restauração Meiji no Japão, ao defender seus valores e instituições milenares.

O primeiro fator da crise foi a terra. O aumento de áreas cultivadas, o aperfeiçoamento da irrigação, as colheitas múltiplas, o uso de fertilizantes e o melhoramento das variedades de arroz elevaram a expectativa de vida e o crescimento populacional. Porém, mais gente significava uma proporção menor de terra por pessoa, tornando cidadãos mais vulneráveis a escassez de alimentos, secas, enchentes e doenças (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p.187; GELBER, 2012, p. 177-178).

O segundo fator decorreu de gastos excessivos para manter o controle imperial sobre territórios conquistados nos séculos anteriores pela própria dinastia Qing: o norte da Manchúria, a Mongólia inteira, o Turquestão chinês (Xinjiang), além do noroeste e do norte da China (GELBER, 2012, p. 177). E o terceiro fator foi a decadência do poder imperial expressa na ineficiência da burocracia estatal, engessada, corrupta e comandada por uma elite fraca e míope.

Assim, três questões predominaram na China ao longo do século XIX: rebeliões internas, invasões estrangeiras e o esforço da elite dominante para controlar ambos e preservar-se no poder (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 187). A rebelião mais importante na virada para o século XIX foi a do Lótus Branco (1796) – uma seita religiosa dos tempos do domínio mongol, que defendia a restauração Ming e era muito popular entre os camponeses pobres. Utilizando de linguagem religiosa, o movimento voltou-se contra impostos, a incompetência do Estado e a corrupção, sendo reprimido até 1804 ao custo estimado de cerca de 70 mil mortos (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 187; GELBER, 2012, p. 178).

Se na zona rural o Estado enfrentava graves rebeliões camponesas, no litoral o desafio era lidar com as potências estrangeiras que agiam sob a doutrina do *laissez-faire* ou liberalismo econômico do CSA inglês. A pressão pela abertura do país aos produtos industrializados da Inglaterra foi intensificada com o fim dos monopólios das companhias de comércio deste país em 1834 e, principalmente, com o comércio do ópio produzido na Índia britânica, transportado para a China por empresas inglesas e receptado por distribuidores chineses que tinham o aval de funcionários públicos corruptos (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 199).

Embora o ópio fosse usado há séculos na China para fins medicinais, o seu consumo aumentou consideravelmente com o crescimento da população e das tensões sociais. Este fenômeno não trouxe problemas apenas de cunho social com o aumento da violência e a destruição de famílias. A Inglaterra, cujo saldo comercial com a China era deficitário devido

às importações de chá e porcelanas, descobriu no ópio produzido em sua colônia indiana o produto capaz de inverter esta situação. Com o total apoio de seu governo e o suborno de oficiais chineses em Guangzhou (Cantão), as empresas inglesas conseguiram elevar a oferta do produto e disseminar seu uso como entorpecente. Com isso, a balança comercial da China tornou-se deficitária e a prata acumulada ao longo dos séculos foi drenada para bancos na Inglaterra. A triangulação Inglaterra-Índia-China acontecia da seguinte forma:

Estrangeiros e mercadores chineses vendiam ópio na China recebendo o pagamento em prata, que podia ser depositado em Guangzhou (em troca, dizem, de ordens de pagamento em Londres). Essa prata então pagava o chá legalmente. Mesmo os ingleses na Índia podiam enviar remessas para a Inglaterra comprando ópio lá, embarcando-o para Guangzhou e vendendo-o por prata que era usada para comprar chá e enviá-lo para Londres, lucrando em cada etapa dessas transações. (...) Os comerciantes em Guangzhou se transformaram em agentes comerciais de firmas em Calcutá e Londres, ou faziam operações de câmbio e de crédito complexas com Londres e Nova York. Em 1830, as finanças da Índia britânica dependiam crucialmente de todas essas operações monetárias do ópio (GELBER, 2012 p. 209-210).

Diante dos estragos causados pelo ópio na sociedade e economia chinesas, uma facção do governo defendia a liberalização do comércio da droga e outra defendia sua proibição total. A última acabou vencendo e um incorruptível encarregado imperial, Li Zexu, foi enviado a Cantão em 1839 para interromper por completo o comércio de ópio, o que significou o confisco e a destruição de cargas inglesas. Após imbróglis diplomáticos entre os dois países, com a exigência inglesa de indenização e a negação chinesa, a Inglaterra utilizou-se da “diplomacia das canhoneiras” e bombardeou Cantão, dando origem à Primeira Guerra do Ópio (1839-1942).

Para Arrighi (2008, p. 346), este episódio mostra que:

(...) duas visões bem diferentes da lei internacional e da moralidade comum dominavam a Grã-Bretanha e a China. Mas enquanto o ponto de vista chinês reivindicava o direito de impor e de fazer cumprir a lei somente em seu território, o ponto de vista britânico reivindicava o direito de impor e de fazer cumprir a lei não só em seu território, mas também na China. Para parafrasear Marx, entre direitos iguais a força decide, e a Grã-Bretanha tinha todo o poder de fogo necessário para fazer sua interpretação do certo e do errado predominar sobre a China.

As disparidades tecnológicas e de organização militar de ambos os países ficaram patentes com a invasão inglesa de várias cidades litorâneas da China. Quando, em 1842, uma frota de 48 quilômetros de comprimento navegou o rio Yangzi em direção à capital imperial de Nanquim com a intenção de atacá-la, o imperador não teve outra opção senão assinar a rendição no Tratado de Nanquim (GELBER, 2012, p. 214).

Mesmo sem fazer menção ao ópio, o acordo acatava quase todas as reivindicações de Londres, como a abertura de novos portos comerciais, indenizações à Inglaterra, o princípio da extraterritorialidade para cidadãos ingleses, tratamento da nação mais favorecida e, acima de tudo, liberdade comercial sem monopólios. Em seguida, franceses e norte-americanos também aproveitaram das facilidades do tratado para garantir interesses de suas próprias empresas (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 205; GELBER, 2012, p. 214).

Assim inicia-se o famoso “século da humilhação” para os chineses ou “século do Tratado” para os ocidentais, que pode ser dividido em três partes (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 205). Na primeira fase, de 1839 à década de 1870, prevaleceu o “imperialismo de livre comércio” inglês, quando ocorreram as duas Guerras do Ópio (a segunda em 1856, em decorrência da tentativa de aplicação do Tratado de Nanquim pela coroa inglesa) e a dinastia Qing foi restaurada e apoiada pela própria Inglaterra em 1860 após a rebelião de Taiping³⁸. Para Arrighi (2008, p. 347), após duas guerras desastrosas e a eclosão de grandes revoltas internas, a China praticamente deixou de ser o centro de um sistema interestatal asiático-oriental centrado em si mesmo. Assim, no decurso de cerca de um século, ela tornou-se membro subordinado e cada vez mais periférico do sistema capitalista global.

A segunda fase do século da humilhação foi de 1870 a 1905, quando o imperialismo das potências em vias de industrialização atingiu seu clímax na China e em outras regiões periféricas da economia mundial. As forças chinesas sofreram pesados reveses militares, de forma que não apenas a Inglaterra, mas também França, Alemanha, Rússia e Japão aproveitaram-se da fraqueza do Império Qing e invadiram seus territórios.

Neste momento, os antigos impérios do mundo não europeu pareciam:

(...) destinados à ruína, conquista ou dependência, salvo se pudessem aprender com os imperialistas ocidentais o que os tornava tão poderosos. No final do século XIX isto era perfeitamente claro, e a maioria dos Estados maiores e dos dirigentes do antigo mundo dos impérios tentou, em graus diversos, assimilar o que eles consideravam como as lições do Ocidente; mas apenas o Japão foi bem-sucedido nessa tarefa difícil, e em 1900 tornou-se um lobo entre os lobos (HOBSBAWM, 1998, p. 387).

Por fim, a terceira fase, que vai de 1905 a 1949, testemunhou uma abertura sem precedentes na cultura chinesa, com uma participação importante da cultura ocidental e

³⁸ A rebelião de Taiping começou em 1851 como um movimento religioso liderado por Hong Xiuquan que terminou numa sangrenta guerra civil na China. Influenciado pelo Velho Testamento do protestantismo cristão, Hong criticava a passividade política do budismo e do confucionismo e liderava um amálgama de ideias orientadas para a disciplina, a reforma social e a ação política e militar contra a dinastia Qing. As forças Taiping tomaram Nanquim e controlaram boa parte do sul da China, sendo finalmente derrotadas pelo exército imperial, que obteve ajuda de potências estrangeiras (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 206).

japonesa, e o fim da dinastia Manchu. A perda de legitimidade dos Qing foi um processo longo e gradual, mas a partir da rebelião Taiping na década de 1850, o trono ficou numa verdadeira corda bamba entre os anseios da maioria étnica Han e as pressões das grandes potências imperialistas. Esse período culminou no turbilhão de revoltas internas contra a dinastia Qing e deu origem a uma república fraca e dividida, que se tornaria um verdadeiro interregno entre “dinastias”: dos Qing a Mao Tsé-Tung e o comunismo (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 255).

Na virada para o século XX, a mistura confusa de patriotismo, ressentimento xenofóbico e impaciência com a impotência da China começou a se manifestar em movimentos nacionalistas e revolucionários (GELBER, 2012, p. 244). Com raízes na sociedade secreta do Lótus Branco e mesclando pugilismo (*Kung-fu*) com religiosidade, os camponeses da província de Shangdong se uniram secretamente, em 1898, numa organização que ficou conhecida como *Boxers* e tinham como objetivo principal o combate à influência estrangeira, fosse na figura de missionários ou de comerciantes. Diante da revolta popular, o governo imperial optou por ficar do lado dos *boxers* e declarou guerra aos estrangeiros, ordenando que todas as missões partissem imediatamente (GELBER, 2012, p. 258).

As potências estrangeiras reagiram com uma coalizão de forças norte-americanas, japonesas, russas, inglesas, francesas e alguns italianos e austríacos. Como resposta aos ataques dos *boxers* a ministros europeus, igrejas, ferrovias e cidades grandes, a coalizão ocupou e saqueou Pequim e impôs a assinatura de um acordo de paz com pesadas indenizações em 1901.

As tentativas de reforma do império Qing foram muito pontuais e chegaram tarde demais. Grupos revolucionários e sociedades secretas conquistavam o apoio popular tanto no campo quanto nas cidades mais cosmopolitas do sul da China, sendo Sun Yat-Sen o líder do principal movimento nacionalista, o Kuomintang (KMT). Em comum, tais movimentos se opunham à dinastia Manchu, cultivavam ao mesmo tempo um ódio ao imperialismo estrangeiro, um sentimento nacionalista xenofóbico e defendiam um conceito de revolução social baseada na reforma agrária (HOBSBAWM, 1998, p. 391).

O Império Qing caiu em 1911, três anos após a morte de Cixi, a imperatriz viúva que deixara com herdeiro apenas seu bisneto Puyi de três anos. O regime republicano criado era, na prática, um amontoado de estruturas de poder regional instáveis e que se sucediam com muita rapidez, principalmente sob controle militar de “senhores da guerra” e o predomínio de concessões estrangeiras (GELBER, 2012, p. 271; HOBSBAWM, 1998, p. 392). A partir de então o país se tornaria palco de disputas entre as duas grandes forças políticas emergentes, os

nacionalistas e os socialistas, e a estabilidade só voltaria em 1949 com o triunfo do Partido Comunista Chinês (PCC) (SENISE, 2008, p. 145).

Três processos se desenrolaram neste período, tornando a república chinesa um verdadeiro mistério para os observadores estrangeiros (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 279). No primeiro processo, de caráter doméstico, houve relativa cooperação entre o KMT e o PCC no *Primeiro Front Unido* para esmagar os senhores da guerra e conter o imperialismo estrangeiro. Os dois partidos, inspirados na Rússia Leninista e pressionados pelo Comintern russo, tinham como objetivo principal a unificação da China e acabaram por estabelecer uma aliança de conveniência que se repetiria anos mais tarde contra o Japão. Com a morte de Sun Yat-Sen em 1925 o KMT passa a ser liderado por Chiang Kai-Shek, cuja antipatia pelo PCC era muito maior do que a de seu antecessor. Em 1928 o novo líder nacionalista conquistou Nanquim das mãos dos senhores da guerra e alegou a reunificação da China ao criar o Governo Nacionalista nesta cidade, consolidando a ruptura total com o PCC, ocorrida um ano antes.

Muito embora alguns comunistas chineses se mostrassem contrários à ideia, no ano seguinte [1922] foi acertada uma aliança com o nacionalista Sun Yat-Sen, com vistas a combater o imperialismo, derrotar os vários “senhores da guerra” que agiam no território e promover a reunificação do país. Dessa aliança resultaram algumas vitórias até que, em 1925, com a morte de Sun Yat-Sen, o entendimento entre comunistas e nacionalistas tornou-se cada vez mais difícil (SENISE, 2008, p. 149-150).

A ruptura do KMT com a União Soviética e com o PCC foi acompanhada de uma aproximação conveniente com as potências ocidentais, em especial com os EUA. No verão de 1928 os EUA assinaram um tratado com a China permitindo-lhe fixar suas próprias tarifas sobre as importações, o que garantiria mais recursos para que Chiang Kai-Shek mantivesse sua cruzada anticomunista.

A tabela revisada, publicada no mesmo ano [1928], aumentava as tarifas entre 7,5% e 27%, trazendo uma receita muito necessária para o governo do Guomindang. Na opinião de Washington, a assinatura desse tratado constituía um reconhecimento *de facto e de jure* do governo nacionalista; a ratificação do tratado pelo Senado americano em fevereiro de 1929 tornou, portanto, oficial o “reconhecimento” (SPENCE, 1995, p. 369).

Desde então, o KMT passou a perseguir comunistas no campo e nas cidades. Apesar da atmosfera de esperança, aos poucos o governo de Chiang Kai-Shek foi dando mostras de ineficiência administrativa e autoritarismo político. Os problemas internos do partido, em especial o excesso de burocracia, impediam a execução de projetos de industrialização e

desenvolvimento. Já as perseguições e execuções dos membros do PCC empurravam os comunistas cada vez mais para a zona rural, fato que se revelaria um verdadeiro “tiro no pé” para os nacionalistas.

Enquanto isso, os comunistas, liderados por Mao, se fortaleciam na zona rural e recebiam apoio financeiro e logístico da União Soviética, datando de 1928 a criação do *Soviete* de Jiangxi. Diante da inabilidade do KMT em promover melhorias na vida precária de milhões de camponeses, o apoio aos comunistas cresceu (GELBER, 2012, p. 298).

Quando o *Soviete* de Jiangxi (onde se concentrava a maior parte das forças comunistas) foi cercado pelas forças de Chiang Kai-Shek, Mao sentiu a necessidade de deslocar seus homens para uma região que pudesse controlar diretamente – na periferia do poder do KMT e sem a oposição dos senhores da guerra locais (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 305). Assim, em 1934 as forças do PCC furaram o bloqueio do KMT e iniciaram a “Longa Marcha” que terminaria na província de Shaanxi um ano depois. Apesar das lendas e boatos que rondam a Longa Marcha, é possível afirmar que ao seu final, Mao tornou-se um líder com subordinados e assistentes, mas sem pares (GELBER, 2012, p. 299). A mística e o apelo popular de sua imagem foram, de fato, forjados na odisseia de coragens e privações pelo interior da China.

O segundo processo decorreu da disputa interna do KMT pela liderança do partido entre certos elementos da sociedade civil e a autocracia militar. Assim, o partido que estava prestes a instituir uma ditadura nos moldes soviéticos foi enfraquecido diante das querelas internas, da perda do espírito revolucionário, do excesso de burocracia e da criação de um ambiente hostil aos empreendedores (idem).

O terceiro processo significou o combate às forças japonesas que anexaram a Manchúria em 1931. Se nos anos anteriores o Japão servira de modelo de desenvolvimento aos intelectuais chineses e durante a Primeira Guerra Mundial a China passara a fazer parte do império econômico informal japonês, absorvendo cerca de 20% das exportações deste país (GELBER, 2012, p. 271), na década de 1930 a invasão japonesa reascendeu a causa da defesa da civilização chinesa (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 286).

A invasão japonesa do nordeste chinês está inserida no contexto da depressão econômica mundial provocada pela crise de 1929, cuja principal consequência no Japão foi a perda de rendimentos de troca cambial que lhe permitiam importar recursos essenciais como carvão, petróleo, ferro, borracha e arroz para sua população em expansão (GELBER, 2012, p. 293). A solução encontrada foi a construção de um bloco estratégico e economicamente autárquico, no qual a China teria um papel importante a desempenhar. Assim, alguns anos

após a tomada do poder, o KMT, que se via enfraquecido pela ineficaz estrutura de administração interna e com as atenções voltadas para a cruzada anticomunista, tinha ainda que enfrentar a ocupação da Manchúria pelos japoneses. E apesar do reconhecimento oficial e apoio dos EUA, Inglaterra e França ao KMT, no momento do ataque japonês nenhuma das três potências se mobilizou para protegê-lo.

Não obstante, em meados de 1935 o Comintern instruiu os partidos comunistas de todo o mundo a formar uma frente unida com outros grupos antifascistas, levando, no caso da China, a uma nova aliança entre o KMT e o PCC em 1937 que ficou conhecida como a *Segunda Frente Unida*. Porém, a guerra civil não cessou totalmente durante o combate ao Japão, de forma que o conflito foi “uma luta entre comunistas, nacionalistas e japoneses, cada um dos três grupos lutando nas duas frentes contra os outros” (GELBER, 2012, p. 329). Apesar do apoio dos norte-americanos ao KMT, seus diplomatas “sentiram que Chiang não estava lutando contra os japoneses, e sim destacando suas melhores tropas para combater os comunistas” (idem, p. 300).

Fairbank e Goldman (2006, p. 311) ponderam que sem a invasão japonesa, o KMT poderia ter levado a China à modernização (e derrotado as forças comunistas). Mas o combate paralelo ao Japão acabou com qualquer chance de Chiang Kai-Shek em criar um Estado-nação forte e centralizado (SPENCE, 1995, p. 421). Ademais, deu a Mao e ao PCC a chance de estabelecer, em tempos de guerra, um novo poder autocrático no interior do país, baseado na luta de classes em favor dos camponeses em detrimento da sociedade civil nascente nas cidades costeiras.

A nova investida do Japão contra a China nacionalista (também chamada de “China livre”) trouxe danos irreparáveis à estrutura de poder do KMT, que foi obrigado a transferir sua sede de Nanquim para Wuhan e depois para Chongqing (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 312). Numa ofensiva relâmpago entre agosto e dezembro de 1937, as tropas nipônicas promoveram verdadeiros massacres em grandes cidades comerciais e industriais como Pequim, Tianjin, Xangai e na capital dos nacionalistas – episódio que ficou conhecido como “o estupro de Nanquim”. Nestes eventos, estima-se que cerca de 300 mil chineses pereceram (SENISE, 2008, p. 150). Ademais, a partir da criação do regime títere de Manchukuo na Manchúria, o Japão foi gradualmente anexando e criando outros territórios de colaboracionistas sob seu controle, como a Mongólia Interior, a China setentrional (ao sul da Muralha), a China Central e Taiwan (SPENCE, 1995, p. 432-435).

O início da Segunda Guerra Mundial não abrandou a política expansionista do Japão na China, mas após o bombardeio a Pearl Harbor os EUA passaram a apoiar diretamente o

KMT na luta contra as forças nipônicas. A “China livre” passou a ser tratada como uma “grande potência” para os aliados e recebeu assessoria militar, empréstimos maciços e equipamentos e combustível de aviação enviados através da Índia. Já os comunistas tiveram de sobreviver com as armas rústicas que pudessem fazer ou com o material tomado de ataques aos japoneses (SPENCE, 1995, p. 421). No âmbito geral, as duas principais forças chinesas foram importantes para a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial mais por manter empenhados cerca de dois quintos das forças nipônicas do que pelos danos causados a elas (idem, p. 449), ou seja, ironicamente os ganhos japoneses na China exauriram muito mais seus recursos do que os fortaleceram (GELBER, 2012, p. 307).

A relação com os camponeses foi fundamental para o desequilíbrio de forças entre o PCC e o KMT durante e após a Segunda Guerra Mundial. Os nacionalistas chegaram a 1945 desmoralizados e enfraquecidos por conflitos dentro do partido e pela séria inflação em seus territórios decorrente de um sistema ineficaz de tributação.

Para pagar pelos enormes exércitos ainda sob seu comando nominal e pelos gastos da força aérea ampliada, Chiang aplicou um sistema mais rigoroso de tributação nas áreas que controlava. Com a inflação corroendo a moeda chinesa, esse imposto foi fixado em grãos equivalentes à porcentagem de tributação do pré-guerra e depois coletado em espécie dos agricultores, fosse em arroz ou trigo, ou às vezes em feijão, mandioca, painço ou mesmo algodão. Por sobre e acima desses impostos vinha uma série de “empréstimos compulsórios” de grãos alimentícios para atender às necessidades do exército e do governo (SPENCE, 1995, p. 450).

Já a abordagem dos comunistas visava o envolvimento dos camponeses através da mobilização em massa, utilizando o discurso da luta social e identificando proprietários cruéis e funcionários corruptos como alvos de crítica, humilhação e punição públicas.

Embora fosse preciso cobrar impostos altos até dos camponeses pobres, a redução dos aluguéis ajudou a todos, exceto aos lavradores mais pobres, que não tinham como alugar mais nada. (...) Os militantes iam diretamente às áreas rurais a fim de incentivar a formação de cooperativas de produtores para a compra de grãos e obtenção de créditos. Buscavam estimular a produção persuadindo os camponeses a trabalhar em conjunto com as suas ferramentas e animais de tração e com campanhas de massa que estimulavam a imitar os “heróis do trabalho” (SPENCE, 1995, p. 451).

Já para Hobsbawm (1995, p. 449),

Há pouca dúvida de que a resistência à conquista japonesa da China foi o que transformou os comunistas chineses de uma derrotada força de agitadores sociais, o que eram em meados da década de 1930, nos líderes e representantes de todo o povo chinês. O fato de que também exigiam a libertação social dos pobres chineses fazia seu apelo de libertação e regeneração nacionais soar mais convincente para as massas (sobretudo rurais).

Diante da crescente adesão popular, Mao convocou em 1945 o sétimo congresso nacional do PCC, marcado deliberadamente para coincidir com o sexto congresso do KMT. Após quase duas décadas de guerra, o número de membros do PCC havia saltado de cerca de 40 mil em 1937, para 800 mil em 1940 e 1,2 milhão em 1945 (SPENCE, 1995, p. 441, 459). A nova constituição, redigida de acordo com o pensamento de Mao no sétimo congresso, colocou-o no posto recém-criado de presidente do Comitê Central, centralizou fortemente o poder do partido, deu ampla representação às áreas rurais e eliminou as referências à União Soviética e à revolução mundial, enfatizando a independência do PCC (idem, p. 460).

Os nacionalistas vinham perdendo apoio popular não apenas na zona rural, mas também nas cidades retomadas do Japão. À medida que reaviam esses territórios, a negligência, a ineficácia e a corrupção dos membros do KMT escandalizavam os chineses, que viam antigos colaboradores dos japoneses ascenderem no partido apenas para evitar que os comunistas expandissem seu território. Outra questão polêmica era a repatriação de bens tomados pelos japoneses e seus colaboradores durante a ocupação, que ocorriam através de extorsões e processos lentos e mal supervisionados. Por fim, o KMT foi incapaz de estabilizar a moeda usada em seus territórios ao longo da guerra, o *fabi*, em relação às várias cédulas impressas pelos diferentes governos títeres criados pelo Japão (idem, p. 463-464).

Nesta conjuntura caótica do pós-guerra, os EUA buscaram em vão a reconciliação entre nacionalistas e comunistas e em 1947 os confrontos recomeçaram. Desta vez o PCC liderado por Mao estava mais bem armado e preparado, de forma que o fracasso dos planos econômicos e políticos do KMT abriram caminho para a vitória militar conclusiva dos comunistas (idem, p. 480). Controlando a maior parte do interior do norte da China, as guerrilhas de camponeses do PCC cortavam constantemente as linhas de suprimentos dos norte-americanos para o KMT e dispondo de veículos, armas e munição tomados do inimigo, Mao passou a adotar em 1948 uma estratégia de batalhas em campo aberto (idem, p. 481-482). A tabela abaixo mostra a mudança na relação de forças entre o KMT e o PCC após 1945.

| Tabela 1. Mudanças na força militar do Kuomintang e do PCC (1945-1948) | | |
|---|-----------------------|----------------------|
| | Agosto de 1945 | Junho de 1948 |
| Kuomintang | | |
| Tropas bem armadas | 1.620.000 | 980.000 |
| tropas mal armadas | 2.080.000 | 1.200.000 |
| Peças de artilharia | 6.000 | 21.000 |
| PCC | | |
| Tropas bem armadas | 166.000 | 970.000 |
| tropas mal armadas | 154.000 | 590.000 |
| Peças de artilharia | 600 | 22.800 |

Fonte: Spence, 1995, p. 482.

Visando evitar os erros administrativos e financeiros do KMT, o PCC insistia que seu Exército de Libertação Popular (ELP) mantivesse disciplina rigorosa nas cidades que ocupasse, evitando tanto a interrupção dos negócios quanto a redistribuição da propriedade urbana em favor dos pobres. Além disso, uma nova “moeda popular” foi criada, o *renminbi*, sendo proibido o comércio em ouro, prata e moedas estrangeiras (idem, p. 484).

Como consequência das seguidas derrotas militares, a quantidade de deserções do lado dos nacionalistas aumentou consideravelmente e, conforme estes combatentes se entregavam, os funcionários do PCC os mandavam para casa ou os incorporavam ao Exército de Libertação Popular após um período de reeducação política (idem, p. 484). Assim, apesar das vantagens do KMT graças ao apoio dos EUA (com o fornecimento de suprimentos, equipamentos e armas) e apesar de possuir em 1945 o dobro do tamanho de seus rivais, os nacionalistas perderam a guerra civil (GELBER, 2012, p. 356).

Suas iniciativas [do KMT] foram mal orientadas, tanto na administração quanto na guerra. A economia, a moeda e a inflação foram mal direcionadas, com frequência grosseiramente, enquanto os impostos e outras demandas do governo, assim como a corrupção, aumentaram. (...) A reforma [monetária] causou não só apropriação indébita como inflação, a ponto de o valor da moeda se reduzir à metade em um só dia. Nada poderia causar mais sofrimento e ressentimento popular. Enquanto isso, os comunistas conseguiam grandes contingentes de aliados para seu programa de reforma agrária (GELBER, 2012, p. 356).

Enquanto os generais de Chiang Kai-Shek insistiam em controlar as cidades e negligenciavam as áreas ao redor, os comunistas mobilizaram os camponeses e cercaram as principais cidades do norte e nordeste do país. A partir destas regiões, o ELP começou a mover-se na direção de Pequim, cercando-a e tomando-a em 1949. O comandante nacionalista da cidade se rendeu e Chiang Kai-Shek fugiu com seus seguidores para a ilha de Taiwan

prometendo voltar e reivindicar seu país (GELBER, 2012, p. 357). Por fim, em primeiro de outubro daquele ano Mao anunciava, em um palanque na Praça da Paz Celestial, a criação da República Popular da China (RPC).

3.3 A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA: DA REVOLUÇÃO AO SÉCULO XXI

Sob a perspectiva histórica da longa duração, a Revolução Chinesa de 1949 teve um papel semelhante ao da Revolução Americana de 1776 pela ruptura política inicial que abre caminho para uma segunda ruptura de caráter político e econômico que, por sua vez, promove um processo de expansão material. No caso dos EUA, a guerra pela independência trouxe profundas transformações na sociedade norte-americana, acabou com a condição de colônia de uma potência “estrangeira” (no caso a própria metrópole inglesa) e garantiu o reconhecimento da soberania da nação no sistema internacional. Ademais, as bases republicanas do regime de governo pouco mudariam desde a promulgação da constituição em 1787.

Porém, a inserção da economia norte-americana no capitalismo mundial continuaria com um caráter essencialmente periférico até o último quartel do século XIX, quando uma segunda grande ruptura (a Guerra de Secessão) abriria caminho para as inovações empresariais e a expansão material que transformaria os EUA no Estado hegemônico mundial do século XX. Não fosse a vitória dos estados do norte na guerra civil, dificilmente os EUA se moveriam na direção do centro orgânico da economia-mundo capitalista e por mais traumático que tenha sido o conflito, seus resultados foram benéficos para o desenvolvimento do país a longo prazo.

A Revolução Chinesa e a evolução da República Popular da China também podem ser vistas como uma sequência de duas grandes rupturas que, guardadas proporções, se assemelha às norte-americanas. A primeira ruptura, de caráter essencialmente político, foi a Revolução Chinesa em si, quando os comunistas liderados por Mao Tsé-Tung acabaram com um século de intervenções imperialistas e promoveram profundas mudanças na sociedade chinesa. Ainda que o reconhecimento formal do governo só tenha vindo na década de 1970, a partir de 1949 a China readquiriu sua soberania *de fato* e deu fim a um período marcado por altíssima vulnerabilidade a forças externas. Assim como as bases do regime político dos EUA foram cristalizadas em 1776, as regras do jogo político interno da RPC também foram instituídas em 1949 e pouco mudaram desde então.

A segunda grande ruptura decorreu da Revolução Cultural e da subsequente transição da Era Mao para a liderança de Deng Xiaoping e suas principais consequências foram de ordem econômica. Ao herdar um país destruído por duas décadas de guerra civil e confrontos com os japoneses, Mao levou a cabo uma série de projetos econômicos que não foram bem sucedidos. Somente após a segunda ruptura interna decorrente da revisão crítica do maoísmo, a nova liderança da RPC colocou em prática uma política de abertura econômica que garantiria, nas décadas seguintes, uma expansão material de larga escala e faria a China deixar para trás sua condição periférica ao desenvolver certas características análogas às da semi-periferia ou até mesmo do perímetro do centro orgânico da economia-mundo capitalista. Nesse sentido, a RPC adotou uma política de desenvolvimento voltado aos mercados externos a partir da redução dos salários internos e dos custos de produção, fato que, segundo Wallerstein (1979, p. 85), é uma “faca de dois gumes”, pois elevar as exportações em detrimento do mercado interno “só faz sentido se o saldo é positivo”.

Muitas diferenças precisam ser relevadas ao se comparar a ascensão dos EUA à da China, principalmente por terem ocorrido em momentos históricos distintos. A principal diferença é que a segunda ruptura nos EUA (a Guerra de Secessão) eliminou a tensão a respeito do protecionismo e enalteceu a participação da “mão visível” do Estado na economia, enquanto que a segunda ruptura na China (a transição de Mao a Deng) gerou, ao contrário, uma abertura da economia chinesa e uma posição mais de supervisão do Estado na economia se comparada ao modelo maoísta influenciado pelo stalinismo soviético.

Mas apesar dessas diferenças, ambos os países caminharam em direção semelhante pois, no longo prazo ambos reduziram suas assimetrias em relação ao poder hegemônico de suas respectivas épocas: os EUA em relação à Inglaterra e a China em relação aos EUA. Portanto, a guerra de independência dos EUA está para a Revolução Chinesa assim como a Guerra da Secessão Americana está para a transição à Era inaugurada por Deng Xiaoping na China.

3.3.1 A Era Mao

A Era Mao foi, acima de tudo, uma ruptura política com a China do “século da humilhação”. No âmbito interno, a luta de classes e o protagonismo dos camponeses (que compunham cerca de 90% da população) interrompeu a reprodução de um sistema corrupto, dirigido pelas elites urbanas das regiões costeiras e coagido por pressões imperialistas. Apesar dos fracassos econômicos, as duas primeiras décadas de vida da RPC serviram para “botar

ordem na casa” (ABI-SAD, 1996, p. 32) ao criar as estruturas de manutenção da ordem interna que perdurariam até hoje, tais como a chamada “trindade” formada pelo Partido Comunista Chinês, o Exército de Libertação Popular e a estrutura formal do governo (GELBER, 2012, p. 368; TEIWES, 2000, p. 113). Mesclando a ideologia marxista-leninista e o modelo soviético com os valores próprios da cultura chinesa, especialmente a disciplina confuciana e a tradição de Estados imperiais fortes, Mao Tsé-Tung proclamou-se o novo “imperador” chinês e deu início à “dinastia comunista” fundada no maoísmo.

Como consequência, a relação da China com o Ocidente mudou radicalmente, pois além do fator social e da luta de classes, Hobsbawm (1995, p. 449) afirma que o comunismo chinês também teve um caráter nacional. Logo, se no âmbito interno predominou o combate à “extraordinária pobreza e opressão do povo”, a política externa foi influenciada por um sentimento de que os bárbaros estrangeiros (principalmente os ocidentais) “não representavam nada de bom nem para os indivíduos chineses com quem tinham negócios, nem para a China como um todo”, (idem, p. 449) de forma que Mao “fomentou duas décadas de hostilidade com os EUA” (GELBER, 2012, p. 366) e anunciou a necessidade de “inclinarse a um lado”, o do bloco comunista.

As quase três décadas de liderança de Mao (1949-1976) podem ser divididas da seguinte forma (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 343; TEIWES, 2000, p. 129): a consolidação do poder e crescimento econômico com o auxílio da URSS, de 1949 a 1958; o fracasso do Grande Salto Adiante, entre 1958 e 1960; a recuperação econômica de 1961 a 1965; e o declínio do Estado maoista após a Revolução Cultural, de 1966 a 1976. Assim, a inserção internacional da RPC esteve diretamente ligada às nuances de cada um desses períodos, sendo de extrema importância ressaltar o gradual afastamento da URSS e a pragmática aproximação dos EUA.

Nos primeiros meses de vida da RPC o foco principal tinha de recair sobre as tarefas práticas de conter a inflação, erguer a produção agrícola, restaurar as indústrias pesadas desmanteladas e manter a lei e a ordem, havendo uma crença geral do PCC de que seriam necessários três anos para reabilitar a economia e transformar a sociedade (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 345; SPENCE, 1995, p. 490). Para tanto, as principais medidas tomadas pelo PCC foram: manter funcionários públicos que haviam trabalhado para os nacionalistas; promover a reforma agrária com uma divisão do trabalho rural em três níveis de administração comunal³⁹; estimular as indústrias de acordo com o modelo soviético,

³⁹ Os três níveis de administração comunal operavam em equipes de produção que formavam brigadas que, por sua vez, formavam comunas (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 353).

especialmente nos setores de mineração, aço, ferro, energia elétrica, maquinaria e produtos químicos; e criar um sistema de propaganda a favor do regime e campanhas contra o ópio veiculadas por jornais, teatro, cinema, rádio e reuniões de grupo (SPENCE, 1995, p. 490-492).

No contexto da plena expansão da hegemonia dos EUA após a Segunda Guerra Mundial, a aproximação da China com a URSS tornou-se natural, pois apesar da derrota dos japoneses para os norte-americanos, “ninguém na China sentia que devia ser grato aos anglo-saxões” (GELBER, 2012, p. 338), principalmente diante do reconhecimento dos EUA ao governo nacionalista refugiado em Taiwan. Em contrapartida, devido à personalidade, poder, história e prestígio de Stalin, Mao o considerava o chefe inquestionável da família comunista mundial, e passou a ver a URSS, principalmente durante a Guerra da Coreia (1950-53) como a única proteção contra um ataque dos norte-americanos, que faziam do Japão sua base de poder regional na Ásia-Pacífico (idem, p. 371; 380).

O alinhamento diplomático da RPC com a URSS foi formalizado em 14 de fevereiro de 1950 através do Tratado Sino-Soviético de Amizade, Aliança e Mútua Assistência que, entre outros tópicos, alertava para um novo surto expansionista do Japão e previa assistência recíproca em caso de ataque externo (ABI-SAD, 1996, p. 48). Logo, a formação de um eixo unindo os dois países “alterava em substância todo o equilíbrio de poder regional e mesmo mundial” (idem, p. 42). O sucesso das tropas chinesas em fazer frente ao contingente militar ocidental na Guerra da Coreia significou um dado importante para cálculos estratégicos na Ásia e marcou o fim da debilidade militar chinesa diante de estrangeiros (idem, p. 52). Assim, o surgimento do imenso bloco de países comunistas no coração da Eurásia tornou-se o pior pesadelo dos estrategistas geopolíticos norte-americanos⁴⁰ que, na prática, já se conformavam com a “perda” da China enquanto aliado do Ocidente e passaram ao Japão a função de “vice-xerife” dos EUA no perímetro defensivo da região Ásia-Pacífico.

Além da aproximação política, a RPC passou a depender da URSS em termos de ajuda econômica e técnica para a adoção do modelo stalinista de desenvolvimento, a partir do qual foi implantado o primeiro plano quinquenal chinês (1953-1958). Gelber (2012, p. 370) define esse auxílio da seguinte forma:

⁴⁰ A escola de geopolítica norte-americana tem em Nicholas Spykman seu principal expoente. Suas principais obras, “America’s Strategy in World Politics” (1942) e “The Geography of Peace” (1944), têm como base os escritos do inglês Halford Mackinder e definem as grandes potências de acordo com a natureza terrestre ou marítima. Sendo os EUA uma potência marítima, seu principal objetivo seria garantir o controle da orla periférica do continente eurasiático (ou *rimland*), incluindo grosso modo a Europa Ocidental, o Oriente Médio e a Ásia Oriental, de forma a conter o avanço de potências terrestres situadas no coração da Eurásia (o *heartland*). Nesse sentido, o alinhamento da União Soviética com a China comunista seria a principal ameaça geopolítica ao controle do *rimland* por parte dos EUA no cenário asiático.

(...) a China agora dependia muito do auxílio dos soviéticos na indústria, no desenvolvimento da infraestrutura, na tecnologia, nas comunicações e no comércio. A influência soviética também era forte na cidade, planejando e aperfeiçoando a educação, concentrando-se no treinamento científico e no estabelecimento de um estilo soviético de educação mais aprimorado, com o envio de milhares de estudantes chineses à URSS. Durante alguns anos os russos foram de uma generosidade considerável. Além de conceder grandes créditos à China, enviaram inúmeros técnicos e grande quantidade de tecnologia e projetos, sobretudo para ajudar a construir e administrar as indústrias chinesas.

Apesar do foco nas indústrias pesadas em detrimento da agricultura, setor primordial para a economia chinesa, os objetivos iniciais do primeiro plano quinquenal foram atingidos. A renda nacional cresceu a uma média de 8,9% e a produção agrícola cresceu a 3,8%, respondendo a um crescimento populacional de 2,4% (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 357-358). Porém, os recursos para esses investimentos não vieram apenas da URSS, mas também da superexploração da agricultura (cerca de 25% do total) através de impostos, fundos de acumulação das cooperativas e jornadas voluntárias de trabalho, de forma que a renda familiar camponesa caiu mais de 20% entre 1953 e 1957 (POMAR, 2003, p. 90).

O segundo plano quinquenal ficou conhecido como o “Grande Salto Adiante” e sua elaboração decorreu de um debate interno do PCC, incentivado pelo próprio Mao, que visava a retificação dos rumos da revolução. Buscando reduzir a dependência da URSS e as disparidades internas entre a agricultura e o setor industrial, esse plano visou interiorizar a indústria por meio de unidades de pequena escala, mobilizar trabalhadores na construção de infraestrutura e reorganizar o trabalho na zona rural. Porém, seus resultados foram caóticos e não econômicos (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 371).

Numa combinação de péssimas condições do clima e erros de comunicação da burocracia estatal o projeto revelou-se catastrófico. Devido a adversidades climáticas e redução de trabalhadores rurais, que eram mandados para obras de infraestrutura, a colheita de grãos de 1959 foi de cerca de metade do que era divulgado. O governo central, que recebia relatórios enganosos das províncias, continuou a aumentar suas requisições agrícolas, desviando mais da metade dos suprimentos destinados à subsistência das próprias comunidades. Como resultado, populações locais chegaram a ter 80% de suas cotas agrícolas canalizadas para o governo central, causando fome, miséria e surtos de doenças. Ademais, a ênfase no setor industrial e as exportações para a URSS também contribuíram para a escassez de alimentos, conforme Spence (1995, p. 550):

Enquanto os investimentos da China em indústria subiam para espantosos 43,4% da renda nacional em 1959, as exportações de grãos para a União Soviética também cresciam para pagar por mais maquinaria pesada. A quantidade média de grãos

disponível para cada pessoa no campo, que fora de 205 quilos em 1957 e 201 quilos em 1958, caiu para desastrosos 183 quilos em 1959 e catastróficos 156 quilos em 1960. Em 1961, ela caiu de novo – para 154 quilos. O resultado foi uma fome em escala gigantesca, que ceifou 20 milhões de vidas ou mais entre 1959 e 1962. Muitos outros morreram pouco depois dos efeitos do Grande Salto – sobretudo crianças enfraquecidas por anos de desnutrição crescente. (...) O Grande Salto Adiante, lançado em nome do fortalecimento da nação através do apelo a todas as energias do povo, tinha dado meia-volta e acabara devorando sua prole.

No plano internacional, o Grande Salto Adiante foi apenas um dos inúmeros fatores que contribuíram para o rompimento da aliança sino-soviética. Apesar de seus fracassos internos, o projeto de Mao funcionou como difusor ideológico da Revolução Chinesa para os países do Terceiro Mundo em vias de emancipação das potências coloniais europeias. Isolada do Ocidente, afastada da ONU e militarmente inferior à URSS, a RPC estimulava esses movimentos de independência para ampliar sua autonomia diplomática e apresentava-se como “país comunista em desenvolvimento”, em contraposição à desenvolvida URSS que cometia a “heresia” de aceitar a convivência pacífica com o imperialismo norte-americano (ABI-SAD, 1996, p. 56).

Outro fator relevante para a distensão sino-soviética foi a proximidade da URSS com a Índia, rival geopolítico da China e com a qual tivera uma disputa fronteiriça em 1962 pela região de Arunachal Pradesh. Neste episódio, “Pequim protestou com veemência contra o fluxo de ajuda militar soviética à Índia, inclusive o fornecimento de motores a jato e alguns aviões a jato” (GELBER, 2012, p. 390).

Na esfera de análise dos homens de Estado, a morte de Stalin em 1953 também contribuiu para o afastamento sino-soviético. Para Mao, depois de Stalin, o próximo líder do mundo comunista não poderia ser um camponês rude, imprevisível e inculto como Nikita Krushev. Deveria ser ele, Mao, o novo imperador e teórico, pois a partir de então, o líder chinês não se contentaria em assumir um posto de segunda importância e receber ordens de um burocrata sem reputação que governava Moscou (GELBER, 2012, p. 380). A relação entre os dois se agravou quando Mao foi a Moscou criticar a “desestalinização” promovida por Krushev e este foi a Pequim em 1958 e 1959 criticar o Grande Salto Adiante.

Mas a questão da autonomia chinesa no domínio da tecnologia nuclear foi, sem dúvida, uma das causas mais agudas do rompimento. As visitas de Krushev aos EUA e a defesa de uma “coexistência pacífica” com o bloco capitalista irritaram Mao, que desprezava os temores soviéticos de uma guerra mutuamente destrutiva e viria a criticar a postura da URSS na crise dos mísseis de Cuba. O líder chinês temia um ataque nuclear norte-americano e ambicionava a construção da bomba atômica para garantir um “posicionamento externo

verdadeiramente soberano” e um peso maior da diplomacia chinesa no tabuleiro internacional (ABI-SAD, 1996, p. 61). Já para os soviéticos, uma China “atômica” liderada por Mao estaria mais disposta a utilizar armas de destruição em massa e menos subordinada aos ditames do PCUS. Assim, em 1960 a URSS cumpre a promessa de retirar da China todos os seus 1390 especialistas e consultores de diversos setores, cancelando 600 grandes projetos e contratos, inclusive o programa nuclear (SPENCE, 1995, p. 555; GELBER, 2012, p. 387).

Khrushchev prosseguia com suas iniciativas de coexistência, indo aos Estados Unidos e encontrando-se com o presidente Eisenhower para demoradas conversações em Camp David. Imediatamente após retornar a Moscou naquele setembro (1959), Khrushchev mudou de avião, foi a Pequim e defendeu sua posição diante dos chineses, repetindo que “de nossa parte, devemos fazer todo o possível para excluir a guerra como meio de resolver questões em disputa” (SPENCE, 1995, p. 554).

Os anos seguintes ao Grande Salto Adiante foram de recuperação econômica, conforme demonstra Spence (1995, p. 561):

Em 1965, os níveis de produção agrícola tinham voltado aos anteriores ao Grande Salto, enquanto a produção da indústria leve estava se expandindo 27% ao ano e a da indústria pesada, 17%. Graças aos depósitos incrivelmente ricos de Daqing, a produção interna de petróleo era dez vezes maior que a de 1957, libertando a China de sua longa dependência dos fornecimentos soviéticos, e a de gás natural crescera quarenta vezes. Se esses avanços constantes pudessem continuar, o país poderia ter uma chance de entrar em uma era de progresso econômico não espetacular, mas verdadeiro, sob a liderança do PCC. Os profissionais e os planejadores do partido – não Mao e as massas – estariam apontando o caminho para o futuro da China.

Diante do surgimento de correntes rivais dentro do PCC, da experiência (negativa na visão de Mao) do revisionismo soviético e da concepção de Mao de que a revolução perdia seu ímpeto devido ao conservadorismo partidário e à letargia burocrática (SPENCE, 1995, p. 568), em 1966 o supremo líder deu início à Revolução Cultural, que duraria oficialmente três anos mas seus impactos seriam sentidos por uma década. Com a criação da Guarda Vermelha, movimento estudantil de massa, Mao estimulou os mais jovens a “aprender a revolução fazendo a revolução”, de forma que “tudo que era antigo e estabelecido ficou ameaçado, de construções a pessoas” (GELBER, 2012, p. 392).

Dez milhões de funcionários e pessoas de classe média foram espancados e enviados para o campo e quem possuía uma educação ocidental ou contatos com o Ocidente foi agredido, humilhado ou preso. Porém, o alvo principal da campanha era o próprio PCC, em especial os membros que sobreviveram à Longa Marcha e que foram alvo de expurgos ao estilo stalinista (GELBER, 2012, p. 394). O resultado da caça às bruxas foi um período de muito derramamento de sangue e de uma luta esquizofrênica entre grupos como a Guarda

Vermelha e o ELP, que se proclamavam defensores da revolução e purificadores de um Estado corrupto e operado por traidores do povo.

Com todas as escolas e faculdades fechadas para a encenação da luta revolucionária, milhões de jovens foram estimulados pelos líderes da Revolução Cultural a demolir os velhos prédios, templos e objetos de arte de suas cidades e vilas e a atacar professores, diretores de escolas, dirigentes partidários e pais. (...) enquanto aparentemente apoiava os excessos radicais dos guardas vermelhos, o ELP manteve suas próprias fileiras fechadas à interferência deles, assim como as instalações militares, os arquivos confidenciais e as unidades produtivas. (...) No final de janeiro, o ELP recebeu a tarefa de dispersar todas as “organizações contra-revolucionárias”. Seus chefes resolveram interpretar isso como um pedido para acabar com todas as organizações revolucionárias que assumissem uma linha pronunciadamente oposta aos interesses organizacionais deles (e de seus aliados políticos) (SPENCE, 1995, p. 572-575).

Portanto, a Revolução Cultural trouxe consequências terríveis para a China, que teve uma geração inteira de jovens absorvida pela exaltação revolucionária, sem receber educação e treinamento, além de ter aumentado a desconfiança da sociedade em relação a seus líderes. Se o Grande Salto Adiante tivera ao menos uma concepção econômica e social significativa em seu âmago, a Revolução Cultural mostrou que nem Mao nem o PCC pareciam saber como e para onde a nação estava indo (GELBER, 2012, p. 394; SPENCE, 1995, p. 580).

Quando em 1969 a cúpula do PCC percebeu que a Revolução Cultural estava saindo do controle, decidiu redirecionar seus esforços para a economia, abrandando o ímpeto dos revolucionários.

A direção do PC e o governo ordenaram o desarmamento e a dissolução da Guarda Vermelha, reorganizaram os organismos estatais, com a participação de representantes dos comitês do PC, dos comitês revolucionários e do Exército Popular de Libertação, e passaram a dar atenção redobrada à economia. “Fazer a revolução e aumentar a produção” tornou-se ordem principal, sinalizando que os danos causados pela movimentação maciça poderiam levar o país ao caos. A partir de então, a Revolução Cultural refluíu de suas grandes mobilizações e entrou numa fase de disputa quase exclusivamente palaciana e partidária (POMAR, 2003, p. 99).

Os impactos da Revolução Cultural também foram sentidos na política externa chinesa e ao final da década de 1960 a condição de isolamento internacional da RPC foi acentuada. Além dos EUA, a URSS tornou-se um grande inimigo da China, não somente pelo revisionismo do stalinismo, mas também pela crescente tensão militar sino-soviética, que extrapolou a questão nuclear e culminou numa breve batalha fronteiriça entre os dois gigantes comunistas em 1969. Logo, a garantia de que a URSS agiria em defesa da China em caso de um ataque externo, foi por água abaixo. Ademais, de 1949 a 1969 a China envolveu-se em conflitos “com quase o mundo inteiro” (GELBER, 2012, p. 396-397). Em 1950-53 lutou

contra os EUA e a Coreia do Sul, com a Índia duas vezes, reprimiu à força o Tibete e Xinjiang, divergiu seriamente dos mongóis, permaneceu em estado de guerra fria com Taiwan e enviou tropas para combater os norte-americanos no Vietnã (idem, p. 397).

E foi ironicamente a partir da Guerra do Vietnã que a relação da China com os EUA, e com o mundo, sofreu uma guinada. Para os EUA, a impossibilidade da vitória militar no conflito demandava um novo arranjo de poder asiático que incluísse a RPC numa aliança pautada pela inimizade contra Moscou. Para Abi-Sad (1996, p. 74):

Não escapou à argúcia dos responsáveis pela estratégia global americana que a China isolada e acuada, mas dotada de potencial nuclear, era mais perigosa do que se estivesse integrada de alguma forma em esquema mais amplo, onde pudesse constituir um elemento de pressão contra o grande rival comum soviético. Estava, assim, aberta a possibilidade para uma composição entre Washington e Pequim, tendo em conta a inimizade recíproca contra Moscou.

Já para a China, a aproximação com os EUA representava mais do que a contenção da ameaça soviética – seria o início do processo de abertura econômica e do reconhecimento internacional de sua soberania, consolidada com a entrada da RPC na ONU, com direito a assento permanente no Conselho de Segurança. Assim, em 1971 Mao Tsé-Tung e Zhu Enlai recebem Henry Kissinger e preparam a visita do presidente Nixon no ano seguinte, formalizando uma aproximação diplomática de caráter realista e pouco apegada a valores ideológicos. Porém, o plano de tornar a China um Estado oscilante entre os EUA e a URSS acabou por beneficiar os EUA, que agora tinham melhores relações com Pequim e Moscou do que os dois entre si (GELBER, 2012, p. 405).

3.3.2 De Mao a Deng: a abertura chinesa para o mundo capitalista

Com a morte de Mao em 1976, o novo líder supremo do PCC, Deng Xiaoping, colocou em prática um plano de reformas que acentuou a interdependência com os EUA e o mundo capitalista. Considerada neste estudo como a “segunda ruptura”, a transição Mao-Deng teve, acima de tudo, um caráter de transformação econômica e manutenção do regime de partido único. Porém, assim como na experiência norte-americana, a segunda ruptura chinesa só foi possível devido às transformações políticas e sociais da primeira. Logo, a inserção internacional da China a partir do final dos anos 1970 só foi possível porque na Era Mao houve um aumento dos níveis de alfabetização, de saúde pública, maior qualificação para as mulheres e o crescimento de uma juventude letrada (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 406).

Deng fazia parte de uma corrente reformista do PCC que reconhecia a importância de Mao mas rejeitava tanto as visões utópicas de uma sociedade igualitária e uma luta de classes sem fim quanto o modelo stalinista de controle do Estado sobre a economia, coletivização da agricultura e a ênfase na indústria pesada (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 407). Ademais, muitos membros do PCC, inclusive o próprio Deng, haviam sido perseguidos durante a Revolução Cultural e agora voltavam a assumir posições estratégicas no partido com uma motivação a mais para abrandar o controle estatal sobre as diversas esferas da sociedade.

(...) enquanto a China foi excluída do comércio global pela política norte-americana da Guerra Fria, e sentia-se ameaçada militarmente pela União Soviética, o PCC foi forçado a usar a ideologia como arma principal na luta para consolidar seu poder nacional e internacionalmente. Mas quando, nos últimos anos da Revolução Cultural, a arma ideológica começou a falhar, mais ou menos na mesma época em que os Estados Unidos buscavam a aliança com a China contra a União Soviética, preparou-se o palco para o uso pragmático do mercado como instrumento de aumento do poder nacional do PCC e internacional da RPC (ARRIGHI, 2008, p. 377).

O programa de reformas de Deng conhecido como “socialismo com características chinesas” associou a mudança para uma economia de mercado à manutenção do regime de partido único. Seus críticos o acusaram de trair o marxismo-leninismo, aos quais respondeu com a máxima: “não importa se o gato é preto ou branco, desde que cace ratos”. Assim, a corrente liderada por Deng acreditava que as forças de mercado e a propriedade privada, ainda que gerenciadas pelo Estado, seriam mais eficientes do que o planejamento central na alocação de recursos para o desenvolvimento (YERGIN; STANISLAW, 2008, p. 193).

A implementação das reformas foi iniciada em 1979 de acordo com a política das Quatro Modernizações nas áreas da agricultura, indústria, ciência e tecnologia, e forças armadas. Nesta sequência, a agricultura sofreu mudanças profundas com a descoletivização e o ressurgimento de núcleos agrícolas familiares; as grandes e ineficientes indústrias estatais foram fragmentadas e passaram a competir com empresas autônomas e submetidas às forças de mercado nos centros urbanos; grandes universidades com rigorosos exames de admissão foram criadas, além da promoção de intercâmbio estudantil e tecnológico com empresas estrangeiras nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e com universidades de países desenvolvidos; e o Estado realizou vários testes com bombas de hidrogênio e outros artefatos nucleares, deu seguimento ao programa de lançamento de satélites, desenvolveu um sistema próprio de disparo de mísseis intercontinentais e embarcou num conflito de fronteira com o Vietnã (GELBER, 2012, FAIRBANK; GOLDMAN, 2006; SPENCE, 1995).

Dentre todas essas mudanças, a criação das ZEEs em quatro cidades costeiras do sul do país (nas províncias de Guangdong e Fujian) em 1979 foi o fator mais importante para a abertura da China e para a alteração da dinâmica política e econômica do Leste Asiático. Nos anos seguintes, mais de uma dezena de outras ZEEs foram abertas, também em regiões costeiras. Inspiradas no voo dos gansos, processo liderado pelo Japão nos anos 1980, e principalmente no modelo das “Zonas de Processamento de Exportação” de Taiwan, essas cidades estavam próximas dos investidores de Hong Kong e Taiwan e prometiam uma série de vantagens:

A RPC se oferecia para construir unidades industriais segundo especificações dos investidores estrangeiros e fornecer mão de obra bem treinada (e supostamente obediente e não sindicalizada), a salários competitivamente baixos. Também oferecia aos investidores taxas de impostos preferenciais e vários outros incentivos financeiros, inclusive a criação de uma rede de transportes nas zonas (SPENCE, 1995, p. 628).

A partir de então a China passou a receber crescentes fluxos de investimentos externos diretos (IED) cuja contribuição para o crescimento econômico do país foi e tem sido fundamental (LHEEM; GUO, 2004, p. 47). E, na etapa final da cadeia produtiva, esse crescimento foi impulsionado já em 1979 pela assinatura do acordo bilateral de comércio com os EUA de “nação mais favorecida”.

Muito se discute sobre o nexo causal entre crescimento do PIB e IED: uns afirmam que o IED contribui para o PIB através da transferência de recursos tangíveis (capital físico) e intangíveis (tecnologia, know-how de gerenciamento, efeito multiplicador); já outros afirmam que o crescimento do PIB e a perspectiva de ampliação do mercado interno são os verdadeiros responsáveis pela atração de IED (ZEBREGS, 2003, p. 91-92). Seja como for, no caso específico da China a relação coconstitutiva entre PIB e IED mostrou-se profícua para a produtividade e para a geração de riqueza no país.

Zhang (2005) identifica dois tipos principais de IED na China: o *labor-intensive* voltado para a exportação de têxteis, calçados, brinquedos e eletrônicos, proveniente de Hong Kong e Taiwan (HKT); e o *technology-intensive*, com a comercialização de automóveis, maquinários, aviões e eletrônicos de ponta, voltado para o mercado interno chinês e proveniente da chamada Tríade (EUA, União Europeia e Japão).

Ao longo da década de 1980, Hong Kong sozinha foi responsável por cerca de dois terços do IED na China e somado aos investimentos de Taiwan, o conjunto HKT chegou ao pico de quase 80% do IED total em 1988. Diversos autores (ZHANG, 2005; TSENG;

ZEBREGS, 2003; GELBER, 2012) apontam uma série de razões para a predominância de IED do conjunto HKT na China:

- 1) *Vantagens culturais, geográficas e nas relações pessoais.* A prosperidade da diáspora chinesa nos países vizinhos, a cultura e idioma comuns e a proximidade geográfica favoreceram o investimento de chineses expatriados nas ZEEs, que tinham laços familiares com a China continental e eram estimulados pelas promessas de Deng.
- 2) *Know-how no modelo de exportações.* Os empresários de HKT já possuíam experiência no modelo que a China estava prestes a adotar, uma vez que as economias de Hong Kong e Taiwan estavam em pleno “voo dos gansos” e seus empresários já dispunham de redes de marketing internacional para seus produtos.
- 3) *Estratégia da RPC voltada para o crescimento a partir das exportações.* Com a insistência de Deng no modelo de exportações, a China restringia o mercado interno mas oferecia uma série de atrativos para empresários que almejassem os mercados dos países ricos, como benefícios fiscais, regulações frouxas e poucos obstáculos burocráticos.
- 4) *Oferta de mão de obra barata e em larga escala.* O aumento dos salários em Hong Kong e Taiwan estimulou os empresários a migrar para as ZEEs, onde o custo do trabalho era menor e a oferta de trabalhadores mais abundante.

Devido às conturbações políticas que culminaram nos protestos da Praça da Paz Celestial em 1989, a relação da China com o Ocidente em geral e com os EUA em particular sofreu alguns abalos que logo se revelariam passageiros. O repúdio ocidental à repressão dos estudantes e às violações aos direitos humanos materializou-se na aplicação de sanções econômicas e na suspensão de contatos de alto nível com os dirigentes chineses, o que significou um sério revés para o programa de desenvolvimento da China (ABI-SAD, 1996, p. 105). Porém, no contexto de dissolução da União Soviética e de demonstração da supremacia mundial dos EUA na Guerra do Golfo, Deng deixava claro que o PCC estava disposto a manter o regime de partido único e seguiria um rumo distinto da Rússia no tocante à abertura econômica.

Assim, as relações da Tríade com a China eram por demais promissoras para serem interrompidas em nome dos direitos humanos e, em 1990, europeus e japoneses retomaram as relações com o país e o governo Bush (pai) recusou-se a voltar atrás no acordo que propiciara à China o status comercial de nação mais favorecida aceito por Carter em 1979 (GELBER, 2012, p. 421). Com isso, os anos 1990 testemunharam um novo padrão de IED na China, distinto do modelo de HKT: o das empresas da Tríade, interessadas no mercado interno chinês e ávidas para aproveitar a tendência de desestatização da economia chinesa.

Portanto, além da criação das ZEEs, o outro fator que contribuiu para o crescimento econômico da China foi a gradual substituição de empresas estatais pela iniciativa privada. O setor privado passou a atuar nos mercados de bens de consumo mais dinâmicos, enquanto que o setor estatal manteve as indústrias pesadas, bancos e transportes, além de atuar em áreas consideradas estratégicas, como usinas nucleares, grandes projetos de infraestrutura, mineração, petroquímica e aeroespacial (STORY, 2004, p. 128; TSENG; ZEBRENGS, 2003, p. 79). O gráfico cinco mostra que a partir de 1990, o setor não estatal (coletivas e “outros”) ultrapassou a produtividade das empresas estatais (EE).

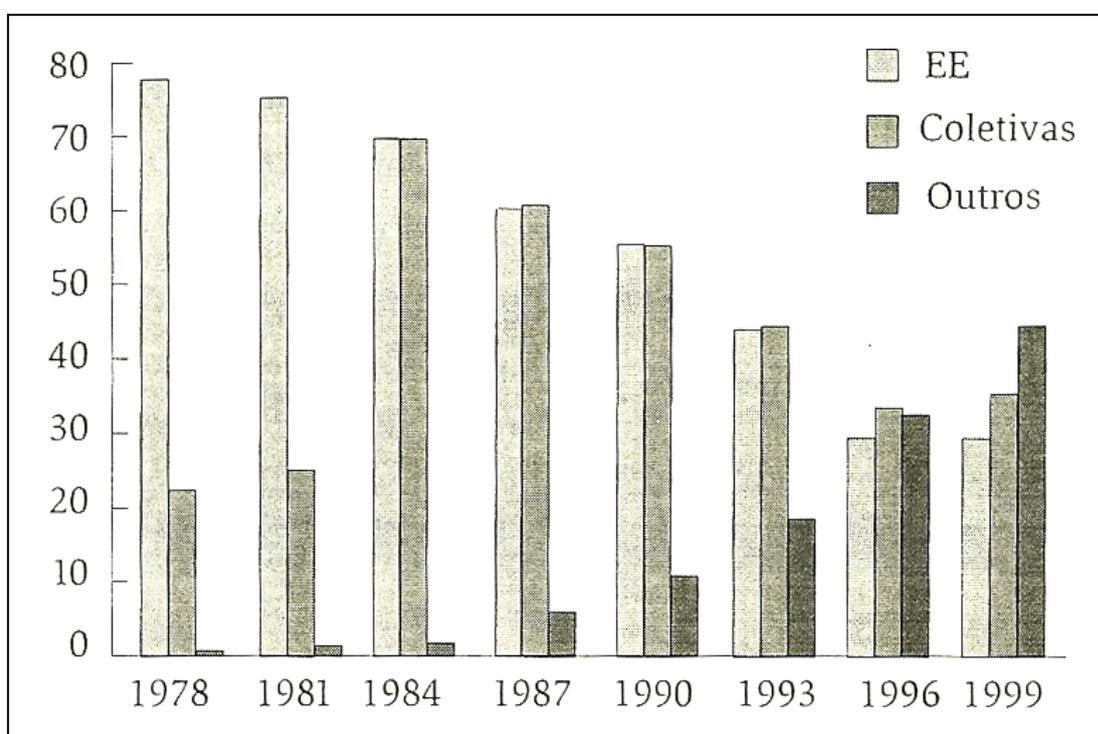


Gráfico 5. Produção industrial na China por tipo de propriedade (%)
Fonte: STORY 2004, p. 128.

As conexões entre empresas estrangeiras e firmas de pequenas cidades aumentaram, principalmente com a instalação de multinacionais da Tríade em busca das vantagens produtivas e do mercado consumidor chinês (ZEBRENGS, 2003, p. 90-91). Gelber (2012, p. 429-430) identifica a diferença de atuação do capital estrangeiro da seguinte forma:

O investimento norte-americano e europeu tendeu a se concentrar no mercado interno da China e na classe média chinesa, que crescia com rapidez em números e poder de compra. Empresas como VW, Peugeot, General Motors, DaimrChrysler e outras indústrias automotivas investiram na China. Grandes empresas financeiras também vieram: a Goldman Sachs abriu um escritório em Xangai. Investidores do leste asiático, por sua vez, passaram a ver a China principalmente como uma base de trabalho intensivo para exportações para o resto do mundo.

O gráfico seis demonstra a importância do IED de HKT desde a abertura chinesa em 1979. Em valores absolutos, esses investimentos foram crescentes até a crise asiática de 1997, mas a partir de 1992 o IED da Tríade começou a ampliar sua parcela do total, diluindo a participação relativa de Hong Kong e Taiwan, conforme mostram o gráfico sete.

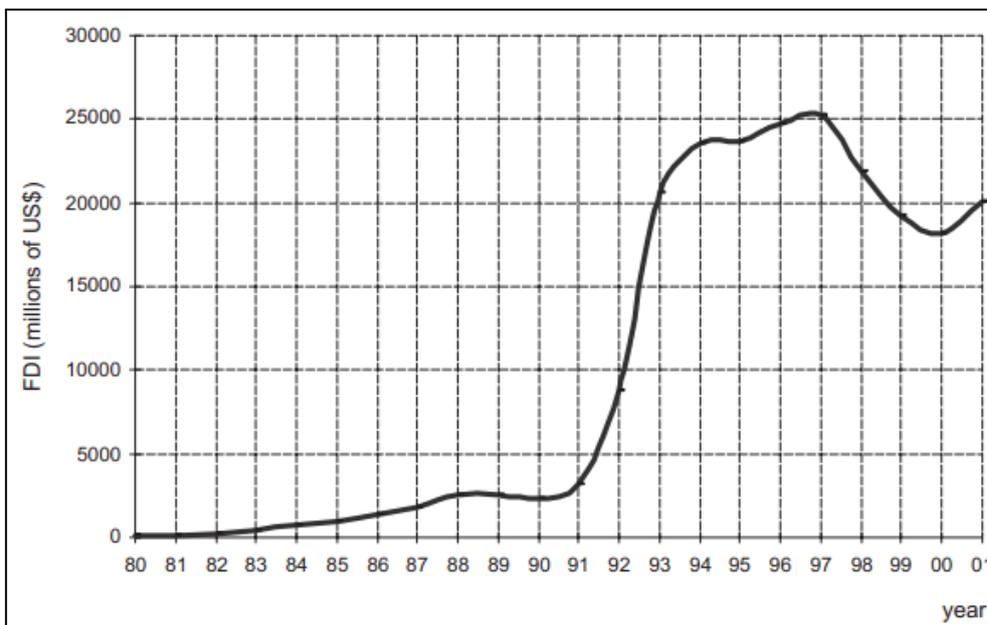


Gráfico 6. Fluxo anual de IED de HKT na China

Fonte: ZHANG, 2005, p. 298.

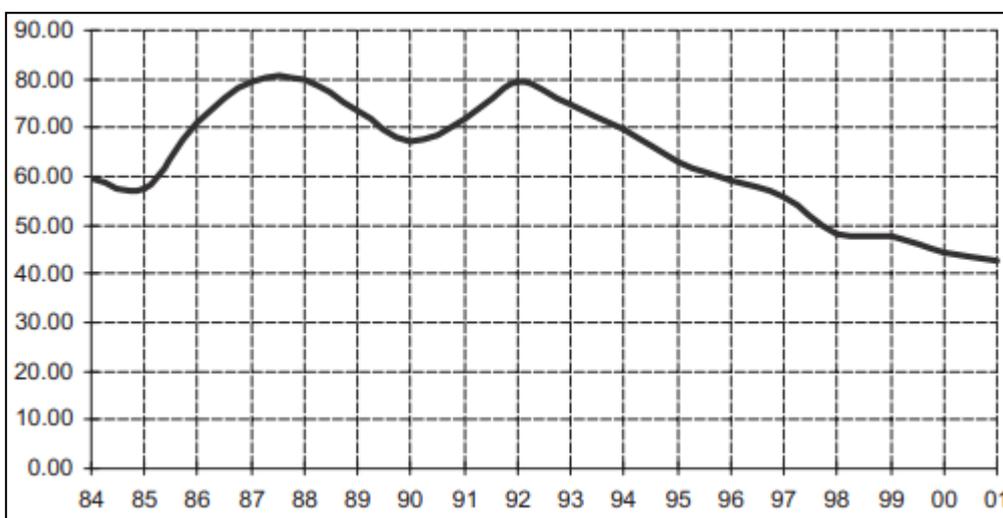


Gráfico 7. Parcela dos fluxos de IED de Hong Kong e Taiwan no total de IED recebido pela China

Fonte: ZHANG, 2005, p. 299.

Na tabela abaixo, que corresponde aos gráficos acima, destacam-se os anos de 1992 e 1993 como marcos do pico e início do declínio relativo do IED de HKT na China.

| Year | Total FDI | | HKDI | | TDI | | HKTDI | |
|-----------|-----------|-----------|---------|-----------|--------|-----------|---------|-----------|
| | Amount | Share (%) | Amount | Share (%) | Amount | Share (%) | Amount | Share (%) |
| 1979-83 | 1802 | | 866 | 48.06 | | | 866 | 48.06 |
| 1984 | 1258 | | 748 | 59.46 | | | 748 | 59.46 |
| 1985 | 1661 | | 956 | 57.56 | | | 956 | 57.56 |
| 1986 | 1874 | | 1329 | 70.92 | | | 1329 | 70.92 |
| 1987 | 2314 | | 1809 | 78.18 | 30 | 1.30 | 1839 | 79.47 |
| 1988 | 3194 | | 2428 | 76.02 | 125 | 3.91 | 2553 | 79.93 |
| 1989 | 3392 | | 2342 | 69.04 | 155 | 4.57 | 2497 | 73.61 |
| 1990 | 3487 | | 2118 | 60.74 | 222 | 6.37 | 2340 | 67.11 |
| 1991 | 4366 | | 2662 | 60.97 | 466 | 10.67 | 3128 | 71.64 |
| 1992 | 11,007 | | 7709 | 70.04 | 1051 | 9.55 | 8760 | 79.59 |
| 1993 | 27,515 | | 17,609 | 64.00 | 3025 | 10.99 | 20,634 | 74.99 |
| 1994 | 33,767 | | 20,174 | 59.74 | 3391 | 10.04 | 23,565 | 69.79 |
| 1995 | 37,521 | | 20,500 | 54.64 | 3162 | 8.43 | 23,662 | 63.06 |
| 1996 | 41,725 | | 21,257 | 50.95 | 3475 | 8.33 | 24,732 | 59.27 |
| 1997 | 45,257 | | 21,954 | 48.51 | 3342 | 7.38 | 25,296 | 55.89 |
| 1998 | 45,463 | | 18,930 | 41.64 | 2915 | 6.41 | 21,845 | 48.05 |
| 1999 | 40,319 | | 16,672 | 41.35 | 2599 | 6.45 | 19,271 | 47.80 |
| 2000 | 40,715 | | 15,847 | 38.92 | 2297 | 5.64 | 18,144 | 44.56 |
| 2001 | 46,846 | | 17,038 | 36.37 | 2980 | 6.36 | 20,018 | 42.73 |
| 1979-2001 | 393,483 | | 192,948 | 49.04 | 29,235 | 7.43 | 222,183 | 56.47 |

Tabela 2. Investimento estrangeiro direto de Hong Kong e Taiwan na China (1979-2001)

Fonte: ZHANG, 2005, p. 297.

A descentralização política e econômica da China nos anos 1990 criou mercados altamente competitivos e elevou a qualidade de vida da população. A frequente comparação com a desastrosa abertura da União Soviética provou que Deng estava certo em “tatear as pedras enquanto se cruza o rio” (STORY, 2004, p. 129), ou seja, ao promover uma abertura gradual e evitar a avalanche de privatizações.

Como resultado, a China acelerou suas reformas, com mais produtos nas lojas, maior criação de empregos e maiores incentivos para que os membros do Partido se tornassem empreendedores, em contraste com a União Soviética, onde as reformas foram introduzidas enquanto a economia estagnava (...). o apelo que Deng fez em sua viagem ao sul em 1992 foi o de acelerar as reformas orientadas para o mercado, sinalizando aos empreendedores que as atitudes do partido-Estado para com a empresa privada eram mais acolhedoras (STORY, 2004, p. 129-130).

Devido aos investimentos estrangeiros em segmentos mais sofisticados, às exigências do governo a transferência tecnológica, ao modelo de exportações e aos investimentos públicos na indústria pesada e nos setores intensivos de capital como infraestrutura, estradas e construção civil, a China adquiriu uma competitividade industrial que forçou a reconfiguração dos arranjos produtivos internacionais (AMORIM, 2012 p. 112; MARIUTTI, 2011, p. 38). Ainda que uma parcela enorme das exportações se limitasse a manufaturas simples e produtos cuja montagem final ocorria na China, houve um claro movimento de agregação maior de valor e do aumento do grau de sofisticação tecnológica das exportações (AMORIM, 2012, p. 112).

A natureza das exportações chinesas também se alterou, com a concentração em produtos que exigiam mão de obra intensiva, como bens de consumo duráveis, até o país se tornar o terceiro maior exportador de equipamentos eletrônicos e fornecedor de produtos de tecnologia da informação. Beijing não negligenciou as inovações. De 1991 a 2001, os pedidos de patentes quintuplicaram (GELBER, 2012, p. 430).

O gráfico abaixo demonstra a evolução da sofisticação tecnológica das exportações chinesas desde a abertura em fins da década de 1970.

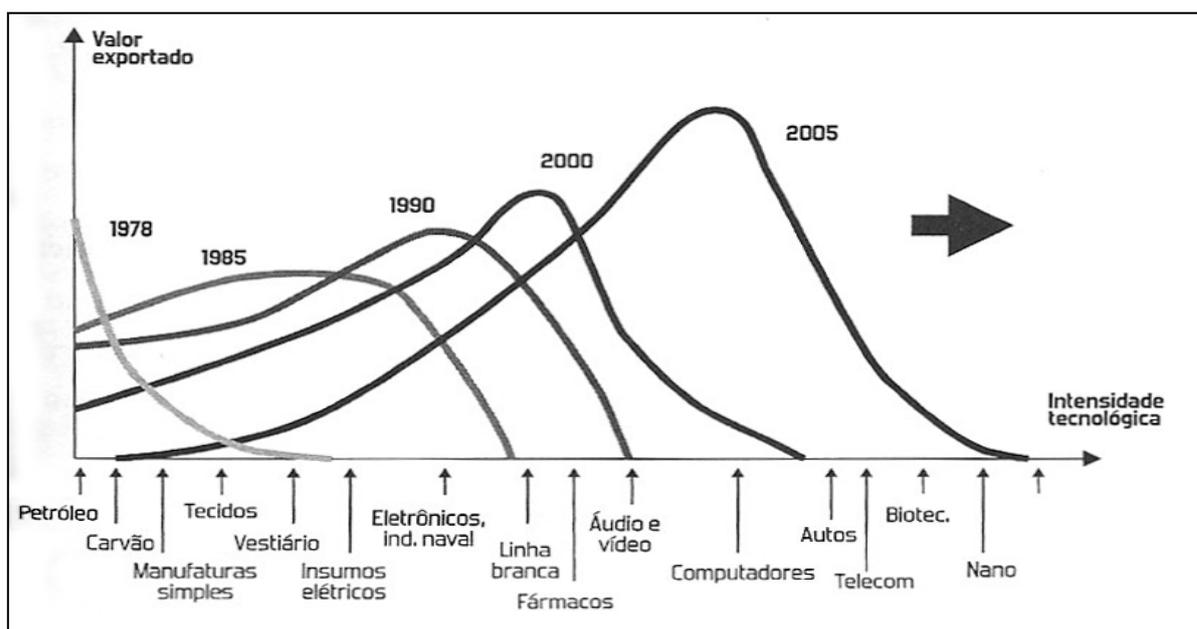


Gráfico 8. Evolução da sofisticação tecnológica das exportações chinesas
Fonte: AMORIM, 2012, p. 113.

Para obter sucesso nessa escalada tecnológica, o governo chinês desenvolveu uma política industrial com as seguintes características (DAHLMAN *apud* FELIPE, et al, 2010, p. 23):

- 1) *Alto índice de empresas controladas pelo Estado*, ainda que milhares de empresas estatais tenham sido privatizadas;
- 2) *Crédito subsidiado* de bancos públicos para empresas estatais;
- 3) *Incentivos fiscais* focados nos investimentos estrangeiros para setores de alta tecnologia;
- 4) *Manutenção significativa de barreiras não tarifárias*, ainda que as barreiras tarifárias tenham sido reduzidas após a entrada da China na OMC em 2001;
- 5) *Política de estímulo a IED em setores de alta tecnologia*. O governo soube aproveitar as vantagens produtivas da China para promover a concorrência entre empresas estrangeiras e induzi-las a levar tecnologia de ponta.
- 6) *Exigência de conteúdo local*: mecanismo legal que garante a participação de empresas locais na cadeia produtiva;

- 7) *Direitos de propriedade intelectual*: apesar de evoluções após a entrada da China na OMC, continua um assunto controverso e pouco regulado pelo governo;
- 8) *Licitações do governo* para estimular empresas nacionais (públicas e privadas) a competir com empresas estrangeiras, tanto dentro quanto fora do país.

O eixo da divisão internacional do trabalho na Ásia Oriental foi reorientado para a China, que se tornou um “duplo polo no capitalismo global” (MEDEIROS, p. 256). Por um lado, a China passa a apresentar grande déficit comercial com seus vizinhos asiáticos, uma vez que os países do ASEAN e os próprios tigres asiáticos constituem estágios iniciais ou intermediários na montagem de produtos destinados a países desenvolvidos que são finalizados em território chinês (AMORIM, 2012, p. 114). Por outro, a China apresenta grande superávit comercial com os países desenvolvidos, para os quais exporta uma gama de produtos manufaturados de baixo valor unitário (tanto em bens tradicionais quanto em produtos eletrônicos) e, por conseguinte, contribui para conter a inflação dos custos de produção nesses países.

Com a crise no Leste Asiático de 1997, que começou na Tailândia e se alastrou pela região, a demanda chinesa pelas exportações de seus vizinhos acabou por resgatá-los, aprofundando a integração regional. Os governos asiáticos procuraram reforçar suas defesas externas através de um acúmulo maior de reservas, da própria integração regional, de acordos comerciais e de acordos regionais de *swap* cambial (SILVA, 2012, p. 167). Essa coordenação asiática ficou mais nítida com a criação do ASEAN+3, iniciado com o encontro de líderes em 1997 e que tem como objetivo a estabilização dos mercados financeiros na Ásia. Dessa forma, a China chega à virada do século XXI como motor da estabilidade e do crescimento da Ásia Oriental e como pivô de um modelo asiático de crescimento voltado à exportação para países desenvolvidos.

3.3.3 O início do dilema chinês na virada para o século XXI

Com taxas de crescimento beirando os 10% desde os anos 1980, a China chega à virada do milênio como o motor de uma expansão material asiática concomitante à expansão financeira nos EUA. Para compreender os impactos da Guerra ao Terror na dinâmica da interação sino-americana, devemos analisar as vulnerabilidades mútuas entre os dois países às vésperas dos ataques de onze de setembro de 2001, pois é a partir dessa perspectiva conjuntural que o presente estudo busca compreender os fatos na primeira década do século XXI.

Os EUA durante a ascensão hegemônica (1865-1945) e a China em sua expansão material desde 1978 apresentam uma característica em comum e uma característica oposta. Em comum, ambos criaram mecanismos de reciclagem de capitais financeiros em riqueza material por meio de inovações na aliança entre agentes empresariais e governamentais. A grande inovação do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano foi a formação das grandes corporações verticalmente integradas e amparadas pela “mão visível” do Estado. No caso da China, a grande inovação não foi propriamente chinesa: as lideranças do país souberam aproveitar as inovações do modelo de desenvolvimento asiático voltado para as exportações, consolidado pelas redes informais de subcontratação e liderado pelo Japão nos anos anteriores, para atrair os investimentos da diáspora chinesa e ampliar/redefinir o rumo do “voo dos gansos” de acordo com os interesses do próprio país.

A característica oposta entre EUA e China refere-se ao tipo e grau de vulnerabilidade que apresentaram em relação à hegemonia vigente durante sua própria ascensão. Conforme visto nos capítulos anteriores, até a Primeira Guerra Mundial os EUA eram devedores da Inglaterra e dependiam de investimentos ingleses para fomentar sua indústria nascente. Ainda que essas vulnerabilidades já estivessem bem reduzidas em 1914, é lícito afirmar que o CSA norte-americano surgiu da reciclagem de capitais financeiros “encalhados” em Londres. Nesse contexto, os gastos militares da Inglaterra nas duas guerras mundiais inverteram a assimetria de vulnerabilidades anglo-americana, de forma que, já ao final da Primeira Guerra Mundial, os EUA tornaram-se credores da Inglaterra e praticamente anularam sua dependência dos investimentos ingleses. Em poucas palavras, afere-se que a guerra acelerou um processo que já estava em curso: a redução das assimetrias entre os dois países em favor do emergente.

Já no caso da China, a grande vulnerabilidade em relação aos EUA se deu no extremo oposto da cadeia produtiva, na esfera do consumo e não da produção. No setor produtivo, a própria diáspora chinesa operando a partir de Hong Kong e Taiwan foi responsável pela maior parte do IED nas ZEEs na década de 1980. Ainda que na década seguinte as empresas norte-americanas tenham ampliado seus investimentos visando o mercado interno chinês, sua participação foi bem modesta e o conjunto HKT continuou como a maior fonte de IED no país. Logo, a dependência de investimentos que os EUA tinham com a Inglaterra no século XIX não se repetiu com a China em relação aos EUA no final do século XX.

Porém, o modelo de desenvolvimento asiático voltado às exportações, no qual a China se inseriu, gerou uma crescente vulnerabilidade em relação aos mercados dos países ricos, em especial os EUA e a Europa. Se o Japão era um “gigante econômico” e um “anão político” nos anos 1980, a China da década de 1990 foi um meio termo nos dois campos. Na esfera da

política, enfrentou uma série de contestações internas e externas à liderança do PCC, mas ao contrário do Japão e de muitos países da Ásia Oriental, manteve sua autonomia e não “terceirizou” sua soberania para o sistema comercial-tributário criado pelos EUA na região. Na esfera da economia, logrou competir e ultrapassar o Japão em vários ramos industriais e galgar andares na cadeia produtiva, mas acentuou a dependência do padrão de consumo dos norte-americanos, tão bem ilustrado pela importância do modelo Wal-Mart em suas exportações.

Mariutti (2011, p. 34-35) aponta duas contradições nessa articulação sino-americana que se tornaram mais patentes na década de 1990. Nos EUA, a fuga de investimentos produtivos para o exterior aliada a expansão financeira e do crédito teve como consequências o surto de bolhas especulativas e a hipertrofia do setor de serviços de luxo e entretenimento, em detrimento de empregos no setor industrial. A China, por sua vez, engendrou um modelo exportador que atraiu investimentos produtivos mas que se manteve vulnerável aos EUA, posto que vincula o desenvolvimento do país a mercados consumidores e financeiros deste e de outros países desenvolvidos. Ademais, esse modelo criou ou realçou uma série de problemas internos na China (HUNG, 2009, p. 13), como o aumento da desigualdade entre elites industriais nas cidades costeiras (*urban bias*) e camponeses no interior; compressão dos salários e do consumo interno em prol de lucros corporativos e de mercados estrangeiros; e um êxodo rural em escala inédita na história.

Desta forma, a China pode ser caracterizada como o “emergente associado” à hegemonia em declínio tratado no primeiro capítulo. Ainda que essa associação tenha se dado na etapa final da cadeia produtiva, ou seja, em relação ao consumo norte-americano e não aos investimentos deste país, essa diferença não desqualifica a China enquanto emergente associado. Mas tampouco significa que a China esteja prestes a sobrepujar os EUA e protagonizar uma transição hegemônica nos moldes do passado.

A grande pergunta deixada para o último capítulo é: a Guerra ao Terror levada a cabo pelos governos W. Bush e Obama acentuou ou amenizou essas contradições e dependências mútuas entre EUA e China? Nas transições hegemônicas do passado, a elevação de gastos com defesa da hegemonia em declínio inverteu as vulnerabilidades entre o *hegemon* e o emergente associado. A Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1713) serviu para a Inglaterra colocar a Holanda na categoria de “parceiro secundário” e reduzir a dependência dos investimentos holandeses. De forma homóloga, as duas guerras mundiais serviram para os EUA colocarem a Inglaterra na posição de força secundária do mundo e praticamente extinguir a dependência dos capitais ingleses.

Logo, a Guerra ao Terror amenizou a dependência chinesa dos EUA? Tendo como hipótese uma ruptura parcial no padrão histórico, defendemos que no caso atual criou-se uma relação de mútua dependência com os EUA, não baseada na reciclagem produtiva de capitais “encalhados” no *hegemon* como nos casos anteriores, mas numa relação retroalimentadora de apoio aos gastos públicos e privados dos EUA pelos capitais chineses que, por sua vez, são acumulados com as exportações para os próprios norte-americanos. Em referência à antiga relação de ameaças mútuas entre EUA e URSS na Guerra Fria, é possível afirmar que EUA e China criaram nos anos 2000 sua própria versão da MAD (*Mutual Assured Destruction*): a “destruição *econômica* mútua assegurada”, na qual as vulnerabilidades entre as duas economias atingiram tal ponto que a quebra de uma significa a quebra da outra.

4. OS CUSTOS DA GUERRA AO TERROR PARA OS EUA E OS GANHOS RELATIVOS DA CHINA

Para se compreender os impactos da Guerra ao Terror na interdependência sino-americana, os três primeiros capítulos são essenciais. Em termos braudelianos, o primeiro tem como objetivo apresentar os mecanismos estruturais de funcionamento do sistema-mundo moderno. Nele são debatidos os conceitos de hegemonia, de interdependência e de oscilação entre os polos de ordem e caos sistêmico. Com isso, foi possível caracterizar as fases de vida dos longos séculos hegemônicos e apresentar uma breve análise histórica de suas transições, com ênfase para os processos conjunturais de expansão financeira da hegemonia e expansão material do emergente a ela associado.

O segundo e o terceiro capítulos têm uma abordagem conjuntural: seus objetivos são, respectivamente, caracterizar os EUA enquanto hegemonia em expansão financeira e a China enquanto emergente associado que protagoniza uma expansão material. Evitando quaisquer previsões sobre os rumos da atual relação hegemonia-emergente, o presente capítulo limita-se a identificar na China uma expansão material que, a exemplo de seus vizinhos no extremo oriente, se mantém vulnerável aos EUA principalmente na fase final da cadeia produtiva, ou seja, em termos de mercado consumidor. Porém, também identifica nos EUA uma gradual elevação da vulnerabilidade em relação à China no tocante à redução dos custos de produção e à contenção da inflação de preços ao consumidor nos EUA.

Portanto, a abordagem factual do quarto e último capítulo pretende demonstrar que a tendência conjuntural de aumento das vulnerabilidades mútuas entre EUA e China foi acentuada por um fator político de causas variadas: a Guerra ao Terror deflagrada pela administração de George W. Bush e continuada pela administração Obama.

4.1 A GUERRA NA HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS

Ao longo das transições hegemônicas, os custos ou benefícios de uma guerra estiveram diretamente ligados às “fases de vida” de cada hegemonia. Conflitos que ocorreram na fase de ascensão tiveram o papel de alçar uma então potência emergente à condição de novo *hegemon*. Já conflitos que ocorreram na fase de declínio de um longo século acabaram por acentuar as fragilidades hegemônicas e acelerar a sua substituição.

A guerra é uma atividade legítima para os norte-americanos e está enraizada em sua história. A questão não é “se devemos lutar?”, mas “que tipo de guerra devemos lutar?”. E é

esta questão que definiu (e continua a definir) os parâmetros da política externa dos EUA. Para Stephen P. Rosen (2009), duas culturas bem definidas de colonos deixaram sua marca na formação dos valores norte-americanos e, de certa forma, seus princípios permanecem até hoje: os escoceses e irlandeses (*Scots-Irish*) e os puritanos.

Os *Scots-Irish*, que se fixaram em sua maioria nas colônias inglesas do sul, eram pessoas acostumadas com o clima de guerra das fronteiras nas Ilhas Britânicas, onde disputas por terra, gado e religião eram comuns entre clãs desde a Idade Média. Para eles, uma vez na América, honra, dever e reputação eram palavras de ordem e as constantes guerras com os povos indígenas tornaram-se parte do cotidiano daquelas comunidades. Nesse ambiente, familiar para escoceses e irlandeses, os líderes deviam ser fortes, enérgicos e pragmáticos, sempre prontos a revidar os ataques de inimigos e dispostos a atender os interesses materiais de sua comunidade.

Nas colônias do norte fixaram-se os puritanos, que eram menos rústicos mas não menos violentos. A diferença é que, para este grupo, a violência devia ser socialmente autorizada pelo costume, pela lei ou pelos líderes protestantes, datando dessa época uma série de execuções de bruxas, quakers e servos rebeldes. Assim, a guerra devia ser justa, em favor de uma causa, de um ideal, fosse por defesa contra os índios ou ingleses, fosse pela difusão dos valores religiosos e/ou pela concretização do destino manifesto.

A independência e o pioneirismo no modelo republicano de governo criaram nos EUA uma forte noção de excepcionalismo, que se revelaria na soberania *imane*nte do poder do povo em contraste com o poder *transcendente* dos soberanos europeus (HARDT; NEGRI, 2001, p. 183). Essa crença no excepcionalismo se tornaria o amálgama dos puritanos e dos *Scots-Irish* na expansão para o oeste, fosse através do idealismo do Destino Manifesto para aqueles ou na “vontade de potência” para estes.

Em 1890, o sociólogo que estudara a importância da expansão para o oeste na formação da sociedade norte-americana, Frederick Jackson Turner, já afirmava que “por cerca de três séculos o fator preponderante na vida norte-americana tem sido a expansão” – fator que se manteria ao longo do século XX. Logo, a postura dos EUA em relação ao mundo exterior passou a ocorrer a partir de sucessivos conflitos estruturantes que, imbuídos de valores morais e interesses pragmáticos, adquiriram diversas roupagens ao longo de sua história.

Na formação territorial do país ao longo do século XIX, o conflito estruturante se deu em torno da expansão para o oeste, do confronto entre a civilização e a “barbárie” que estaria além das fronteiras em constante mutação. Em oposição ao *expansionismo* dos soberanos

européus, a república democrática arrogava-se de uma *tendência expansionista* em redes, na qual os indivíduos e não os exércitos reais seriam os grandes protagonistas (HARDT; NEGRI, 2001, p. 185). Neste contexto, idealistas religiosos e realistas pragmáticos em busca de terras e riquezas dariam o “caldo cultural” da identidade norte-americana através das redes de poder fragmentadas e descentralizadas, ao contrário da típica centralização dos Estados europeus.

De um lado o discurso religioso, popularizado pelo Destino Manifesto, serviu de combustível espiritual aos que se aventuravam no oeste selvagem. Passagens bíblicas eram usadas para evocar mitos fundadores e dar sentido à história, como a providência divina na sobrevivência dos primeiros colonos, a missão de criar ordem na natureza caótica e as comparações entre o Jardim do Éden e o novo mundo (FONSECA, 2007, p. 158). Os grandes impérios mundiais também adquiriam novas interpretações religiosas, como a tendência de se moverem na direção ao oeste, de acordo com uma “ocidentalização da ordem cósmica”:

Em leitura mais ampla, o conceito evocava certa tendência de os grandes impérios mundiais moverem-se ao longo da história em direção ao oeste – da Babilônia ao Egito, da Macedônia à Grécia e a Roma, de Bizâncio à Europa ocidental. Essa tendência, tal como era então vista, apontava para a inevitável conclusão de que a próxima fonte de poder mundial se encontraria necessariamente no extremo ocidente do globo – a América (FONSECA, 2007, p. 167).

Por outro lado, o debate secular do paradoxo da democracia que adquire contornos imperiais tornou-se frequente, sendo abundantes as referências e comparações ao Império Romano. A constituição romana era perfeita para o império e se baseava na liberdade (para não-escravos, naturalmente) e na canalização de energias e ambições de uma população armada e em crescimento que ansiava por terras para ocupar (BURBACH; TARBELL, 2004, p. 35). O mesmo podia ser aplicado aos EUA, de forma que os presidentes Thomas Jefferson e Andrew Jackson viam na fronteira aberta o “terreno conceptual da democracia republicana”, escondendo uma forma brutal de subordinação: a visão de que os americanos nativos eram subumanos, apenas parte do ambiente natural (HARDT; NEGRI, 2001, p. 183).

Essa abertura proporcionou à Constituição sua primeira forte definição: as declarações de liberdade tiveram sentido num espaço onde a constituição do Estado era vista como um processo aberto, uma autoconstrução coletiva. Mais importante, esse terreno americano estava livre das formas de centralização e hierarquia típicas da Europa. (...) Os nativos eram vistos simplesmente como um elemento particularmente espinhoso da natureza, e uma guerra contínua visou a sua expulsão e/ou eliminação (HARDT; NEGRI, 2001, p. 188).

Com a consolidação do território nacional ao final do século XIX, os grandes espaços disponíveis finalmente acabaram e os norte-americanos tiveram de reconhecer que o terreno

aberto, afinal, tinha limites (HARDT; NEGRI, 2001, p. 191). A partir da Guerra Hispano-Americana em 1898, o conflito estruturante da Constituição e da nação norte-americana mudou para o debate entre isolacionistas e intervencionistas. Nasser (2010, p. 72) o coloca da seguinte maneira: se o modo de vida americano trazia claros benefícios para o povo (em contraste com as monarquias europeias), por que não transferi-lo para o resto do mundo? Seguindo este raciocínio, os EUA adquirem uma postura externa mais intervencionista, imbuindo-se da tarefa e do dever de servir de exemplo para a humanidade primeiro consolidando e depois expandindo seu modelo de democracia (MOREIRA Jr, 2011, p. 62).

À medida que o país se tornava mais forte e próspero, (...) a crença inicial em uma experiência política fadada a inspirar pelo exemplo dava lugar a visão mais ambiciosa, de um país que transformaria o mundo por expansão. Exportar o “modelo norte-americano” tornou-se o “Destino Manifesto” do país – um conceito originalmente criado para justificar a expansão territorial em direção ao oeste, mas que logo passaria a englobar fronteiras cada vez mais distantes, tanto em termos geográficos como, anos mais tarde, ideológicos (FONSECA, 2007, p. 173).

Neste sentido, Nasser (2010, p. 84) aponta duas correntes doutrinárias que passaram a influenciar o intervencionismo dos EUA: a empírica (realista), segundo a qual os EUA têm interesses como qualquer outra nação e devem agir de forma racional para atendê-los – aproximando-se da cultura *Scots-Irish* e tendo em Theodore Roosevelt seu principal expoente; e a dogmática (idealista) encabeçada por Woodrow Wilson, em que os EUA devem se valer da experiência democrática pioneira para levar seus valores para o resto do mundo e torná-lo mais seguro – aproximando-se da cultura puritana e da crença na excepcionalidade do país.

Assim, numa mescla de crença em superioridade racial e segurança nacional incorporada por Roosevelt, os EUA entram no século XX como uma espécie de império sobre a América Central e o Pacífico, com a diferença que suas ações eram legitimadas por juristas⁴¹ – que conciliavam o realismo da projeção de poder com o idealismo dos valores prezados pelos norte-americanos. Porém, ainda que Roosevelt defendesse objetivos e métodos semelhantes ao imperialismo colonial populista de um Cecil Rhodes, não deixava de lado o discurso civilizatório.

Esse caminho imperialista levou à experiência colonialista dos Estados Unidos nas Filipinas. “É nosso dever com os que vivem na barbárie”, proclamou Roosevelt,

⁴¹ Brussi (2013) ressalta a atuação do jurista norte-americano John Basset Moore para coadunar a política externa dos EUA com os interesses das companhias privadas deste país que operavam na América Central. Como advogado dessas empresas e representante oficial do governo dos EUA, Moore efetuou estudos detalhados sobre os princípios da arbitragem e da extraterritorialidade que, quando aplicados, garantiam os interesses das companhias norte-americanas. Para Brussi, Moore atuou como “um ideólogo que racionalizou a legislação da arbitragem e atualizou os direitos de extraterritorialidade, pavimentando juridicamente o caminho americano para a hegemonia”.

“cuidar para que se libertem de suas cadeias”. Qualquer concessão às lutas de libertação que permitiriam a populações bárbaras como a filipina governarem-se a si próprias seria, portanto “um crime internacional” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 193).

Métodos e objetivos parecidos foram aplicados na América Latina. Princípios como da “soberania condicional” (NASSER, 2010, p. 25) (em que os EUA chamavam para si a responsabilidade e o direito de avaliar se as nações estariam cumprindo seus deveres enquanto entidades soberanas) deram corpo a normas como a Emenda Platt, de 1901, que autorizava a intervenção militar (no caso em Cuba) caso fosse provada a incapacidade dos cubanos de autogovernar-se ou se a segurança dos EUA fosse ameaçada. Vê-se aí tanto a preocupação idealista com a “falta de democracia” em Cuba quanto a visão realista da segurança nacional. A própria Doutrina Monroe de 1823, criada como uma medida defensiva contra o colonialismo europeu, adquiriu com o advento do Corolário Roosevelt em 1904 um caráter de policiamento e ingerência nos países da América Latina que pouco tinha de “defesa contra agressões europeia” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 196).

Uma terceira fase do conflito estruturante dos EUA surge com o New Deal e o combate ao antagonismo de classes que fortalecia o comunismo. Ainda que a vitória sobre o nazismo na Segunda Guerra Mundial exerça um forte apelo no imaginário social norte-americano, o anticomunismo e a ameaça soviética constituíram um conflito estruturante mais intenso e mais duradouro do que a Alemanha de Hitler. Nesse sentido, Arrighi e Silver (2001, p. 211- 212) afirmam que enquanto a Inglaterra derrotara a principal potência a encarnar o desafio revolucionário (a França Napoleônica) *antes* de consolidar sua hegemonia, os EUA construíram sua própria ordem hegemônica *diante* do desafio revolucionário da União Soviética, que saíra golpeada da Segunda Guerra Mundial, porém “muito mais fortalecida em termos políticos e militares”.

Mais uma vez, o impulso intervencionista norte-americano adquiria doses de idealismo e de realismo. A criação do conceito de “desenvolvimento”, a promessa de que todos os povos do mundo poderiam realizar o sonho americano e chegar à era do consumo de massa (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 217) aliadas ao suporte às organizações internacionais e à propagação, através da indústria cultural, da imagem dos EUA como defensores do “mundo livre”, davam um ar de moralidade e legitimidade às ações militares norte-americanas na Guerra Fria.

Porém, a linha tênue que separa protetor de dominador tornou-se irreconhecível, de forma que “proteger países em todo o mundo contra o comunismo (ou, mais precisamente, contra o imperialismo soviético) tornou-se indistinguível de dominá-los e explorá-los com

técnicas imperialistas” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 196). O envolvimento dos EUA no Vietnã pode ser visto como o apogeu dessa tendência que muito se assemelhou ao típico imperialismo europeu:

De uma perspectiva, e certamente dentro da preparação pelo governo americano da ideologia da guerra fria, a campanha no Vietnã se enquadra numa estratégia política global de defesa do “mundo livre” contra o comunismo, para conter seu avanço. A guerra, entretanto, não poderia deixar de ser também, na prática, uma continuação do imperialismo europeu, por parte dos Estados Unidos. (...) Os americanos agiram, durante sua breve posse do Vietnã, com uma violência, uma brutalidade e uma barbárie dignas de qualquer potência imperialista europeia (idem, p. 196).

O turbilhão social que sacudiu os EUA em 1968 colocou em xeque o conflito estruturante com o comunismo. Os movimentos antibelicistas contra a Guerra do Vietnã, a luta por direitos civis dos negros, as manifestações estudantis e a segunda onda de efervescência feminista mostraram que o projeto republicano norte-americano possuía enormes problemas internos. Mas o esfacelamento da União Soviética no final dos anos 1980 eliminou o “combate ao comunismo” como norteador da política externa dos EUA e aproximou o país do projeto imperial baseado nas redes de poder.

4.2 O PROJETO IMPERIAL NO MUNDO PÓS-GUERRA FRIA E A ASCENSÃO DOS NEOCONSERVADORES

A Belle Époque da hegemonia norte-americana, analisada no capítulo dois, decorreu não apenas do ilusório *boom* financeiro e do afluxo de capitais do mundo inteiro para os EUA nos anos 1990. O fim da União Soviética e a Guerra do Golfo significaram um monopólio global *de facto* do uso legítimo da força por parte dos EUA, que se tornaram o único ator capaz de garantir eficácia jurídica às organizações internacionais criadas após a Segunda Guerra Mundial (ARRIGHI, 1996, p. 22; HARDT; NEGRI, 2001, p. 200). Em todos os conflitos regionais do fim do século XX, os EUA foram chamados a intervir militarmente em nome da paz e da ordem, embora nem todas as operações fossem classificadas como guerras e os custos fossem compartilhados com seus aliados: na Libéria, em Angola, no Sudão e no Chifre da África, na ex-Iugoslávia, na Moldávia, em vários países do Cáucaso e Transcáucaso, no Oriente Médio, na Ásia Central e no Afeganistão (HARDT; NEGRI, 2001, p. 200; HOBBSAWM, 1995, p. 538-539).

Desta forma, o fim da bipolaridade da Guerra Fria e a supremacia militar dos EUA davam sinais de que o mundo caminhava para um sistema imperial e que a tese do fim da história parecia plausível. O conflito estruturante dos norte-americanos deixara de ser o

combate ao comunismo e nenhuma outra configuração de poder assumira definitivamente o posto de inimigo número um – posto que variou entre os narcotraficantes da Colômbia e as ditaduras do Terceiro Mundo, mas não com a mesma intensidade da “ameaça comunista” das décadas anteriores.

Nesse contexto, o discurso do excepcionalismo norte-americano voltou à tona sob as duas tradicionais roupagens: a vertente idealista enaltecendo a experiência pioneira das liberdades individuais e dos valores democráticos, e a realista ressaltando a importância dos EUA como policial do mundo em defesa da estabilidade global. Os principais articuladores e canalizadores dessas ideias formavam um grupo heterogêneo de acadêmicos, empresários e políticos que defendiam uma política externa proativa de difusão da democracia e manutenção do *status quo* de poder mundial favorável aos EUA.

Conhecidos como neoconservadores (ou *neocons*), este grupo da direita e extrema direita norte-americana começou a se mobilizar nos anos 1960 em resposta às conturbações sociais que questionavam o *establishment* social e político no país. Empresários bem sucedidos patrocinaram uma série de organizações que tinham como objetivo “formular e promover políticas públicas conservadoras baseadas nos princípios da livre iniciativa, governo limitado, liberdade individual, valores tradicionais e defesa nacional forte” (BURBACH; TARBELL, 2004, p. 78-79). Sobre os *neocons*, Wallerstein (2006b, p. 14) afirma:

In effect, they rejected the whole thrust of U.S. foreign policy in the period 1970-2000, from Nixon to Clinton foreign policy, which had tried to slow down the decline of U.S. hegemony. They believed the glass of U.S. power was not half full, but half empty—American decline was all too real. They did not attribute this to structural changes in the world-system (for example, the end of U.S. economic superiority vis-a-vis Western Europe and Japan), but rather to the political blunders and lack of tough resolve of successive U.S. presidents.

Acadêmicos como Paul Wolfowitz e Francis Fukuyama, que foram inspirados pelos escritos de Leo Strauss, passaram a ocupar posições de destaque nas principais universidades norte-americanas e participaram da criação de think-tanks de orientação conservadora. Muitos chegaram a trabalhar para o governo Reagan e, ironicamente, estiveram envolvidos não apenas na mobilização do governo com o projeto “guerra nas estrelas” mas principalmente no apoio logístico e militar da CIA a grupos no Afeganistão para conter a invasão soviética neste país em 1979. Anos depois, muitos desses próprios afegãos seriam cooptados pela Al-Qaeda de Osama Bin Laden.

Na administração de George H. W. Bush os neoconservadores mantiveram a maioria de suas posições no governo mas viram o presidente conclamar uma “Nova Ordem Mundial”

associada a outras potências para cobrir os enormes déficits da era Reagan, além de pressionar seus aliados a arcar com os custos da Guerra do Golfo (BURBACH; TARBELL, 2004, p. 84).

Com o fim da Guerra Fria e a extinção do conflito estruturante contra o comunismo, os *neocons* se aproximaram da direita cristã, que ganharia o apelido de *teocons*, e geraram um alto índice de rejeição à reeleição de Bush em 1991. Assim, Bill Clinton foi eleito e os *neocons* passaram o resto da década à margem da tomada de decisões do governo. Entretanto, fortaleceram suas bases de apoio tanto financeiro, com a popularização de suas ideias entre os grandes empresários, quanto intelectual, com o crescente apoio de acadêmicos, criando em 1997 o “Projeto para o Novo Século Americano” (PNSA) (DONNELLY, 2000).

Como críticas ao então presidente Clinton, seus membros clamavam na “carta de princípios”⁴² pelo retorno à Era Reagan, com pesados investimentos nas forças armadas, uma política externa que promovesse os valores norte-americanos e uma liderança proativa que não se encolhesse diante das responsabilidades globais dos EUA no Oriente Médio, na Ásia e na Europa. Os quatro principais “lembretes” do PNSA para a sociedade norte-americana constam na sua carta de princípios da seguinte forma:

We need to increase defense spending significantly if we are to carry out our global responsibilities today and modernize our armed forces for the future; we need to strengthen our ties to democratic allies and to challenge regimes hostile to our interests and values; we need to promote the cause of political and economic freedom abroad; we need to accept responsibility for America's unique role in preserving and extending an international order friendly to our security, our prosperity, and our principles.

Entre os principais articuladores do PNSA estavam os chamados *militarists cold warriors*, que defendiam o uso da força militar para atingir os objetivos imperiais dos EUA: Donald Rumsfeld e Dick Cheney (BURBACH; TARBELL, 2004, p. 86). Ao deixar o Pentágono, aquele fez fortuna como CEO de uma indústria farmacêutica (G. D. Searle) que causou polêmica ao comercializar produtos com suspeita de gerar câncer em animais de laboratório. O segundo tornou-se CEO de uma empresa de terceirização de serviços militares e ligados ao petróleo, a Halliburton, que beneficiou-se do processo de terceirização do aparato militar norte-americano iniciado por ele mesmo enquanto esteve no governo. Nos anos em que esteve à frente da Halliburton, a empresa dobrou os contratos com o Departamento de Defesa, passando da 73ª posição para a 18ª na lista das empresas terceirizadas do setor, além

⁴² “Statement of Principles” do Projeto para o Novo Século Americano. Disponível em: <http://www.newamericancentury.org/statementofprinciples.htm>. Data de acesso: 10/10/2012.

de ter uma valorização de 229% de suas ações na bolsa de valores (BURBACH; TARBELL, 2004, p. 86-87; STIGLITZ; BILMES, 2008, p. 15).

Através de uma carta ao presidente Clinton⁴³, vinte e cinco membros do PNSA clamavam por uma postura mais dura contra o Iraque de Saddam Hussein em 1998. Com relação a este país, a carta dizia:

The only acceptable strategy is one that eliminates the possibility that Iraq will be able to use or threaten to use weapons of mass destruction. In the near term, this means a willingness to undertake military action as diplomacy is clearly failing. *In the long term, it means removing Saddam Hussein and his regime from power. That now needs to become the aim of American foreign policy*⁴⁴. (...)

We urge you to articulate this aim, and to turn your Administration's attention to implementing a strategy for removing Saddam's regime from power. This will require a full complement of diplomatic, political and military efforts. Although we are fully aware of the dangers and difficulties in implementing this policy, we believe the dangers of failing to do so are far greater. We believe the U.S. has the authority under existing UN resolutions to take the necessary steps, including military steps, to protect our vital interests in the Gulf. In any case, American policy cannot continue to be crippled by a misguided insistence on unanimity in the UN Security Council.

Portanto, se o conflito estruturante dos EUA no governo Clinton esteve disperso entre o combate ao narcotráfico e a promoção de democracia e de ordem em Estados periféricos, para o grupo de *neocons* que se rearticulava nos anos 1990, o próximo inimigo estava definido. Para eles, o regime de Saddam Hussein representava não apenas uma ameaça à segurança e estabilidade do Oriente Médio, mas também um impedimento ao acesso direto aos recursos energéticos do país e a uma posição estratégica em termos geopolíticos para lidar com a China no futuro. Conforme se revelaria nos anos seguintes, a ocupação do Iraque se encaixaria na busca permanente dos *neocons* em redesenhar o mapa da vasta região que se estende da África do Norte ao Oriente Médio, passando pelo Cáucaso, o Golfo Pérsico até o Sul e Sudoeste Asiáticos. (BURBACH; TARBELL, 2004, p. 201). Mais do que isso, a derrubada de Saddam Hussein seria uma forma de encerrar de vez a Guerra do Golfo que, na visão dos *neocons*, fora uma humilhação aos EUA devido a manutenção do ditador no poder do Iraque (WALLERSTEIN, 2006b, p. 14).

⁴³ Carta dos membros do Projeto para o Novo Século Americano endereçada ao Presidente Bill Clinton. Disponível em: <http://www.newamericancentury.org/iraqlintonletter.htm>. Data de acesso: 10/10/2012.

⁴⁴ Grifos do autor.

4.3 *OLD HABITS DIE HARD*: O 11/09 E O NOVO CONFLITO ESTRUTURANTE DA POLÍTICA DE SEGURANÇA NORTE-AMERICANA

A vitória dos republicanos nas eleições de 2000 levou George W. Bush à presidência do país com doações de 82 instituições conservadoras para a campanha eleitoral no valor de US\$253 milhões. Comandando a equipe de transição, o vice-presidente Cheney trouxe consigo vários integrantes do PNSA para ocupar posições-chave do governo, entre eles Rumsfeld e Wolfowitz, que se tornaram secretário e vice-secretário de defesa, respectivamente.

Enquanto isso, outro grupo ultraconservador com forte carga religiosa, este baseado no Afeganistão, se preparava para infligir um ataque de proporções inéditas nos EUA. Assim como os *neocons*, os líderes da Al-Qaeda pretendiam usar a força para difundir seus princípios e, nesse caso, gerar uma mobilização islâmica mundial contra as ditaduras seculares apoiadas pelo Ocidente no mundo muçulmano. Com o fim da URSS e a subsequente ruptura do apoio da CIA aos *mujahideens*, o “conflito estruturante” desses radicais passara a ser o combate ao estilo de vida e aos valores ocidentais, de forma que Osama Bin Laden envolveu-se numa série de ataques a embaixadas norte-americanas na década de 1990 e um de seus ex-soldados no Afeganistão fizera uma tentativa mal sucedida de derrubar o World Trade Center com um ataque a bomba em 1993.

Os ataques de 11/09 se encaixaram similarmente na agenda da Al-Qaeda e dos *neocons*: ambos encontraram um no outro o seu próprio conflito estruturante. No caso dos *neocons*, os atentados serviram para revigorar a péssima popularidade de Bush até então e fazer prevalecer as prioridades deste grupo em detrimento de membros mais moderados do governo, como Colin Powell. Conforme Rumsfeld disse ao New York Times, “o 11/09 criou o tipo de oportunidades que a Segunda Guerra Mundial ofereceu para remodelar o mundo” (BURBACH; TARBELL, 2004, p. 127). Já Bush anunciava a mudança da política de defesa: ao invés de uma postura de contenção a ameaças, que prevalecera durante a Guerra Fria, os EUA passariam a adotar uma política ofensiva de prevenção de ataques terroristas – através dos chamados “ataques preventivos”. Nas palavras do presidente, “no mundo em que vivemos, o único caminho para a segurança é o da ação. E esta nação agirá” (Bush, 2002).

The United States has long maintained the option of preemptive actions to counter a sufficient threat to our national security. The greater the threat, the greater is the risk of inaction – and the more compelling the case for taking anticipatory action to defend ourselves, even if uncertainty remains as to the time and place of the enemy’s attack. To forestall or prevent such hostile acts by our adversaries, the United States will, if necessary, act preemptively (BUSH, 2002).

Assim, os *policy makers* norte-americanos passariam a operar o conceito de guerra preventiva como um instrumento legal e moralmente justo de sua política externa (MOREIRA Jr, 2011, p. 125). Não nos cabe aqui narrar passo a passo os acontecimentos que se seguiram ao 11/09, mas sim examinar os impactos da Guerra ao Terror, lançada pela cúpula neoconservadora do Pentágono e da Casa Branca, na economia norte-americana para, posteriormente, colocá-los na perspectiva da relação dos EUA com a China.

Para tanto, torna-se válido utilizar o paralelo que Napoleoni (2011) estabelece entre os EUA diante da Al-Qaeda de Bin Laden e o Império Romano diante dos Hunos liderados por Átila. Em torno de 400 a. C., Roma apresentava uma série de debilidades que foram acentuadas pelas invasões bárbaras e que servem como um contraponto distante aos EUA durante a Guerra ao Terror: a) concentração de poder no executivo em tempos de guerra; b) sistema fiscal que sobrecarregava as classes menos abastadas em favor dos mais ricos; c) aparato militar formado por estratos sociais mais baixos e por mercenários (ou estrangeiros, no caso dos EUA); e d) altíssimo custo de manutenção do aparato militar, aproximando-se da tese da superextensão imperial de Kennedy. Porém, ao contrário dos romanos, os EUA dispõem de uma vantagem que possibilita a manutenção deste sistema: o acesso ao crédito de outros centros econômicos, no caso do leste asiático.

Napoleoni (2011, p. 196) afirma que Bin Laden está para os EUA assim como Átila esteve para o Império Romano. Os Hunos não foram os primeiros bárbaros a chegar aos portões de Roma e foi Odoacro, não Átila, o líder bárbaro que depôs o último imperador de Roma, em 476 d. C. Entretanto, Átila era referência de heroísmo para seus seguidores no campo de batalha e utilizou a assimetria de forças a seu favor. Comandando guerreiros nômades, forçou seus adversários a lutar em terrenos conhecidos por ele, utilizou táticas de batalha baseadas na rapidez de suas manobras e explorou a arrogância do inimigo. Acima de tudo, os danos causados por Átila foram mais econômicos do que militares, pois embora tenha negociado a paz com o Papa Leão I às portas de Roma, suas investidas sobrecarregaram o sistema tributário do império e agravaram o fardo de manutenção de um exército de quatrocentos mil homens formado em sua maioria por mercenários. A definição das forças armadas dos EUA feita por Johnson (2000, p. 222-223) poderia muito bem ser adaptada ao caso do exército romano durante seu declínio:

Today, military is an entirely mercenary force, made up of volunteers paid salaries by the Pentagon. Although the military still tries to invoke the public's support for a force made up of fellow citizens, this force is increasingly separated from civilian interests and devoted to military ones.

Paralelos interessantes podem ser feitos com o Iraque e o Afeganistão após a invasão norte-americana. No caso do Afeganistão, além do excesso de confiança norte-americano na vitória e na pacificação, Washington subestimou profundamente as táticas de guerra do Talibã. As forças da coalizão tiveram dificuldades para impor a ordem na região montanhosa do país, onde numerosos líderes tribais disputavam uma guerra esporádica com o Talibã e passaram a receber milhões de dólares por intermédio da CIA, estimulando a corrupção local (BURBACH; TARBELL, 2004, p. 143-144). Nos últimos anos, o próprio presidente do Afeganistão desde 2001, Hamid Karzai, tem sido acusado de favorecer membros de sua família por meio de empréstimos escusos feitos pelo Banco de Cabul e seu governo tornou-se mundialmente conhecido pelo alto grau de corrupção⁴⁵.

Alguns anos depois, o conflito se estenderia para a região de fronteira com o Paquistão, quando cunhou-se o termo “Af-Pak” em referência a esta frente de combate. Segundo Napoleoni (2011, p. 197), a dificuldade de pacificar a região ocorre porque “quando as forças de coalizão conquistam uma aldeia, os inimigos desaparecem nas montanhas e retornam assim que o terreno é deixado desguarnecido”. Ademais, a guerra estimulou o Talibã a otimizar a produção de ópio para garantir a entrada de recursos financeiros, de forma que o Afeganistão passou de produtor de ópio a exportador de heroína. Após 2001, elaborou-se uma eficiente cadeia produtiva da droga, englobando agricultores, lideranças tribais, traficantes e o crime organizado de diversas partes do mundo, agregando valor ao produto de exportação e gerando uma renda considerável aos membros do Talibã.

Para Arrighi (2008, p. 191), travar a Guerra do Afeganistão como um conflito de baixa intensidade foi “uma opção perfeitamente racional se o objetivo da Guerra ao Terror era não apenas capturar terroristas, mas também refazer a geografia política da Ásia Ocidental na busca de um novo século norte-americano”. Mas para atingir este objetivo, a invasão do Iraque parecia ser, na visão dos *neocons*, um movimento tático que traria maior retorno político e econômico no longo prazo.

Assim, a escala da mobilização militar para a invasão do Iraque foi muito superior à empenhada no Afeganistão. Após um mês de combates contra o exército regular iraquiano, as tropas norte-americanas haviam praticamente subjogado seu oponente e tomado Bagdá. Porém, a insurgência com ares de guerra civil levada a cabo por xiitas e sunitas após 2003 trouxe custos humanos inaceitáveis para uma sociedade ocidental como os EUA, traumatizada com o Vietnã, de forma que a guerra continuou nos centros urbanos com altos índices de

⁴⁵ Fonte: Intractable Afghan Graft Hampering U.S. strategy. The New York Times, 08/03/2012.

perdas humanas tanto entre civis iraquianos quanto entre combatentes dos dois lados. Ademais, a transmissão instantânea do conflito por agências de comunicação e as notícias diárias de atentados contra as forças da coalizão e da ONU aumentaram a insatisfação contra a guerra dentro dos EUA.

Washington was manifestly unprepared to handle the complexity of Iraqi internal politics, and found itself caught in not only a military but a political quagmire, from which it turned out to be very difficult to extricate itself. Indeed, as time went on, the U.S. found it had less and less room for manoeuvre, coming to resemble a Gulliver tied down by the tiny Lilliputians (WALLERSTEIN, 2006b, p. 15).

Assim como o exército romano contra Átila, o norte-americano não estava preparado para lutar em terreno desconhecido contra um inimigo que utilizava propositadamente de tecnologias primitivas de guerra – a chamada guerra assimétrica. Napoleoni (2011, p. 196) afirma que:

In fact, Bush behaved like the Emperor Valentinian and his court who, faced with threat of the Huns, overestimated their own strength and responded to the emergency as if nothing had changed since the Empire's golden age, thus sending a colossal military machine to its destruction.

O gráfico 9 apresenta o número de soldados em ação no Afeganistão e no Iraque de 2001 a 2011, sendo notória a maior escala de operações no último ao longo da década. Apesar do uso frequente de tecnologia para ataques aéreos, a manutenção de tropas em solo é o fator responsável por grande parte dos custos de guerra (Flynn, 2008, p. 2). Segundo Stiglitz e Bilmes (2008, p. 13), a invasão do Iraque trouxe oportunidades para empresas terceirizadas principalmente no setor militar, mas também em serviços de limpeza e alimentação. O número de seguranças privados⁴⁶ atuando como soldados esconde um número ainda maior de agentes atuando com recursos norte-americanos e traz uma série de custos e dilemas para o governo.

Em primeiro lugar o dilema ético. Enquanto na economia civil a privatização estimula a concorrência e dá opções ao consumidor, a privatização da guerra traz incentivos “perversos”, pois os agentes de segurança não respondem à hierarquia militar e são estimulados a “reduzir custos” às expensas das normas institucionais, além de raramente serem processados ou punidos por abuso de poder. Em segundo lugar, empresas privadas pagam salários cerca de dez vezes maiores do que as forças armadas, o que provoca não

⁴⁶ Para o objetivo deste trabalho, não se faz distinção entre os militares a serviço do governo norte-americano e o contingente de profissionais de segurança de empresas terceirizadas, uma vez que os custos tanto de manutenção daqueles quanto de contratação destes estão incluídos no orçamento do Pentágono.

apenas um êxodo de militares experientes mas também induz o governo a elevar as remunerações para atrair novos recrutas. Por fim, o potencial para corrupção é alto e denigre o processo democrático dos gastos públicos. Sob a justificativa de urgência na contratação, licitações são ganhas por empresas que concorrem sozinhas e o caso da Halliburton é o exemplo mais notório de como a proximidade com o governo pode se traduzir em lucros exorbitantes.

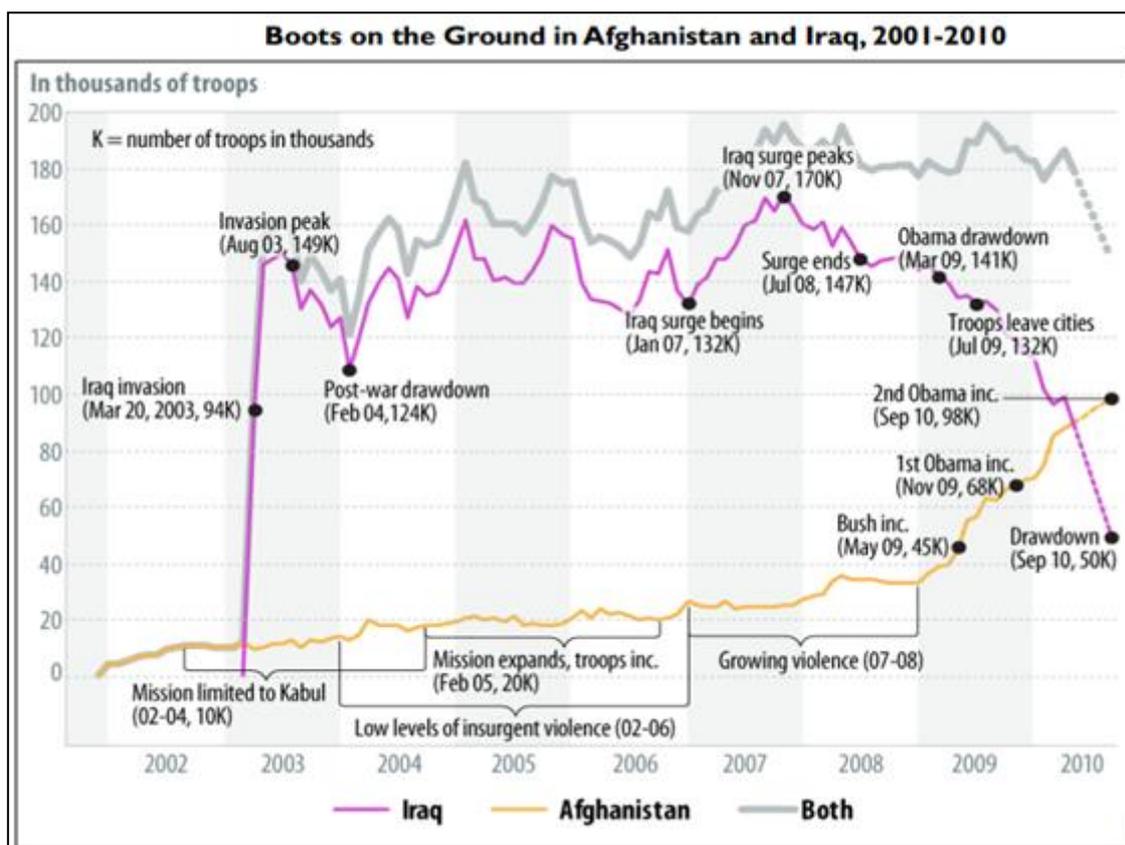


Gráfico 9. Tropas em operação no Afeganistão e no Iraque (2001-2010)

Fonte: BELASCO, 2011, p. 12.

Nos termos de Hardt e Negri (2000), uma série de reformas no plano interno fez “a Democracia confrontar-se com o Império”. A criação do *Department of Homeland Security* e a aprovação do *Patriot Act* trouxeram um ambiente de “caça às bruxas” por todo o país, além de contribuírem para o déficit orçamentário do governo. O *Patriot Act* foi aprovado pelo Congresso norte-americano cerca de um mês após os atentados de 11/09 e seu objetivo,

resumido no seu título, consiste em “unir e fortalecer os EUA ao garantir ferramentas apropriadas para interceptar e obstruir o terrorismo”⁴⁷.

Os meios de aplicação desta lei previam sérios danos aos direitos e liberdades individuais e culminaram em aberrações jurídicas como a prisão norte-americana de Guantánamo, onde suspeitos de terrorismo são mantidos por anos sem julgamento, o status de “combatentes” dado pelos EUA os aliena de direitos de prisioneiros de guerra previstos na Convenção de Genebra e a prática de tortura é utilizada. Entre as principais medidas do *Patriot Act* estão: a autorização de prisões imediatas de suspeitos de terrorismo sem o devido processo legal; a expedição, por parte de júris secretos, de mandatos de busca e apreensão a domicílios; o livre acesso a dados pessoais, de forma que o governo é autorizado a investigar registros cibernéticos e telefônicos de suspeitos; e imigrantes ilegais, mesmo sem envolvimento com terrorismo, podem ser deportados a qualquer momento: estima-se que cerca de 1200 pessoas tiveram este destino até 2006 (BURBACH; TARBELL, 2004, p. 139; MOREIRA Jr, 2011, p. 124).

Nas palavras de Arrighi (2008, p. 268), a tentativa de mostrar que o poderio militar norte-americano conseguiria policiar o mundo de maneira eficaz e ao mesmo tempo assegurar a centralidade dos EUA na economia política global fracassou. Assim, nossa pergunta é “como o desgaste na tentativa de policiar o mundo minou a centralidade dos EUA na economia política global?”

4.3.1 Os impactos da Guerra ao Terror na economia norte-americana

O efeito mais claro da ação militar norte-americana contra o terrorismo revelou-se na escalada de gastos do setor de defesa para duas guerras que, de acordo com as expectativas dos falcões da Casa Branca, deveriam ser de curta duração. Ainda que a relação gastos militares/PIB tenha sofrido uma elevação pouco chamativa se comparada aos 40% da Segunda Guerra Mundial ou os 10% do auge da Guerra do Vietnã (de 3,5% em 1999 para 6% em 2009), a conjuntura de expansão financeira no aumento mais recente expôs as fragilidades da economia norte-americana.

Em outras palavras, a Guerra ao Terror se encaixa no padrão norte-americano de guiar-se por conflitos estruturantes. A diferença é a conjuntura histórica: durante a ascensão e

⁴⁷ Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism (USA PATRIOT ACT) Act of 2001. Fonte: The Library of Congress. Disponível em: <http://thomas.loc.gov/cgi-bin/bdquery/z?d107:HR03162:@@T>. Data de acesso: 18/10/2012.

plena expansão hegemônica, os gastos militares criaram um ciclo virtuoso de crescimento econômico, mas desde a Guerra do Vietnã e o início da expansão financeira na década de 1970, o estado de guerra/bem estar social transformou-se no “estado de guerra/mal estar social” dentro dos EUA. Primeiro com o conflito no Vietnã, depois com o programa “Guerra nas Estrelas” de Reagan e por fim com a Guerra ao Terror de W. Bush, os gastos com defesa do governo norte-americano sobrecarregaram um modelo de sociedade e Estado deficitários, ao qual se juntaram as empresas norte-americanas no *boom* financeiro da Belle Époque na década de 1990.

O gráfico abaixo apresenta os três saltos nos gastos com defesa na Guerra do Vietnã, na Era Reagan e na Guerra ao Terror respectivamente.

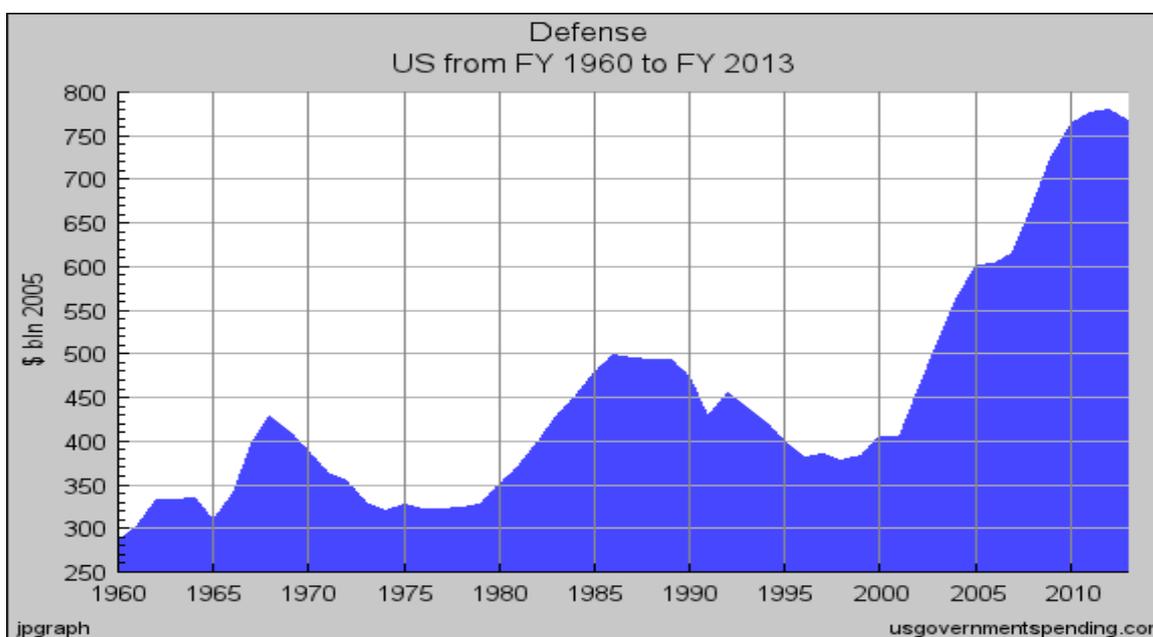


Gráfico 10. Gastos com defesa dos Estados Unidos⁴⁸

De acordo com dados oficiais do Congresso norte-americano, os custos nominais do Departamento de Defesa em dez anos de Guerra ao Terror são estimados em torno de US\$1,3 trilhão, dos quais cerca de US\$800 bilhões foram gastos no Iraque, US\$450 bilhões no Afeganistão, e mais algumas dezenas de bilhões tiveram destinos secundários ligados às operações nestes e em outros países (BELASCO, 2011, p. 3).

A tabela 3 mostra que os gastos diretos com a Guerra ao Terror ocuparam parte considerável do orçamento do Pentágono, sendo 2007 e 2008 os anos de auge da insurgência

⁴⁸Fonte: <http://www.usgovernmentspending.com>. Data de acesso: 05/09/2012.

no Iraque e no Afeganistão, demandando cerca de 1/4 da verba total⁴⁹ (tabela 3). Embora não seja contabilizada como custo de guerra, uma parcela considerável de gastos base do Pentágono também está ligada ao combate ao terror, como o aumento no recrutamento de soldados e fuzileiros, o desenvolvimento de equipamentos específicos para combate nos cenários do Iraque e do Afeganistão, assistência aos veteranos, seguro de vida e pensões para as famílias de militares mortos em combate, juros, e verbas ligadas à reconstrução dos países ocupados (IEP, p. 15). Neste sentido, Wheeler afirma que em valores de 2011, os custos poderiam chegar a quase US\$2 trilhões.

| | Guerra ao Terror (A) | Gasto base (B) | Total (C) | Relação (A/C) |
|--------------|-----------------------------|-----------------------|------------------|----------------------|
| 2001 | 21 | 385 | 406 | 5,30% |
| 2002 | 21 | 421 | 442 | 4,77% |
| 2003 | 96 | 444 | 540 | 17,84% |
| 2004 | 87 | 476 | 563 | 15,50% |
| 2005 | 118 | 437 | 555 | 21,33% |
| 2006 | 130 | 466 | 596 | 21,91% |
| 2007 | 179 | 472 | 651 | 27,51% |
| 2008 | 188 | 520 | 708 | 26,61% |
| 2009 | 153 | 536 | 689 | 22,26% |
| 2010 | 156 | 548 | 704 | 22,18% |
| 2011 | 159 | 529 | 688 | 23,12% |
| Total | 1,313.0 | 5,238.7 | 6551.7 | 20,04% |

Elaboração do autor com base em Wheeler, 2011.

Conforme visto, salienta-se que a criação do *Department of Homeland Security* em 2002 também está inserida no contexto da Guerra ao Terror, de forma que parte de seu orçamento também deve ser computado como parte do “Projeto para o Novo Século Americano” levado a cabo pelos neoconservadores.

Para além do setor de defesa, o gráfico abaixo apresenta a relação receita/gastos dos últimos governos norte-americanos. Coincidentemente, todas as administrações republicanas apresentaram gastos maiores que a receita (Nixon, Ford, Reagan, Bush pai e Bush filho), mas em nenhuma a disparidade foi tão chamativa quanto à do governo W. Bush, fato que se deve não apenas à Guerra ao Terror mas também a uma série de cortes em impostos que reduziram

⁴⁹ Curiosamente, o orçamento do Pentágono proposto por Bush logo após sua eleição em 2000 previa gastos similares aos do governo Clinton, o que chama atenção devido ao seu background neoconservador que defendia o aumento dos gastos com defesa. Porém, após os ataques de 11 de setembro tais valores foram revistos e a verba anual saltou de US\$358,9 bilhões em 2000 para 708.5 em 2008 (WHEELER, 2011, p. 10).

a arrecadação do Estado e chegaram a um déficit de US\$7 trilhões. Diga-se de passagem, este foi o único episódio da história dos EUA em que o governo reduziu os impostos enquanto estava em guerra (IEP, p. 15).

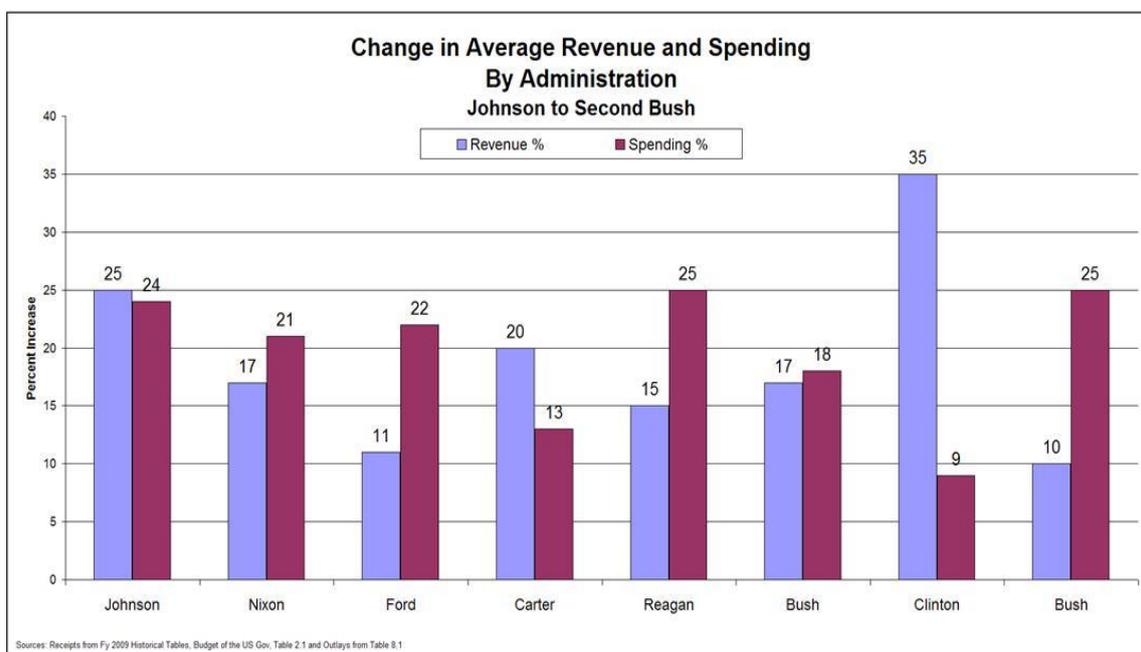


Gráfico 11. Relação receita/gastos por presidências nos Estados Unidos⁵⁰

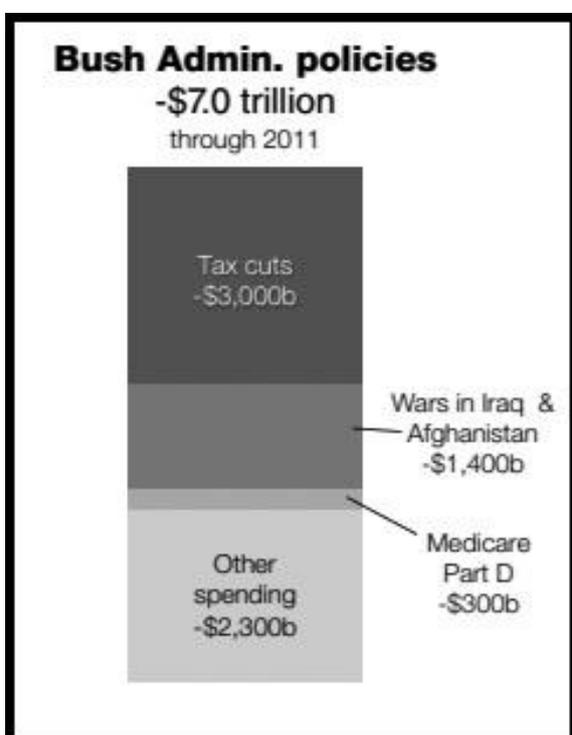


Gráfico 12. Gastos da administração George W. Bush⁵¹

⁵⁰ Fonte: US Department of Commerce: Bureau of Economic Analysis. Data de acesso: 05/09/2012.

⁵¹ Fonte: <http://www.treasury.gov>. Data de acesso: 05/09/2012.

Mantendo a tendência de endividamento público com gastos militares – amenizada em breves períodos – a dívida pública norte-americana chegou a ultrapassar 100% do PIB em 2009.

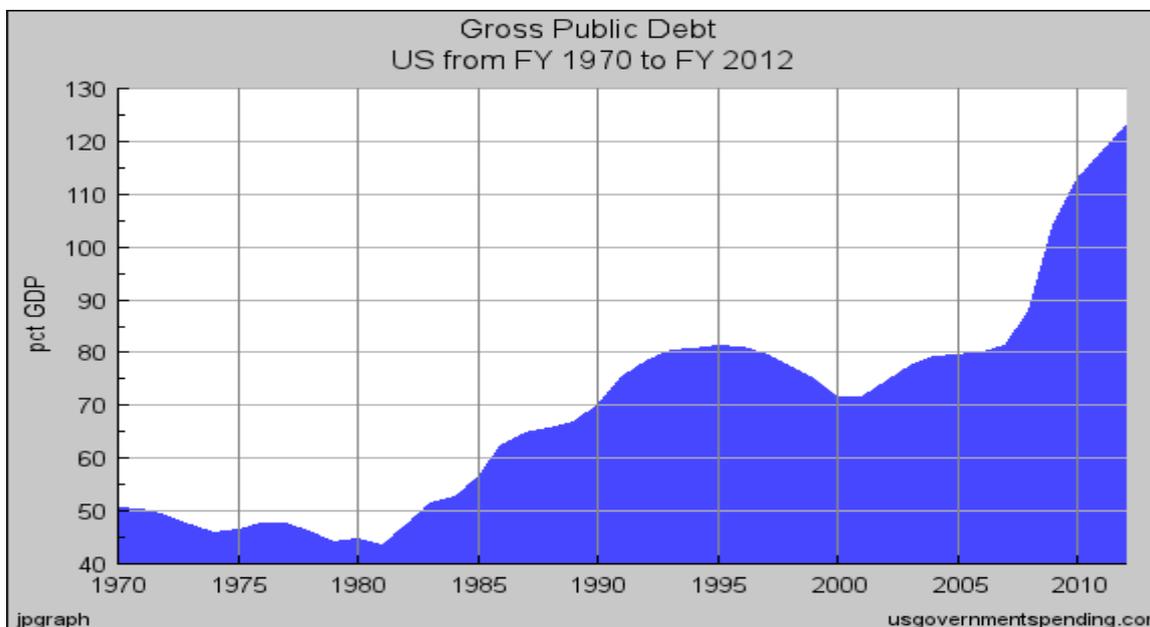


Gráfico 13. Estados Unidos: dívida pública em relação ao PIB⁵²

Para financiar as incursões militares no Grande Oriente Médio, Bush tinha quatro possibilidades e seguiu duas (ARRIGHI, 2008, p. 206-209). O presidente não optou por elevar os impostos, pois minaria sua base política e iria contra sua plataforma eleitoral; e não conseguiu fazer com que a guerra pagasse por si, posto que o petróleo iraquiano não chegou nem perto de cobrir os custos da guerra e o salto do preço desse recurso natural indexou preços de vários setores da economia norte-americana.

As duas opções seguidas foram adotar uma política monetária frouxa de emissão de moeda e tomar empréstimos no exterior, abrindo espaço para a China. Os empréstimos no exterior vieram na forma de compra de títulos públicos do Fed, e os principais credores deixaram de ser investidores privados e passaram a ser governos estrangeiros, em sua maioria do leste asiático, que ganharam influência sobre a política econômica dos EUA, tornando-a mais vulnerável a fatores externos. Tal fenômeno assemelha-se à demanda dos holandeses por capital inglês para colaborar na luta contra a França na Guerra de Sucessão Espanhola e à busca da Inglaterra por recursos financeiros norte-americanos para combater a Alemanha na Primeira Guerra Mundial.

⁵² Fonte: <http://www.usgovernmentspending.com>. Data de acesso: 05/09/2012.

A emissão desenfreada de moeda para fechar as contas do governo gerou uma desvalorização brutal do dólar (de 35% em relação ao euro e 24% em relação ao iene, de 2001 a 2004) e funcionou como um “calote *soft*” sobre os credores, uma vez que reduziu o valor de seus papéis (*idem*). Assim, o ajuste entre o dólar desvalorizado e a valorização das moedas dos países com maior superávit em transações correntes, tais como as do leste asiático, implicou, em longo prazo, na diminuição do papel do dólar como meio de pagamento internacional e moeda de reserva. Logo, este excesso de capital cobriu provisoriamente os déficits do Estado norte-americano, rolando a dívida à custa do aumento da vulnerabilidade em relação aos credores do outro lado do Pacífico.

No plano interno, o excesso de liquidez propiciado pelo Fed combinou-se com a redução da taxa de juros e a frouxidão na regulamentação e fiscalização dos bancos privados (IEP, 2011, p. 16). Com isso, em alguns anos o mercado imobiliário tornou-se o motor de uma febre especulativa que viria a explodir em 2008 com a crise das hipotecas de alto risco (*subprime*).

The Federal Reserve sought, of course, to offset the adverse effects of the war (...). It kept interest rates lower than they otherwise might have been and looked the other way as lending standards were lowered – thereby encouraging households to borrow more – and spend more. Even as interest rates were reaching records lows, Alan Greenspan, then chairman of the Federal Reserve, in effect invited households to pile on the risk as he encouraged them to take on variable rate mortgages. The low initial interest rates allowed households to borrow more against their houses, enabling America to consume well beyond its means (STIGLITZ; BILMES, 2008, p. 125-126).

Porém, Stiglitz e Bilmes ponderam que a redução da taxa de juros e a facilidade de crédito propiciados pelo governo evitaram, no curto prazo, que a economia dos EUA ficasse ainda mais enfraquecida pelos custos da Guerra ao Terror e pela consequente alta dos preços do petróleo, vista a seguir. Os gráficos abaixo apresentam, respectivamente, a expressiva redução da taxa de juros no primeiro mandato da administração Bush como tentativa – bem sucedida no curto prazo – de aquecer a economia; e a ebulição do mercado financeiro após 2003, como reflexo da expansão financeira ocorrida no final dos anos 1990 e da alta dos preços do petróleo após a invasão do Iraque.

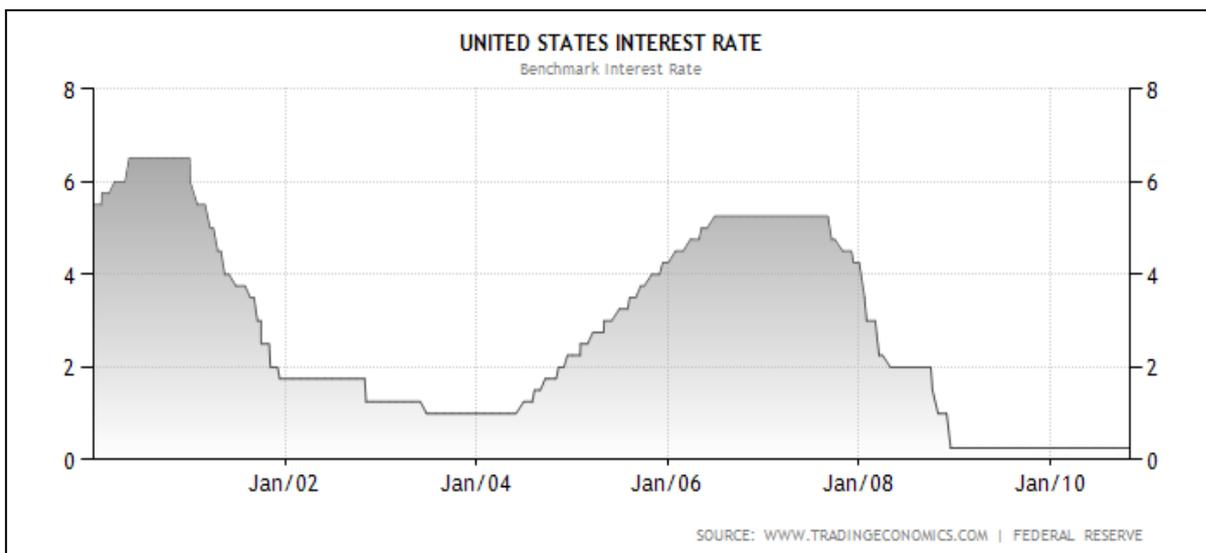


Gráfico 14. Taxa de juros nos Estados Unidos (2000-2010)⁵³

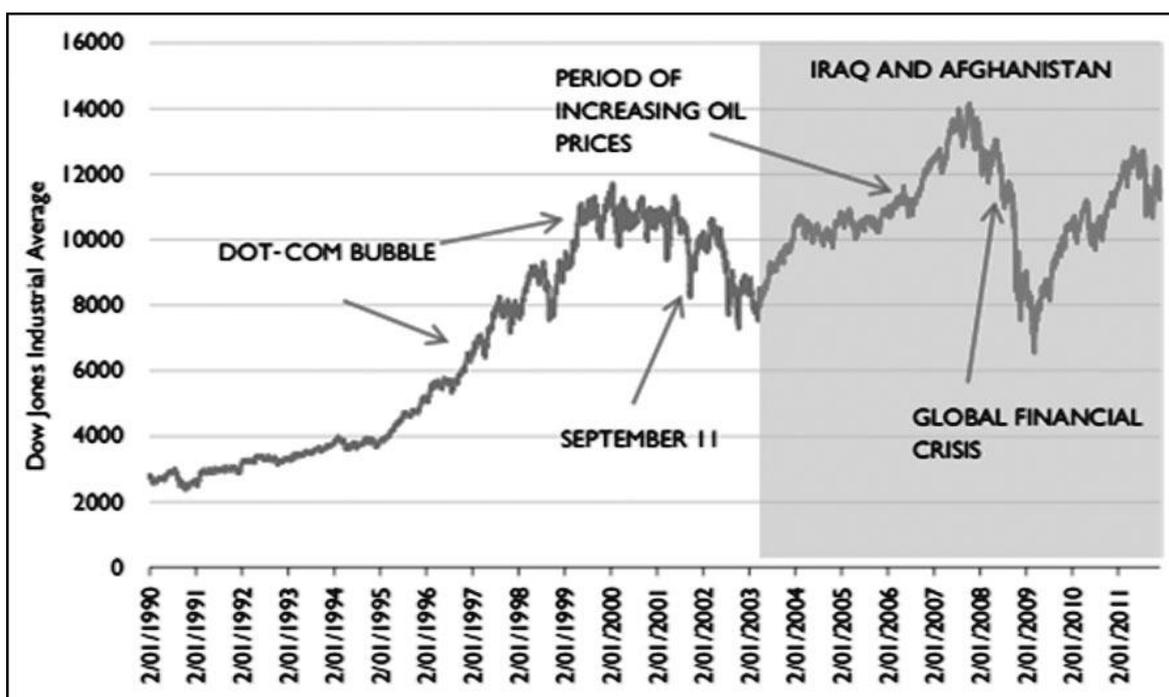


Gráfico 15. Eventos da Bolsa de Valores durante as décadas de 1990 e 2000
Fonte: Institute for Economics and Peace, 2011, p. 16.

Outros efeitos indiretos da guerra também contribuíram para fragilizar a economia norte-americana. O preço do barril de petróleo ao longo da década saltou de US\$ 29 em 2001 para US\$ 97 em 2008, gerando indexação de preços dos setores mais vulneráveis a este recurso tais como as companhias aéreas, que enfrentaram dificuldades financeiras e muitas foram à falência. Ainda que a queda de oferta devido ao furacão Katrina e a crescente

⁵³ Fonte: <http://www.tradingeconomics.com>. Data de acesso: 05/09/2012.

demanda chinesa tenham contribuído para o salto do preço do hidrocarboneto, a invasão do Iraque e a instabilidade do Oriente Médio foram as principais causas deste processo. Logo, para a economia dos EUA, extremamente dependente do petróleo, a alta de preços constituiu um fator de encarecimento e perda de competitividade – com exceção de companhias petrolíferas como a Exxon-Mobil, tidas como verdadeiras beneficiárias da guerra.

Bilmes e Stiglitz (2006, p. 21) calculam que para o padrão norte-americano de importação de petróleo (cerca de cinco bilhões de barris por ano), um aumento modesto de cinco dólares por barril se traduziria num custo extra de US\$ 25 bilhões – valor muito superior ao que seria arrecadado por impostos sobre as companhias petrolíferas, atuando ou não no Iraque. Porém, a partir de análises detalhadas e entrevistas com especialistas do mercado futuro, os autores consideram que a guerra foi responsável por um aumento de cerca de trinta e cinco dólares por barril, gerando um custo extra de cerca de US\$ 1,6 trilhão (STIGLITZ; BILMES, 2008, p. 118). Logo, preço mais alto significa menos dinheiro gasto nos outros setores da economia, de forma que os 5% a mais que as famílias norte-americanas passaram a gastar com gasolina e calefação reduziram a demanda de mercado e prejudicaram a geração de empregos no país (idem).

Os gráficos abaixo apresentam a evolução do preço do barril de petróleo com ênfase para a década de 2000 e a notória elevação dos preços de produção nos EUA após 2001, sendo plausível a relação causal entre ambos.

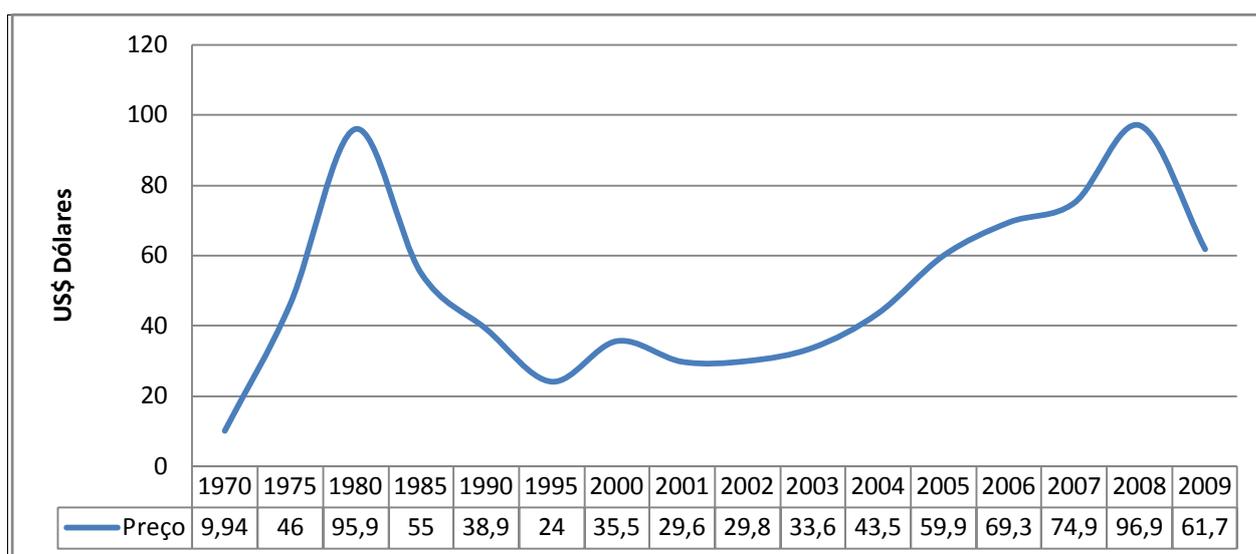


Gráfico 16. Preço do barril de petróleo (ajustado ao valor do dólar em 2009)⁵⁴

⁵⁴ Fonte: <http://chartsbin.com/view/oau>. Data de acesso: 15/11/2012.

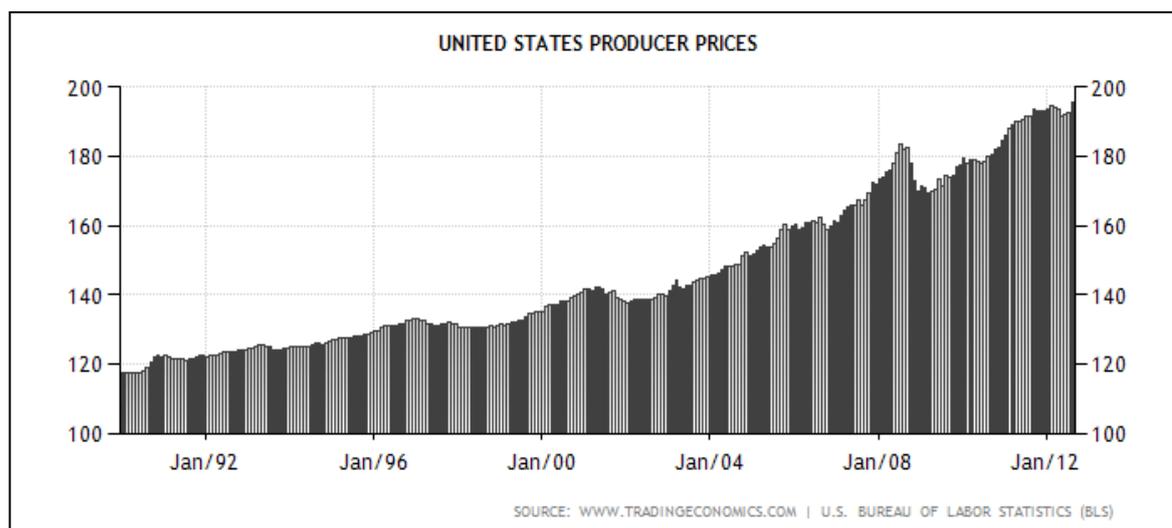


Gráfico 17. Custos de produção nos Estados Unidos⁵⁵

Outro fator levantado por Stiglitz e Bilmes (2008, p. 123) é o efeito multiplicador dos gastos do governo. Para eles, se o dinheiro investido na guerra e na reconstrução do Iraque fosse canalizado para outros setores da economia, o efeito multiplicador seria muito maior.

The money spent on Iraq could have been spent on schools, roads, or research. These investments yield high returns. It could also have been spent more productively within the Department of Veterans Affairs, in its teaching and research programs, or in expanding medical facilities (...). Expenditures on the Iraq war have no benefits of this kind. (...) As a result of *not* making these investments, future output will be smaller.

Bilmes e Stiglitz (2006) também apontam para a sensação de insegurança como inibidora de negócios. O terror causado pelos ataques terroristas em Nova York, Madri e Londres ao longo da década, bem como a frequente oscilação da escala de “ameaça de terrorismo” pelo *department of homeland security* e as barreiras de segurança e de fronteira na circulação de pessoas, bens e serviços, tenderam a afetar negativamente o ambiente de negócios nos EUA. Ademais, impactos políticos internos também foram sentidos em outros programas e setores de atuação do governo, com a deterioração dos serviços de saúde e educação pública (FLYNN, 2008).

Em resumo, Stiglitz e Bilmes (2008, p. 127) fazem um exercício contrafactual para concluir que a Guerra ao Terror trouxe consequências desastrosas para a economia dos EUA.

There is, however, little doubt that had the economy been stronger as a result of lower oil prices and patterns of expenditures that stimulated the economy more, the Fed would not have lowered interest rates as much and gone to such extremes to

⁵⁵ O índice de preços de produção nos EUA calcula a variação média nos preços de bens e serviços ofertados por produtores no mercado atacadista em um dado período. Fonte: <http://www.tradingeconomics.com/united-states/indicators>. Data de acesso: 15/11/2012.

encourage debt-financed consumption. And with a smaller mountain of debt, the American economy would have been in a better position to face the challenges of the future.

Não obstante, essas fragilidades dos EUA foram amenizadas pela interdependência com a China, cada vez mais equilibrada e apelidada de “relação siamesa” (PINTO, 2011). Ao contrário das transições hegemônicas do passado, em que houve uma inversão total de vulnerabilidades, defende-se que a atual interdependência sino-americana provocou sim uma redução de assimetrias entre os dois países, mas uma redução que, nos anos 2000, significou a dependência mútua em termos equilibrados no que se pode chamar de *Mutual Assured Destruction of Economy* ou destruição econômica mútua assegurada.

4.3.2 Os ganhos relativos da China e a nova interdependência sino-americana

Se EUA e China aprofundaram laços econômicos nos anos 1990, a década seguinte ficou marcada por uma interdependência vital entre ambos, criando um outro tipo de MAD (ou destruição mútua assegurada) – a chamada MADE (ou destruição econômica mútua assegurada) que vincula as vulnerabilidades econômicas de ambos os países. A grande diferença é que a antiga MAD entre os EUA e a União Soviética era definida em termos de capacidades militares, o “equilíbrio do terror”, enquanto que na atual MADE, também chamada de “equilíbrio do terror financeiro” (DORN, 2008, p. 154), a vulnerabilidade é medida em termos econômicos e seus impactos são tanto político-militares quanto propriamente econômicos.

Os elos de conexão econômica entre EUA e China na última década apresentaram um altíssimo grau de complexidade que envolveu os setores produtivo, comercial e financeiro. Na esfera comercial, é possível identificar quatro indicadores simultâneos (PINTO, 2011, p. 33): i) aumento da corrente de comércio bilateral acima da corrente mundial; ii) elevação do déficit comercial dos EUA com a China; iii) aumento da parcela das exportações de produtos de baixo valor agregado dos EUA para a China, especialmente de produtos não industriais; e iv) expansão explosiva da participação de produtos de maior valor agregado das exportações da China para os EUA.

Entre os fatores que explicam a crescente participação da China no comércio mundial estão a política cambial de desvalorização da moeda, os baixos custos de produção e o acesso à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 (idem, p. 36). Ainda que os benefícios do *status* de país em desenvolvimento tenham sido apenas parcialmente conferidos à China no

âmbito da OMC, especialistas afirmam que o PCC tem se esforçado para promover um ambiente institucional mais aberto e voltado para o cumprimento dos compromissos assumidos. Porém, esses mesmos especialistas reconhecem que a China mantém uma série de mecanismos que privilegiam e protegem os agentes econômicos nacionais e distorcem os preços de mercado (idem, p. 37).

O comércio bilateral EUA-China apresentou mudanças qualitativas na última década. A maior parte das exportações norte-americanas para a China continua a ser de produtos industriais de média e alta intensidade tecnológica, (cerca de 58% entre 2005 e 2009). Mas em termos relativos, houve uma tendência de aumento das exportações de produtos não industriais (*commodities* primárias) em detrimento de produtos de maior valor agregado. Entre 1990-1994 e 2005-2009 a exportação das *commodities* primárias dos EUA para a China passou de 16,8% a 26,8% do valor total, enquanto que os produtos industrializados sofreram uma queda de 74,6% para 66,6% no mesmo período (idem, p. 34).

A evolução da sofisticação tecnológica fez com que as exportações da China para os EUA seguissem o caminho inverso. Entre 1990-1994 e 2005-2009, os produtos de média e alta intensidade tecnológica foram responsáveis por um salto de 28,8% para 53,9% do valor total das exportações para os EUA enquanto que a exportação de recursos naturais sofreu uma queda de 57,7% para 31,3% no mesmo período (idem, p. 39).

O déficit comercial dos EUA com a China, entre 2000 e 2008, elevou-se em 219% (de US\$ 84 bilhões para US\$ 268 bilhões), fato que acompanhou a tendência de elevação do déficit comercial dos EUA com o resto do mundo. Já a China apresentou uma balança comercial equilibrada ao longo da década, com pequenos déficits até 2005 e crescentes superávits até 2008. Os gráficos abaixo apresentam o saldo comercial dos EUA com o mundo e com a China, respectivamente.

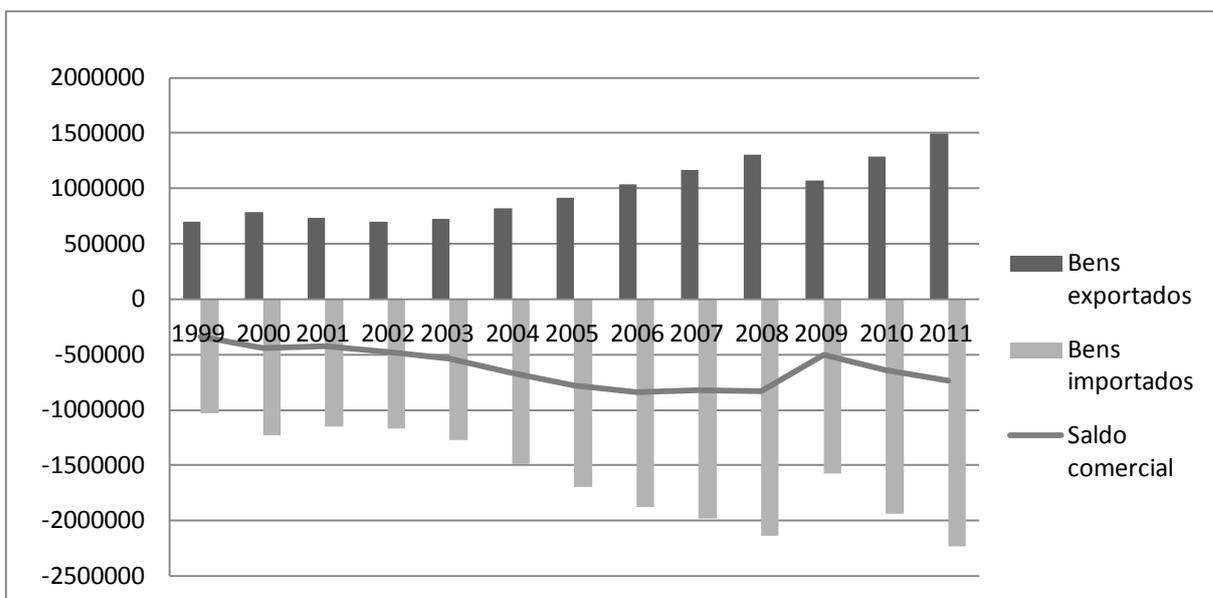


Gráfico 18. Balança comercial dos EUA com o mundo (em milhões de dólares)

Elaboração do autor com base em dados do Bureau of Economic Analysis⁵⁶

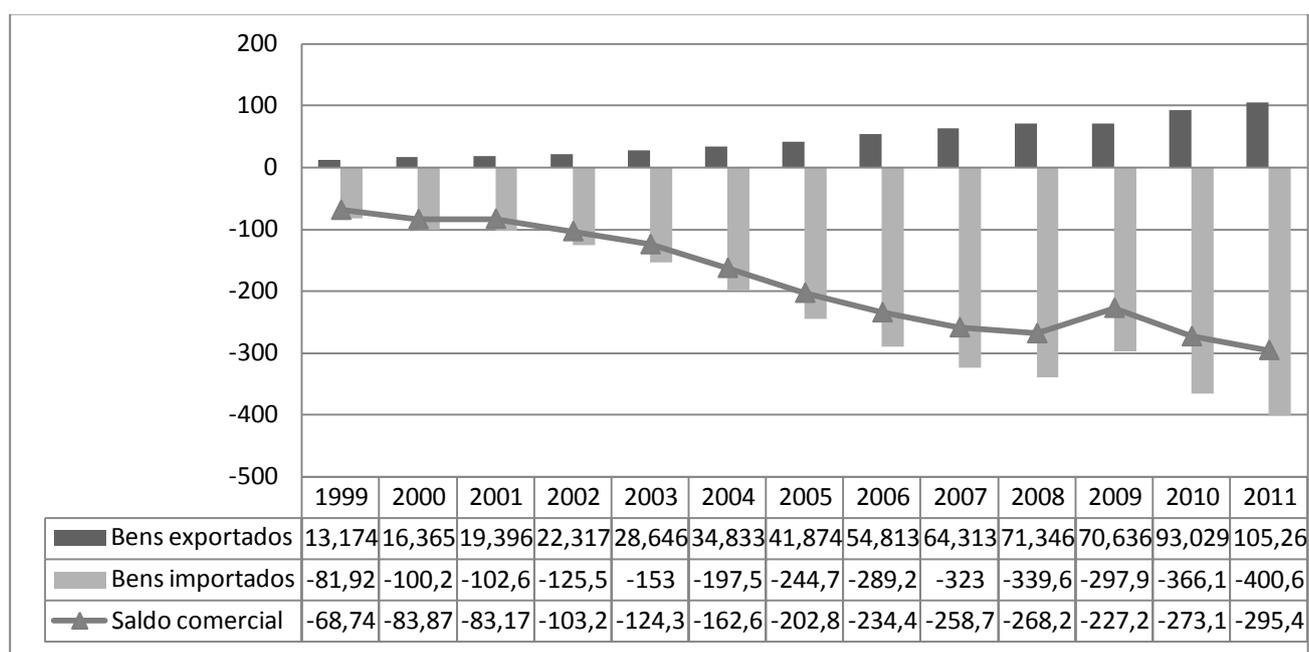


Gráfico 19. Balança comercial dos EUA com a China (em milhões de dólares)

Elaboração do autor com base em dados do Bureau of Economic Analysis⁵⁷

À primeira vista esses dados podem significar uma perda de competitividade dos EUA diante das exportações da China que, por sua vez, estaria reduzindo sua vulnerabilidade frente aos produtos norte-americanos de alto valor agregado. Porém, o superávit comercial chinês

⁵⁶ Fonte: <http://www.bea.gov>. Data de acesso:15/11/2012.

⁵⁷ Fonte: <http://www.bea.gov>. Data de acesso:15/11/2012.

com os EUA – visto isoladamente como um ganho relativo para o país asiático – ao ser posto sob a perspectiva das esferas produtiva e financeira demonstra que as vulnerabilidades se tornaram mútuas e cada vez menos assimétricas.

Através de dois principais circuitos de produção fomentados a partir da abertura nos anos 1970, a China tornou-se, nos anos 2000, o “centro global de montagem e produção de manufatura” (PINTO, 2011, p. 47). O primeiro circuito está associado à entrada de investimento externo direto na China, seja voltado para as exportações ou para o mercado interno e, conforme visto, historicamente os países da Ásia Oriental tiveram uma participação muito maior deste tipo de investimento na China do que os EUA.

Já o segundo circuito, referente ao processo de “deslocalização”, “desverticalização” ou ainda “subcontratação” das redes produtivas, deixa clara a crescente interdependência sino-americana. Inúmeros estudos (DEDRICK et. al, 2008) apontam para a importância das grandes empresas de *brand* dos EUA, especialmente as de eletrônica, no controle/coordenação do processo produtivo global, garantindo maior realização de valor para as matrizes norte-americanas. Dedrick et. al. (2008) demonstram como as inovações no *design* e no conceito do iPod garantem à Apple a maior parcela de captura de valor na cadeia produtiva, enquanto que empresas japonesas e coreanas capturam parcela significativa de valor e as empresas chinesas capturam um valor muito pequeno da cadeia global do produto (PINTO, 2011, p. 51). Desta forma, uma parte considerável do déficit comercial dos EUA com a China é compensado com os lucros de empresas norte-americanas obtidos na realização de valor do produto final em mercados globais.

Essa é uma típica relação de interdependência de ganhos mútuos, pelo menos no curto prazo. Para a economia norte-americana, o aumento da produtividade chinesa de bens intensivos em tecnologia garante o acesso a produtos de qualidade a preços baixos (DIEGUES, sd, p. 4) – pressionando para baixo a inflação de custos de produção nos EUA, elevada pela alta do preço do petróleo na última década. Já para a China, tanto o IED quanto a subcontratação mobilizam uma série de tecnologias que, com o incentivo da política industrial do governo, acabam de uma forma ou de outra sendo incorporadas por empresas de capital chinês. Neste sentido, foram estabelecidas dezenas de zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico que passaram a receber massivos investimentos do governo em infraestrutura e em parques industriais de alta tecnologia (MEDEIROS, 2006, p. 388). Portanto, ainda que desse processo derivem constantes reclamações dos EUA quanto a violações de propriedade intelectual e a práticas de *dumping* por parte da China, a acoplagem produtiva tem se revelado profícua para ambos os lados.

(...) in our group of products, only China-based Lenovo retains some final assembly, while HP and Apple outsource all manufacturing. While outsourcing is not universal throughout the electronics industry—Motorola and Nokia, for example, retain some final assembly, as do most of the major Japanese electronics companies — for the most part, manufacturing has become a generic complementary asset, in the sense that the manufacturing equipment can be converted from one product line to another with relative ease (DEDRICK et al. 2008, p. 23).

Mas é no “terceiro andar” da economia-mundo, ou seja, na esfera das finanças, que a relação sino-americana tornou-se verdadeiramente intrincada, pois é o amálgama da interdependência produtiva e comercial em questão. Devido a uma série de fatores que incluem a Guerra ao Terror, a última década nos EUA acentuou um estilo de vida em que as famílias gastam e consomem muito mais do que ganham, o Estado gasta muito mais do que arrecada e as empresas manufactureiras, que perdem competitividade e empregos para a Ásia Oriental, passam a depender da variação de suas ações no mercado financeiro para garantir taxas de lucro aceitáveis.

Logo, o estilo “deficitário” das famílias e do Estado norte-americano, que prevalece desde os anos 1970 e foi acentuado pela Guerra ao Terror, encontrou na China do século XXI seu principal fiador. O caráter poupador da sociedade chinesa e o desenvolvimentismo baseado em exportações têm garantido ao Estado chinês amplas reservas líquidas em moedas estrangeiras, que acabam retornando aos EUA na compra dos títulos públicos, financiando tanto os déficits do governo quanto o consumo (de produtos chineses) das famílias norte-americanas. Para Wallerstein (2012),

Na situação em que o mundo se encontra hoje, a China tem um superávit significativo no balanço de pagamentos com os Estados Unidos. Mas investe muito deste saldo nos próprios títulos do Tesouro norte-americano, o que permite a Washington continuar a investir grandes recursos em suas múltiplas atividades militares no mundo todo (principalmente no Oriente Médio), assim como ser um bom consumidor de exportações chinesas.

Já Nye, afirma que nenhum dos lados tem pressa em romper a (nova) simetria de vulnerabilidades, pois:

Os Estados Unidos aceitam importações da China e a China retém os dólares e títulos americanos, na verdade fazendo um empréstimo aos Estados Unidos. Embora a China possa ameaçar vender suas retenções de dólares e prejudicar a economia americana, a economia americana enfraquecida significaria um mercado menor para as exportações chinesas, e o governo americano poderia reagir com tarifas contras as mercadorias chinesas (NYE, 2009, p. 256).

As tabelas abaixo demonstram o aumento da importância da China como credor da dívida pública dos EUA. Em dezembro de 2011 os títulos em mãos chinesas chegavam a cerca de US\$ 1,1 trilhão de dólares e, relevada a oscilação mensal, desde 2009 a China detém cerca de 8% do valor total da dívida americana. Já em relação ao total da dívida controlado por estrangeiros (cerca de US\$ 5 trilhões ou 1/3 do total da dívida em 2011), a China sozinha responde por algo em torno de 25%, se destacando ao lado do Japão, com cerca de 20%.

Tabela 4. Principais detentores dos títulos do tesouro americano (em US\$ bilhões)

| | China | Japão | Exp. Petróleo | Brasil | BC's do Caribe | Taiwan | Total estrangeiros | Dívida pública total |
|-------------|--------------|--------------|--------------------------|---------------|---------------------------|---------------|-------------------------------|---------------------------------|
| 2000 | 60.3 | 317.7 | 47.7 | | 37.4 | 33.4 | 1015.2 | |
| 2001 | 78.6 | 317.9 | 46.8 | | 27.6 | 35.3 | 1040.1 | |
| 2002 | 118.4 | 378.1 | 49.6 | 12.7 | 50.3 | 37.4 | 1235.6 | 6405.7 |
| 2003 | 159.0 | 550.8 | 42.6 | 11.8 | 47.3 | 50.9 | 1523.1 | 6998.0 |
| 2004 | 222.9 | 689.9 | 62.1 | 15.2 | 51.1 | 67.9 | 1849.3 | 7596.1 |
| 2005 | 310.0 | 670.0 | 78.2 | 28.7 | 77.2 | 68.1 | 2033.9 | 8170.4 |
| 2006 | 396.9 | 622.9 | 110.2 | 52.1 | 72.3 | 59.4 | 2103.1 | 8680.2 |
| 2007 | 477.6 | 581.2 | 137.9 | 129.9 | 116.4 | 38.2 | 2353.2 | 9229.2 |
| 2008 | 727.4 | 626.0 | 186.2 | 127.0 | 197.9 | 71.8 | 3077.2 | 10699.8 |
| 2009 | 894.8 | 765.7 | 201.1 | 169.2 | 128.2 | 116.5 | 3685.1 | 12331.3 |
| 2010 | 1160.1 | 882.3 | 211.9 | 186.1 | 168.4 | 155.1 | 4435.6 | 14025.2 |
| 2011 | 1151.9 | 1058.0 | 258.3 | 226.9 | 226.0 | 177.3 | 4996.4 | 15222.8 |

Elaboração do autor com base em dados do US Treasury⁵⁸

⁵⁸ Fonte: <http://www.treasury.gov/resource-center/data-chart-center/>. Data de acesso: 13/11/2012.

| Tabela 5. Parcela da China no total de credores estrangeiros e no total da dívida pública total EUA (%) | | |
|--|--------------------|----------------------|
| | Total estrangeiros | Dívida pública total |
| 2000 | 5.93 | |
| 2001 | 7.55 | |
| 2002 | 9.58 | 1.84 |
| 2003 | 10.43 | 2.27 |
| 2004 | 12.38 | 2.93 |
| 2005 | 15.24 | 3.79 |
| 2006 | 18.87 | 4.57 |
| 2007 | 20.29 | 5.17 |
| 2008 | 23.63 | 6.79 |
| 2009 | 24.28 | 7.25 |
| 2010 | 26.15 | 8.27 |
| 2011 | 23.05 | 7.56 |

Elaboração do autor com base em dados do US Treasury.⁵⁹

A participação da China na dívida dos EUA representa um ganho de poder potencial. Desde sua abertura, a China esteve dependente/vulnerável ao consumo dos norte-americanos e, conforme atesta Hung (2009, p. 22), esta relação se mantém até hoje. Porém, até os anos 2000, as famílias e o governo norte-americano podiam se endividar e manter um alto padrão de consumo sem recorrer a empréstimos da China: hoje, a economia dos EUA não funciona sem o crédito deste país, uma vez que a aquisição dos títulos denominados em dólar pela autoridade chinesa contribui fortemente para a manutenção de baixas taxas de juros nos EUA (DIEGUES, P. 4) e facilita o acesso ao crédito (e ao endividamento) do Estado e das famílias.

Em contrapartida, o superávit comercial da China com os EUA e, por conseguinte, o próprio modelo de desenvolvimento chinês voltado para as exportações, aprofundou sua vulnerabilidade em relação ao consumo norte-americano. Ainda que a China não dependa de capitais produtivos do *hegemon* na escala que os emergentes associados do passado dependeram em suas fases de ascensão, ela aprofundou sua vulnerabilidade em relação aos EUA no outro extremo da cadeia produtiva: no consumo. Ademais, a expansão do consumo de bens de luxo na própria China tem se tornado um mercado atraente para empresas norte-americanas, mas o estudo desse fenômeno além de reforçar a tese da mútua dependência nos levaria a rumos que fugiriam do escopo da pesquisa.

⁵⁹ Fonte: <http://www.treasury.gov/resource-center/data-chart-center/>. Data de acesso: 13/11/2012.

Desta forma, fecha-se o ciclo da interdependência pouco assimétrica entre EUA e China, iniciado nos anos 1970 e 1980, intensificado nos anos 1990 e definitivamente acelerado nos anos 2000 com a Guerra ao Terror. Os custos deste engajamento militar tornaram a economia dos EUA menos competitiva, mais dependente de produtos de médio a alto valor agregado exportados pela China e mais vulnerável à vontade política do governo chinês, que passou a controlar parcelas consideráveis da dívida pública norte-americana.

Para a China, o modelo de desenvolvimento voltado para as exportações acentuou as diferenças internas de renda e tornou-se dependente do “estilo de vida” do governo e das famílias norte-americanas, sendo impelido a reverter boa parte dos lucros de exportação em títulos do Fed. E numa relação retroalimentadora, a aquisição desses títulos geram uma desvalorização do yuan frente ao dólar, fato que estimula ainda mais a competitividade das exportações chinesas.

Portanto, retomando os conceitos de Arrighi percebe-se a relação entre as duas formas de concentração de capital na *Belle Époque* hegemônica: na economia do *hegemon* (os EUA) há uma aceleração da expansão financeira sob a roupagem da “virtualização” dos lucros das empresas e do endividamento do Estado e das famílias; e na economia do emergente associado (a China) há um processo de expansão material que se não está tão fortemente ligado à reciclagem do capital “encalhado” na hegemonia, sem dúvida está vinculado à reciclagem do crédito nos EUA para garantir o consumo das exportações chinesas.

Os rumos dessa interdependência pouco assimétrica são incertos. Para sair menos vulnerável, os prospectos da China são melhores do que os dos EUA. Enquanto nos últimos anos o governo chinês tem buscado expandir o leque de parceiros comerciais, fomentar o mercado interno e ampliar as possibilidades de investimento e reprodução dos recursos naturais, o governo Obama continua a incentivar o crédito a longo prazo, resgatar títulos podres de bancos privados e pouco reduz os gastos com defesa e guerra. Durante os debates eleitorais para a corrida presidencial nos EUA em 2012, Obama mostrou-se um candidato mais lúcido e com uma visão mais sofisticada dos interesses norte-americanos, ganhando o direito a permanecer por mais quatro anos na Casa Branca. Mas diante de uma conjuntura econômica desfavorável e de um parlamento dividido, pouco se pode esperar do poder executivo para evitar o aumento da vulnerabilidade dos EUA frente a forças externas como a China.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário do que pode parecer, os objetos deste trabalho não são as economias dos EUA ou da China. Nossa proposta consistiu em colocar em perspectiva histórica uma relação específica, a interação entre a potência ascendente e a declinante no sistema-mundo moderno que, por meio do método da comparação incorporada utilizada por Arrighi, apresenta padrões e singularidades valiosos para a compreensão do presente. E somente a partir da análise criteriosa do passado tornou-se possível lançar luz à intrincada interdependência atual entre EUA e China.

As mudanças conjunturais dos EUA e da China, colocadas em perspectiva histórica, trouxeram algumas descobertas interessantes. Os EUA têm se caracterizado como uma hegemonia em declínio em franco processo de expansão financeira; e a China caracteriza-se como uma potência emergente cuja expansão material está vinculada à economia da hegemonia em declínio. Sempre enfatizando que o resultado desses processos não tende a uma transição hegemônica nos moldes do passado, vimos que até os anos 1990 o crescimento da China era muito mais dependente do consumo dos EUA do que este país dependia das exportações e do crédito oriundos do país asiático. Porém, em termos relativos, entre 1979 e 2000 essa assimetria de vulnerabilidades tendeu a diminuir. À medida que a economia norte-americana imergia no sorvedouro da expansão financeira, típico da *Belle Époque* do final da hegemonia inglesa, e suas indústrias perdiam competitividade para as manufaturas na Ásia Oriental, a China galgava posições ao tornar-se um duplo polo na cadeia produtiva na região (e no mundo).

Ao analisar a ascensão dos EUA no século XIX e a ascensão da China no século XX descobrimos que ambos os países viveram uma sequência de duas rupturas internas que viabilizaram seus movimentos rumo ao centro orgânico da economia-mundo capitalista. É claro que os EUA tornaram-se a hegemonia mundial no século XX e a China enfrenta ainda uma série de desafios para, se muito, tornar-se uma economia do centro orgânico da economia-mundo e deixar para trás as características de país periférico ou semiperiférico. Mas não se pode negar que os avanços da China têm empurrado o país nessa direção.

Nesse sentido, a Guerra de Independência dos EUA e a Revolução Chinesa assim como a Guerra de Secessão americana e a Revolução Cultural com a subsequente transição da Era Mao para a liderança de Deng Xiaoping nos anos 1960 e 1970 guardam interessantes correspondências. Conforme visto, a primeira ruptura foi de cunho essencialmente político nos dois países, garantiu a soberania *de fato* e/ou *de jure* e estabeleceu as bases do jogo

político interno. A segunda ruptura foi principalmente de cunho econômico e sedimentou as bases de inserção dessas nações na economia-mundo. A grande diferença é que nos EUA a Guerra de Secessão eliminou a tensão a respeito do protecionismo e enalteceu a participação da “mão visível” do Estado na economia, enquanto na China o Estado diminuiu, passando mais para uma posição de supervisão da economia se comparada ao modelo maoista influenciado pelo stalinismo soviético que prevalecera nos anos anteriores.

De qualquer maneira, após a segunda ruptura ambos os países aprofundaram sua interdependência econômica com o *hegemon* da época (os EUA com a Inglaterra e a China com os EUA). E mais do que aprofundar os laços, conseguiram reduzir as assimetrias em termos relativos, ou seja, ficaram mais sensíveis, porém menos vulneráveis ao *hegemon*. E esse processo ocorreu em duas fases: a primeira gradual e a segunda mais acelerada em decorrência dos gastos militares da hegemonia em seu conflito com forças revisionistas.

Com a transição de poder no PCC nos anos 1970, a China de Deng entrou no caminho da expansão material vinculada ao *hegemon* de sua época. Descobrimos que tal processo apresenta uma similaridade e uma diferença em relação à ascensão hegemônica dos EUA (1865-1945). Em comum, ambos criaram mecanismos de reciclagem de capitais financeiros em riqueza material por meio de inovações na aliança entre capital e Estado. Enquanto os EUA inovaram na formação de grandes corporações verticalmente integradas, a China “pegou carona” e ampliou o modelo de desenvolvimento asiático voltado para as exportações, consolidado pelas redes informais de subcontratação e liderado pelo Japão até os anos 1980.

Já a característica divergente está no tipo e no grau de vulnerabilidade que EUA e China apresentaram em relação à hegemonia de suas respectivas épocas. Até a Primeira Guerra Mundial, o Estado norte-americano e as indústrias nascentes nesse país eram muito dependentes de investimentos e empréstimos ingleses, de forma que os EUA acabaram por reciclar o excesso de capitais financeiros “encalhados” em Londres. Em contrapartida, vimos que boa parte do capital reciclado nas ZEEs não veio da hegemonia em processo de expansão financeira, mas da própria diáspora chinesa espalhada pela Ásia, destacando-se os investimentos de Hong Kong e Taiwan. Logo, a dependência de investimentos que os EUA tinham com a Inglaterra no século XIX e começo do século XX não se repetiu literalmente com a China em relação aos EUA no final do século XX.

Porém, enquanto o público-alvo das corporações norte-americanas era o próprio mercado doméstico (a chamada “sociedade de consumo em massa”), o mesmo não se pode dizer ainda das empresas instaladas nas ZEEs chinesas, que até hoje dependem de altos níveis de consumo nos EUA e em outros países desenvolvidos. Assim, podemos afirmar que

enquanto os “emergentes associados” do passado estiveram dependentes de investimentos da economia hegemônica nos setores produtivos, a economia chinesa esteve (e ainda está) dependente da economia do *hegemon* no outro extremo da cadeia produtiva: no consumo.

Com relação ao papel da guerra para a interdependência “hegemonia em declínio – emergente associado” é possível também afirmar que o caso atual diverge parcialmente dos exemplos do passado. Nas transições “Holanda-Inglaterra” e “Inglaterra-EUA”, os gastos com defesa da hegemonia em declínio precipitaram uma *inversão total* nas vulnerabilidades, de forma que o emergente associado não apenas reduziu as assimetrias em relação à hegemonia como se tornou o lado menos vulnerável em termos relativos. Já no caso “EUA-China”, a Guerra ao Terror provocou sim uma redução de assimetrias, mas, ao invés de ocorrer uma inversão total em que a China passaria para o lado menos vulnerável, os dois países criaram uma relação de *dependências mútuas em termos equilibrados*, também chamado de “destruição econômica mútua assegurada”.

Foi também apresentado que a sociedade norte-americana é movida por conflitos estruturantes, que afetam diretamente a política externa do país. A ascensão dos neoconservadores e a Guerra ao Terror por eles empreendida não destoam dessa direção. A questão que se levantou foi a das conjunturas em que as inúmeras guerras dos EUA foram travadas. Durante a ascensão e a plena expansão hegemônica, os gastos militares criaram um ciclo virtuoso de “guerra/bem estar social”, mas desde a Guerra do Vietnã, passando pelo programa “Guerra nas Estrelas” de Reagan e chegando à Guerra ao Terror, os gastos com defesa do governo norte-americano sobrecarregaram um modelo de sociedade e Estado deficitários, ao qual se juntaram as empresas norte-americanas no *boom* financeiro da *Belle Époque* na década de 1990.

Desta forma, confirmou-se parcialmente a tese de que a China tem sido a vencedora indireta da Guerra ao Terror, na posição de *tertius gaudens*. Ainda que a assimetria de vulnerabilidades com os EUA não tenha se invertido ela foi, de fato, transformada numa relação de dependências mútuas em termos equilibrados. Isso decorreu da própria deterioração da economia norte-americana em função da Guerra ao Terror – corroborando a hipótese secundária exposta na introdução. Se a década de 1990 já apresentava índices crescentes de financeirização e desigualdade de renda, as ações do governo Bush nos anos 2000 aceleraram a crise. Ao cortar impostos e elevar os gastos do governo com as incursões no Afeganistão e no Iraque, o presidente praticamente dobrou a dívida pública do país e provocou uma série de efeitos colaterais na economia como o aumento do preço do petróleo, a alta dos custos de produção e a perda de competitividade da indústria nacional. Os dados

trazidos por Stiglitz e Bilmes confirmaram a relação entre a guerra e o aumento de cerca de trinta e cinco dólares do preço do barril de petróleo na última década. É perceptível a importância desse aumento para a elevação dos custos de produção nos EUA e a consequente perda de competitividade da indústria deste país.

Ademais, a emissão desenfreada de moeda para fechar as contas do governo provocou uma desvalorização brutal do dólar e o enfraqueceu como meio de pagamento internacional e moeda de reserva. Na esfera das finanças, a redução da taxa de juros visando aquecer a economia estimulou a febre especulativa da bolha imobiliária do *subprime* que explodiria em 2008. Por fim, além da emissão desenfreada de moeda e da redução da taxa de juros, o governo se viu obrigado a buscar empréstimos no exterior para financiar a guerra, fechando assim o ciclo da interdependência sino-americana que passou a abranger os setores de produção, comércio e finanças.

A hipótese principal deste estudo foi, portanto, comprovada a partir da análise da crescente interdependência econômica entre EUA e China. Por fim, a esfera das altas finanças tornou-se o amálgama da intrincada interdependência comercial e produtiva entre os dois países. Para arcar com os custos da guerra, o governo dos EUA foi obrigado a endividar-se e buscar empréstimos no exterior, tendo no Japão e na China seus principais credores. Em 2008 a China passou o Japão como país estrangeiro com maior posse dos títulos públicos do Fed, controlando de 6% a 8% do total e respondendo por cerca de 25% do total de títulos em posse de credores estrangeiros. Assim, devido à busca do governo dos EUA por credores estrangeiros, a *mútua dependência em níveis equilibrados* com a China tornou-se um jogo de soma positiva na década de 2000. Para os EUA, a entrada de dólares com a venda de títulos públicos contribuiu fortemente para a manutenção de baixas taxas de juros e facilitou o acesso ao crédito (e ao endividamento) do Estado e das famílias. Se até os anos 1990 as famílias e o governo norte-americano podiam se endividar e manter um alto padrão de consumo sem recorrer a empréstimos da China, hoje a economia dos EUA não funciona sem o crédito chinês e nos termos de Nye, conclui-se que os EUA tornaram-se mais vulneráveis à China devido à Guerra ao Terror.

Entretanto, o modelo de desenvolvimento chinês voltado para as exportações aumentou não apenas as desigualdades internas entre as regiões costeiras e o interior, mas aprofundou sua vulnerabilidade em relação ao mercado consumidor dos EUA. A aquisição dos títulos públicos do Fed pela China beneficiou não apenas os EUA, que puderam continuar com seu estilo de vida além de seus próprios meios, mas garantiu que os norte-americanos continuassem a ter crédito para consumir em larga escala as exportações chinesas. Ademais,

ao retirar dólares de circulação e trocá-los por papéis da dívida dos EUA, a China provocou uma desvalorização do yuan frente à moeda norte-americana e, conseqüentemente, enraizou ainda mais o seu modelo de desenvolvimento ao elevar a competitividade de suas exportações.

Desde a abertura econômica nos anos 1970 o crescimento chinês dependeu do consumo dos norte-americanos e após 2001 essa relação não se extinguiu, pelo contrário, se aprofundou. Nos termos de Nye, diríamos que a China tornou-se mais dependente da “prosperidade econômica” dos EUA de forma geral, e do poder aquisitivo dos norte-americanos de forma específica. Mas em perspectiva histórica, se essa vulnerabilidade foi uma constante para o desenvolvimento chinês, a fragilização dos EUA com a Guerra ao Terror tornou-se um contrapeso capaz de equilibrar a interação entre os dois países. Mais do que isso, tornou-se a garantia de que uma confrontação geopolítica entre ambos funcionaria como a destruição econômica mútua assegurada, ou seja, uma situação em que os custos superariam em muito os benefícios, semelhante ao equilíbrio do terror entre EUA e URSS durante a Guerra Fria.

Portanto, a hipótese principal deste trabalho foi verificada a partir da hipótese secundária. Demonstrou-se que a Guerra ao Terror trouxe pesados custos para a base econômica da hegemonia dos EUA e, a partir disso, conclui-se que esses custos se traduziram em ganhos relativos para a potência emergente (a China), cujo desenvolvimento esteve vinculado ao padrão de consumo norte-americano.

Ao contrário do padrão histórico, que apresenta uma inversão total de vulnerabilidades entre o *hegemon* e o emergente associado, a atual *dependência mútua em termos equilibrados* entre EUA e China mostra que o sistema-mundo moderno não está propenso a uma nova transição hegemônica nos moldes do passado. Os rumos do sistema e da própria relação sino-americana são incertos e vão muito além da nossa problemática, mas a análise a que nos propusemos demonstrou que, embora os EUA estejam longe de serem substituídos como a potência mais relevante do sistema, a Guerra ao Terror não apenas acelerou o declínio do longo século norte-americano como foi um dos fatores responsáveis pela interdependência cada vez menos assimétrica entre EUA e China.

Entre a singularidade do presente e a similaridade com o passado, permanece o desafio para os cientistas sociais de compreender uma relação tão complexa como a sino-americana diante dos processos conjunturais das últimas quatro décadas e dos fatos concretos desse novo século XXI.

REFERÊNCIAS

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ABI-SAD, Sergio Caldas Mercador. **A potência do dragão: a estratégia diplomática da China**. Brasília: UnB, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

_____. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

AMORIM, Renato. **A estratégia chinesa**. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz C (org.) *Depois da crise: a China no centro do mundo?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

ARRUDA, José Jobson de A. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

AUGELLI, Enrico; MURPHY, Craig N. **Gramsci e as Relações Internacionais: uma perspectiva geral com exemplos da política recente dos Estados Unidos no Terceiro Mundo**. In: GILL, Stephen (org). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

BACEVICH, Andrew J. **Washington rules: America's path to permanent war**. Nova York: Metropolitan Books, 2010.

BOXER, C.R. **The Dutch seaborne empire (1600-1800)**. Alfred A. Knopf: Nova York, 1965.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**. Séculos XV –XVIII: O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRENNER, Robert. **O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **A crise financeira global de 2008**. In _____. *Depois da crise: a China no centro do mundo?* Bresser-Pereira, Luiz C. (org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

BRUSSI, Antônio J. E. **Recorrência e evolução no capitalismo mundial: os ciclos de acumulação de Giovanni Arrighi**. Brasília, Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, 2011.

- BURBACH, Roger; TARBELL, Jim. **Imperial overstretch: George W. Bush and the hubris of Empire.** Nova York: Palgrave Macmillan, 2004.
- CHANG, Há-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CHASE-DUNN, Christopher K. **Global formation: structures of the world-economy.** Cambridge, Massachusetts: Library of the Congress, 1989.
- COX, Robert. **Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método.** In GILL, Stephen (org). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- CURY, Vania M. **História da industrialização no século XIX.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- DONNELLY, Thomas. **Rebuilding America's defenses: strategy, forces and resources for a new century.** The Project for the New American Century, 2000.
- DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). In Saraiva, José F.S. (org.). **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização.** São Paulo: Saraiva, 2007.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá.** Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2000.
- FAIRBANK, John K; GOLDMAN, Merle. **China: a new history.** Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2006.
- FEBVRE, Lucien. **A Europa: gênese de uma civilização.** Bauru: EDUSC, 2004.
- FIORI, José L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria. C. e FIORI, José. L. (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- _____. **O poder global e a nova geopolítica das nações.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- _____; O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In _____; MEDEIROS, Carlos A; SERRANO, Franklin P. **O mito do colapso do poder americano.** Rio de Janeiro: Record, 2008.
- FORDHAM, Benjamin O. Paying for global power: costs and benefits of postwar U.S. military spending. In: BACEVICH, Andrew J. (org). **The long war: a new history of U.S. national security policy since World War II.** Nova York: Columbia University Press, 2007.
- FRANK, Andre G. **ReOrient: global economy in the Asian Age.** Los Angeles, Ca: University of California Press, 1998.

- FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- GARRIDO, Átlia A. **As Transformações das Ordens Mundiais no Moderno Sistema-Mundo e as Mudanças na Estratégia Global dos Estados Unidos no Pós-Guerra Fria: A Doutrina Bush**. Dissertação de Mestrado, IE-Universidade de Campinas, 2009.
- GELBER, Harry G. **O dragão e os demônios estrangeiros: a China e o mundo, de 1100 a.C. aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- GILLS, Barry K; FRANK, Andre G. **World System Cycles, Crises, and Hegemonial Shifts: 1000 BC to 1700 AD**. Fernand Braudel Center Review: Binghamton, 1992.
- GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HOBSBAWM, Eric. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 5ª Ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **A era dos impérios**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.
- HUNG, Ho-Fung. **America's head servant? The PRC's Dilemma in the Global Crisis**. New Left Review, 2009
- JOHNSON, Chalmers. **Blowback: the costs and consequences of American Empire**. Nova York: Henry Holt and Company, 2000.
- KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- LOWE, John. **The Great Powers, Imperialism, and the German Problem, 1865-1925**. Abingdon, Reino Unido: Routledge, 1994.
- MARIUTTI, Eduardo B. **Colonialismo, imperialismo e desenvolvimento econômico europeu**. São Paulo: Aderaldo e Rotschild, 2009.
- MEDEIROS, C. **Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e China**. In: _____; FIORI, José L.; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

- MOREIRA Jr, Hermes. **O governo de George W. Bush e sua guerra contra o terror: nova orientação tática à estratégia norte-americana.** Dissertação de mestrado, UNESP, 2011.
- NAPOLEONI, Loretta. **Maonomics: why Chinese communists make better capitalists than we do.** Nova York: Seven Stories Press, 2011.
- NASSER, Reginaldo Mattar. **Os arquitetos da política externa norte-americana.** São Paulo: EDUC, 2010.
- NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas Relações Internacionais.** São Paulo: Editora Gente, 2009.
- _____. **The future of power.** The Perseus Books Group: Nova York, 2011.
- PECEQUILO, Cristina S. **Manual do candidato: política internacional.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época.** 2ª Ed – Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa.** São Paulo: Unesp, 2003.
- OLIVEIRA, Amaury P. **O novo equilíbrio mundial.** In: BRESSER-PEREIRA, Luiz C (org.) *Depois da crise: a China no centro do mundo?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- SARAIVA, José F.S. (org.) **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização.** São Paulo: Saraiva, 2007.
- SENISE, Maria Helena Valente. **Tratado de Nanquim (1842).** In: *História da Paz* (Org. Demétrio Magnoli). São Paulo: Contexto, 2008.
- SILVA, Luiz A. P. **Um novo centro econômico do mundo.** In: BRESSER-PEREIRA, Luiz C (org.) *Depois da crise: a China no centro do mundo?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- SPENCE, Jonathan. **Em busca da China moderna: quatro séculos de história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- STIGLITZ, Joseph E; BILMES, Linda. **The three trillion dollar War: the true cost of the Iraq conflict.** Nova York: W. W. Norton, 2008.
- STORY, Jonathan. **China: uma corrida para o mercado.** São Paulo: Futura, 2004
- TEIWES, Frederick C. **The Chinese state during the Maoist Era.** In SHAMBAUGH, David. *The modern Chinese state.* Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000.
- TSENG, Wanda; ZEBREGS, Harm. **Foreign direct investment in China: some lessons for other countries.** In: TSENG, Wanda; RODLAUER, Markus. *China: competing in a global economy.* Washington: International Monetary Fund, 2003.
- VLEKKE, Bernard H.M. **Evolution of the Dutch Nation.** Roy Publishers: Nova York, 1945.

VIZENTINI, Paulo F. **As relações internacionais da Ásia e da África**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-system analysis: an introduction**. Duke University Press, 2006a.

_____. **The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the European World-Economy in the sixteenth century**. Nova York: Academic Press Inc, 1974.

_____. **The capitalist world-economy**. Nova York: Press syndicate of the University of Cambridge, 1979.

WATSON, Adam. **The evolution of international society**. Londres: Routledge, 1992.

YERGIN, Daniel; STANISLAW, Joseph. **The commanding heights: the battle for the world economy**. Nova York: Free Press, 2008.

ZEBREGS, Harm. **Foreign direct investment and output growth**. In: TSENG, Wanda; RODLAUER, Markus. *China: competing in a global economy*.

ZHU, Zhiqun. **US-China Relations in the 21st Century: Power transition and peace**. Routledge: Nova York, 2006.

ARTIGOS EM PERIÓDICOS

ARIENTI, Wagner L; FILOMENO, Felipe A. **Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi**. Ensaios FEE, Porto Alegre, vol. 28, n. 1, p. 99-126, julho de 2007.

BELASCO, Amy. **The Cost of Iraq, Afghanistan, and Other Global War on Terror Operations Since 9/11**. Congressional Research Service (CRS): Washington, 2011.

BIRNBAUM, Pierre. **Conflitos**. In: BOUDON, Raymond. *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995.

BRUSSI, Antônio J. E. Das eras douradas aos 'tempos bicudos' do capitalismo mundial: práticas empresariais e ilicitudes como estrutura, in: *O Brasil e o Capitalismo Histórico: Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo*, São Paulo, Ed. Edunesp, Coleção Cultura Acadêmica, cap. 5. (no prelo), 2013.

BUSH, George W. **The national security strategy of the United States of America**. The White House: Washington, 2002.

CHASE-DUNN, Christopher K; INOUE, Hiroko. **Accelerating democratic global state formation**. *Cooperation and Conflict*, 47(2), 2012.

COSTA, Jales D. **Um debate teórico entre a Economia Política dos Sistemas-Mundo e a Nova Economia Política do sistema mundial**. Disponível em www.gpepsm.ufsc.br. Data de acesso: 14 de maio de 2009.

DAUDIN, G; MORYS, M; O'ROURKE K. **Globalization: 1870-1914**. Sem data, Center for Economic Policy Research. Disponível em: <http://www.cepr.org/meets/meets2.htm>. Data de acesso: 05/08/2012.

DEDRICK, J; KRAEMER, K; LINDEN, G. **Who Profits from Innovation in Global Value Chains?** Boston, MA: Sloan Industry Studies Annual Conference, 2008.

DORN, James A. **The Debt Threat: A Risk to U.S.–China Relations?** Brown Journal of World Affairs, 2008.

ESTEVEES, Rui P. **Between Imperialism and Capitalism: European Capital Exports Before 1914**. Sem data, disponível em: <http://economics.ouls.ox.ac.uk/14910/1/Imperialism.pdf>

FELIPE, J. et al. **Why has China succeeded: and why it will continue to do so**. New York: Levy Economics Institute of Bard College, 2010 (Working Paper, n. 611). Disponível em: <http://www.levyinstitute.org/pubs/wp_611.pdf>.

FIORI, José L. **The global power of United States: formation, expansion and limits**. Sem data (sd), disponível em: http://www.ie.ufrj.br/pesquisa/politica/jlfiori/ARTIGOS_arquivos/Microsoft%20Word%20-%20The%20Global%20Power%20of%20United%20States.pdf. Data de acesso: 18/09/2012.

FLYNN, Norman. **The economics of the wars in Iraq and Afghanistan and the Global War on Terror**. SOAS, 2008.

FONSECA, Carlos da. **“Deus está do nosso lado”**: excepcionalismo e religião nos EUA. Contexto Internacional, vol. 29, número 1: Rio de Janeiro, 2007.

HAN GYU LHEEM; SUJIAN GUO. **Political Economy of FDI and Economic Growth in China: A Longitudinal Test at Provincial Level**, Journal of Chinese Political Science, vol. 9, no. 1, 2004.

IKENBERRY, John G. **Institutions, Strategic Restraint, and the Persistence of American Postwar Order**. International Security, The MIT Press, 1998.

_____. **The Rise of China and the Future of the West: Can the Liberal System Survive?** Foreign Affairs, Vol. 87, No 1, 2008.

INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE, THE (IEP). **Economic consequences of war on the U.S. economy**. 2011.

MARIUTTI, Eduardo B. **Ordem e desordem internacional: tendências do capitalismo contemporâneo**. Unicamp: CECON, textos avulsos n. 9, 2011.

PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel. **Income inequality in the United States (1913-1998)**. The Quarterly Journal of Economics, 2003.

PINTO, Eduardo C. **O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras**. In Leão et al. (orgs). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011.

ROSEN, Stephen Peter. **Blood Brothers: the dual origin of American Bellicosity**. The American Interest: Julho/agosto, 2009.

STIGLITZ, Joseph E; BILMES, Linda. **The economic costs of the Iraq war: an appraisal three years after the beginning of the conflict**. ASSA meetings, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The curve of American power**. New Left Review, julho-agosto, 2006b.

WHEELER, Winslow T. **Unaccountable: Pentagon Spending on the Post-9/11 Wars**. 2011.

Disponível em: Disponível em: <http://costsofwar.org/sites/default/files/articles/>

ZHANG, Kevin H. Why does so much FDI from Hong Kong and Taiwan go to Mainland China? China Economic Review 16, p. 293-307, 2005.